

**PAULINO JOSÉ ORSO**

**A CONCEPÇÃO DE PODER EM MICHEL FOUCAULT E  
AS RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ -  
UNIOESTE**

**Campinas - SP  
1996**

UNICAMP  
V. \_\_\_\_\_ F. \_\_\_\_\_  
TOMBO BU/29019  
PROC. 667/96  
C  D   
PREÇO R\$ 11,00  
DATA 05/11/96  
N.º CPD \_\_\_\_\_  
CM 00094383-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Or8c Orso, Paulino José.  
A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Paulino José Orso. – Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Laymert Garcia dos Santos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 3. Ciência política. 4. Poder. 5. Poder disciplinar. 6. Corrupção na política. 7. Soberania. I. Santos, Laymert G. dos (Laymert Garcia dos), 1948- . II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas à Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos.



Este exemplar corresponde à redação  
Final da Dissertação defendida por

Paulino José de Souza

e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 26.09.96

Assinatura: 

*Aos integrantes*

*do Círculo*

*de Debates*

*Aurora.*

## AGRADEÇO:

Ao Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos que orientou meu trabalho.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Elizabete S. P. Xavier e à Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Salma Tannus Muchail, pela compreensão e ajuda.

À minha família pelo apoio que me deu, apesar de ter que conviver com meu distanciamento.

À família Murofuse pela hospitalidade.

A todos os que apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho.

*"... es necesario que nuestro pueblo  
conozca su historia,  
es necesario que los hechos de hoy...  
no nos hagan caer en el  
injusto y criminal  
olvido..."*

(Fidel Castro)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO UM</b>	
1 - O Poder e seus mecanismos em Michel Foucault .....	05
1.1. O Poder: uma mudança de enfoque .....	05
1.2. Mudança nos processos punitivos .....	14
1.2.1. A Prática do Suplício .....	14
1.2.2. A Reforma do Direito Penal .....	17
1.2.3. A Prisão .....	22
1.3. O Poder e o Saber .....	25
1.4. A Disciplina como estratégia de Poder .....	30
1.4.1. A Arte das Distribuições dos indivíduos no espaço .....	34
1.4.2. O Controle da Atividade .....	35
1.4.3. Instrumentos para o bom adestramento .....	36
1.4.4. As Instituições Disciplinares .....	41
<b>CAPÍTULO DOIS</b>	
2 - As relações de poder no Brasil .....	49
2.1. As relações de poder na universidade brasileira .....	56
<b>CAPÍTULO TRÊS</b>	
3 - As relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.....	64
3.1. Aspectos sócio - históricos da Unioeste e a luta pelo seu reconhecimento.....	64

3.1.1. A ocupação e colonização do Oeste do Paraná .....	65
3.1.2. O caminho para a construção da universidade .....	69
3.2. A conflituosa consolidação da Unioeste .....	76
3.2.1. A eleição para a direção da Unioeste em 1992 .....	77
3.2.2. As justificativas e seus equívocos .....	79
3.2.3. O movimento de resistência à intervenção .....	83
3.2.4. A seqüência dos atos do governador .....	88
3.2.5. A “inconstitucionalidade” da Comissão de Planejamento .....	90
3.2.6. Na contra mão da história .....	94
3.2.7. De testemunhas a réus .....	97
3.2.8. Autonomia ou soberania? .....	102
3.2.9. O processo de escolha do Reitor da Unioeste .....	111
3.2.10. Eleição para Diretores Administrativos e Diretores de Centro ...	119
3.2.11. Eleição para o DCE na Fecivel em 1995 .....	122
3.2.12. Estratégias de campanha e relações de força durante o processo eleitoral .....	124
3.2.13. A docilização dos indivíduos .....	131
<b>CONCLUSÃO</b> .....	133
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	141
<b>ANEXO I</b> .....	147

## RESUMO

A dissertação trata das relações de poder exercidas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná -Unioeste-, tendo como principal objetivo analisar até que ponto estas relações se aproximam ou se distanciam da concepção de poder de Michel Foucault.

Inicialmente aborda-se a concepção de poder de Foucault; a seguir trata-se as relações de poder no Brasil e na universidade brasileira e, finalmente, analisa-se as relações de poder na Unioeste.

A análise das relações de poder ocorridas na Unioeste revela que há mais afinidade às práticas de poder exercidas durante o Antigo Regime do que com o poder disciplinar.

## ABSTRACT

The composition treats of the power relations carried out in the West State University of Paraná -Unioeste-, had With principal objective, to analyse until point this relations approach or move away of the Michel Foucault's power conception.

Firstly broaches the Foucault's power conception, after treats of power relations in Brazil and the Brazilian university and, finally analyse itself the power relations in the Unioeste.

The analysis the power relations lived in Unioeste disclose that there is more likness with the power pratice carried out in the Old Regime that with the discipline power.

## INTRODUÇÃO

A todo instante se é desafiado por forças que pressionam. É necessário responder a elas com habilidade se se quiser superá-las e garantir a sobrevivência. Contudo, a capacidade de resistência depende do conhecimento da realidade, ainda que não exclusivamente.

O professor Evaldo A. Montiani Ferreira disse, durante o curso de especialização em Iniciação Científica, realizado em Cascavel, na Fecivel, em 1993, que uma dissertação é uma espécie de acerto de contas de quem a realiza, com suas questões, com seus desafios. Neste sentido, este trabalho constitui-se, ao mesmo tempo, como uma tentativa de aprofundar alguns conhecimentos, desenvolver uma pesquisa, conhecer melhor a realidade e responder aos desafios que instigam.

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a realidade vivida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, num momento importante de sua vida institucional. Isto se fará através do registro dos principais fatos ocorridos durante o período de luta pelo seu reconhecimento pelo Ministério de Educação e Cultura.

Trata-se de uma questão desafiadora a todos quantos concebem a universidade como um espaço no qual deve prevalecer a igualdade de condições; um espaço aberto à pluralidade de idéias e à socialização do saber, ao desenvolvimento do ensino, estímulo à pesquisa e à extensão, um espaço de construção e vivência da cidadania.

O conhecimento e a superação do estado de coisas implantado principalmente a partir de 1991, na Unioeste, são condição *sine qua non* à

sobrevivência da vida intelectual de qualidade e da construção da cidadania nessa universidade.

A questão proposta para esta dissertação nos é, histórica e afetivamente, muito próxima. Limita-se, principalmente, a um recorte cronológico entre 1991 a 1995. Porém, os fenômenos aqui relacionados parecem trazer à tona as características dos povos ibéricos, onde encontram-se as raízes culturais brasileiras, com suas devidas acomodações; estão ligados à história dos colonizadores, da cultura, da política e da economia gestada no Oeste do Paraná. Por isso far-se-á um breve recuo para buscar os determinantes sócio-históricos que a condicionam.

A proximidade do objeto de análise comporta vantagens e desvantagens. Por um lado, a impossibilidade de um distanciamento pode gerar confusão entre objetividade e subjetividade, fatos e opiniões, realidade e paixões envolvidas; por outro, a proximidade proporciona a vantagem de a experiência e a vivência pessoal serem mais facilmente rememoradas, a possibilidade de inserir detalhes importantíssimos para a compreensão do objeto e que, se analisados num distanciamento temporal muito grande, poderiam cair no esquecimento e ficarem perdidos para sempre. Além disso, proporciona o privilégio de analisar um assunto sobre o qual ainda não foi dissertado.

A isenção e a objetividade são elementos indispensáveis ao trabalho científico. Como vivemos numa sociedade de classes, não acreditamos na neutralidade científica. Por isso, faremos um esforço para não ideologizar os fatos. Porém, não impede que o trabalho revele a posição e o compromisso do autor em relação à necessidade de transformação tanto da sociedade quanto da Uniãoeste.

Neste sentido, o trabalho pretende ser objetivo e científico o quanto possível, para que outros possam ampliá-lo, complementá-lo e, a partir dele, pesquisar e discorrer, inclusive sobre aspectos que aqui apenas serão

mencionados ou ficarão implícitos, mas que são relevantes para a memória histórica.

A questão do poder não é uma questão *ab initio*. Muitos foram os que pensaram e teorizaram sobre ou em torno dela. Cita-se apenas alguns dentre outros: Nicolau Maquiavel, Karl Marx, Friederich Nietzsche, Max Weber, Michel Foucault. Todavia, neste trabalho, opta-se por apenas um destes expressivos pensadores para nos servir de apoio teórico ao estudo. Toma-se como referencial a concepção de poder em Michel Foucault.

O trabalho consta de três capítulos. No primeiro, desenvolve-se a compreensão de poder em Foucault, explicitando-se a sua concepção. Para isto parte-se da mudança, do deslocamento do centro do poder que vai se gestando durante a era clássica, do exercício do poder durante a fase dos suplícios, da reforma do direito criminal e da prisão. Depois estabelece-se uma articulação entre poder e saber e, finalmente, trata-se do poder disciplinar: a disciplina como estratégia política, os mecanismos de poder e as instituições disciplinares.

No segundo capítulo, tratar-se as relações de poder no Brasil, destacando-se os estudos e o enfoque de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro e Hélio Jaguaribe. Também analisa-se, brevemente, as relações de poder na universidade brasileira.

No terceiro capítulo, serão abordadas as relações de poder durante o período de luta mais intensa pelo reconhecimento da União. Far-se-á uma breve contextualização histórica, geográfica e política e, a seguir, analisa-se o chamado processo de intervenção iniciado na eleição para reitor em 1992 e seus desdobramentos: a nomeação do candidato menos votado, a cassação dos mandatos dos diretores dos campi, a violação legal, as sindicâncias e os inquéritos administrativos, a autonomia universitária, a tentativa de implantação dos cursos de Odontologia e Medicina no campus de Cascavel, o

processo eleitoral no Diretório Central dos Estudantes -DCE- /Fecivel, as eleições para a Reitoria, Diretores Administrativos e Diretores de Centro, as formas de cooptação e docilização, as formas de resistências e as relações de força no processo eleitoral em 1995.

Através da análise dos fatos procura-se explicitar as relações de poder envolvidas e tenta-se estabelecer uma relação entre a concepção de poder desenvolvida por Foucault e o exercício do poder na Unioeste, procurando ver até que ponto a concepção de Foucault corresponde ou não ao seu exercício na Unioeste.

De acordo com sua concepção supõe-se que hoje, nas instituições e, especialmente, na Unioeste, predomine o poder disciplinar. No entanto antes de fazer qualquer afirmação deixemos que os fatos revelem.

Tratar do poder não é uma questão simples pois, “praticamente toda maneira pela qual o poder é exercido se reveste de grande complexidade, às vezes não aparente à primeira vista”<sup>1</sup>.

O exercício do poder é extremamente complexo e cheio de implicações; se reveste de inúmeras facetas e se faz sentir de diferentes formas. É no seu exercício que o poder pode ser visto, sentido e avaliado; na sua concretude percebe-se que não é um “fluido mágico” como determinados cientistas do passado acreditavam que fosse e alguns acreditam até hoje.

Desenvolver este projeto significa, simultaneamente, aprofundar conhecimentos, realizar uma pesquisa histórica e desenvolver a reflexão teórica; significa cumprir uma exigência acadêmica e, de uma certa forma, exercer resistência às arbitrariedades.

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, João Ubaldino. Política: Quem manda, Por que manda, Como manda. Rio de Janeiro, 4ª edição, Ed. Nova Fronteira, 1981, p. 13.

## PRIMEIRO CAPÍTULO

### O PODER E SEUS MECANISMOS EM MICHEL FOUCAULT

*...Estou impressionado com o fato de que as prisões estão dentro das cidades e que ninguém as vê. Ou quando se as vê, se pergunta distraidamente se se trata de uma prisão, de uma escola, de uma caserna ou de um hospital.*

(J. J. Brochier, em entrevista a Foucault)

#### 1.1. PODER: UMA MUDANÇA DE ENFOQUE

Em sua trajetória intelectual, Foucault dedica grande parte de seu esforço e de seu tempo ao estudo do poder.

Ao analisá-lo revelou a metamorfose pela qual foi passando a partir dos séculos XVII e XVIII. Essa mudança aparece principalmente em suas obras *Vigiar e Punir* e no primeiro volume da *História da sexualidade, A vontade de Saber*. Naquela, analisa o exercício do poder na fase do suplício, da reforma do direito criminal e das prisões. Além disso, analisa a nova arte do exercício do poder: a disciplina, os recursos para o bom adestramento e as instituições disciplinares; nesta, analisa o dispositivo da sexualidade, procurando correlacionar o exuberante discurso sobre o sexo e sua articulação com o poder<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 5ª edição, 1984, p. 93.

O interesse pela questão do poder começou a aparecer enquanto realizava suas pesquisas sobre a história das penalidades. Nesse momento começou a formulá-la explicitamente.

Foi muito importante o desenvolvimento desta questão porque, como diz Foucault,

de uma maneira geral, os mecanismos de poder nunca foram muito estudados na história. Estudaram-se as pessoas que detiveram o poder... *porém*, o poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi muito estudado<sup>3</sup> (grifo nosso).

Na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista ocorreram mudanças nas relações de poder. Ao estudar essas mudanças, as novas estratégias do poder e seus mecanismos, Foucault promove um deslocamento em relação ao enfoque dado tradicionalmente. Não o situa centralizado no Estado, no soberano como o era entendido durante o absolutismo monárquico. Ele o situa nas micro-relações, nos mecanismos infinitesimais.

Esse estudo, Foucault o faz durante a chamada fase da “genealogia”<sup>4</sup>... Nesta fase prioriza as “articulações entre elementos heterogêneos, discursivos e extra-discursivos, tais como práticas jurídicas, projetos arquitetônicos, instituições sociais diversas”<sup>5</sup>. A articulação entre o poder e o saber passa a ser sua preocupação central.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. “Sobre a Prisão”. In: *Microfísica do Poder*. Tradução e introdução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 9ª edição, 1989, p. 141.

<sup>4</sup> É em *Vigiar e Punir* que o sentido da palavra “genealogia” aparece mais claramente. “O objeto deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-jurídico onde o poder de punir se apropria, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade”. (FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p.26) Em outra passagem Foucault se refere a genealogia ligada a microfísica do poder. “A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para a genealogia da alma moderna”. (Idem, Idem, p. 31)

<sup>5</sup> MUCHAIL, Salma Tannus. “A Trajetória de Michel Foucault”. In: *Razão e Desrazão*. Cadernos da PUC/MG, V.2, nº1, 1992, p. 9.

Roberto Machado, citando François Ewald, diz que, de modo particular, “a genealogia coloca o problema do poder e do corpo (dos corpos), coloca os problemas a partir da tomada do poder sobre os corpos”<sup>6</sup>.

Essa preocupação em torno da relação do poder com o corpo está ligada, principalmente, ao século XVIII, quando ocorre a expansão demográfica e o crescimento do aparelho de produção. Nesse momento investe-se politicamente sobre o corpo respondendo à necessidade de sua utilização racional, intensa e máxima em termos econômicos. Trata-se de adestrar o(s) corpo(s) e transformá-lo(s) em força(s) de trabalho.

Estava se evidenciando uma mudança histórica na economia, na política e na ciência, provocando também uma alteração no exercício do poder.

A partir da constatação da tomada do poder sobre os corpos, Foucault desloca o foco de suas análises sobre o poder, provocando um impacto sobre a ciência e sobre a filosofia política “que privilegiavam em suas investigações sobre o poder a questão do Estado”<sup>7</sup>.

Foucault mostra, através de uma série de pesquisas e estudos, a nova forma do poder e revela o seu enfoque de análise. Estuda minuciosamente o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo da sexualidade e evidencia uma não sinonímia entre o Estado e Poder; evidencia que o Estado não é mais o aparelho central e exclusivo de poder.

A concepção de poder, entendido no âmbito restrito do Estado, revelou-se insuficiente para compreender as amplas dimensões e as implicâncias das relações de poder e do seu exercício. Foucault desloca o foco de análise e amplia a compreensão do poder. Ele não se preocupa em abordar o processo de racionalização da sociedade como um todo. Considera mais produtivo estudar certos domínios específicos da sociedade e da cultura, possibilitando assim, extrair daí sua compreensão e uma experiência fundamental. Por isso

---

<sup>6</sup> MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1981, p. 188.

<sup>7</sup> Idem, *Ibidem*.

realiza estudos sobre questões específicas, tais como: a loucura, doença, crime, etc., e propõe uma economia de poder que permitiria evidenciar suas relações e, localizá-las onde ocorrem, perceber a procedência, a aplicação pontual e também os métodos utilizados para seu exercício.

O estudo detalhado que realiza sobre as relações de poder, em algumas de suas obras, especialmente em *Vigiar e Punir*, revela os processos que incidem sobre o indivíduo, sujeitando-o, tornando-o dócil e útil e conferindo-lhe uma identidade - indivíduo disciplinado. Processos esses, que vão sendo gestados na passagem do Antigo Regime e vão sendo cada vez mais aperfeiçoados com o desenvolvimento da sociedade burguesa, industrial e capitalista.

Foucault percebeu que ocorria uma ampliação do espaço de exercício do poder. Percebeu que o poder, na fase clássica, era identificado e entendido como centralizado no Estado. Porém, ele desloca o enfoque de sua análise e elabora uma nova concepção - o analisa como descentrado, difuso e que faz sentir sua força desde os mais ínfimos espaços e relações, até atingir e envolver a vida como um todo, de tal modo que aprisiona o indivíduo às suas estratégias e seus mecanismos.

Foucault se refere sempre a um poder histórico, situado - “não existe uma teoria geral e universal do poder”<sup>8</sup>. Não considera o poder como uma realidade que possua uma natureza universal, que tenha uma essência única e que possa e deva ser definido sempre da mesma forma, com os mesmos conceitos. Para ele existem formas diferenciadas, heterogêneas de exercício de poder. O poder é uma prática social historicamente constituída<sup>9</sup>.

Foucault realiza análises particularizadas e opõe-se a uma teoria geral do poder, opõe-se a uma teoria, através da qual se mediria a presença ou a ausência, pois trairia a historicidade do poder, sua funcionalidade particular e

---

<sup>8</sup> MACHADO, Roberto. “Introdução: Por uma genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 9ª edição, 1989, p. X.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*.

o elevaria à condição de um universal e, portanto, ao reino da metafísica. Mas, não é esta a sua perspectiva.

Para ele não existe um poder em si. Existem relações de poder, feixes de relações de poder, relações de força. O poder é sempre relacional. Não existe fora de uma relação. É nela que se exerce.

Neste sentido, o poder identificado com o aparelho de Estado sofre um duro golpe: não mais um centro de poder, nem identificado com o soberano, nem a uma instância máxima, mas pontos de exercício, de irrupção, de cruzamento; relações de força que permitem resituar o aparelho de Estado noutra dimensão: como inserido na malha das relações de poder e não o contrário.

Isto não contrapõe o Estado à malha das relações de poder, nem evidencia uma disputa, uma luta excludente entre ambos pela hegemonia; há uma coexistência entre ambos. Além disso, essa malha de relações é indispensável à sustentação e atuação eficaz do aparelho de Estado.

O aparelho estatal, uma vez incorporado e inserido à rede de relações de poder, apropria-se destas, institucionaliza-as e transforma-as em seus mecanismos estratégicos de exercício do poder.

Se não são excludentes, se há uma coexistência entre essas duas instâncias -aparelhos de Estado e relações de poder - podemos perguntar: Foucault atribui uma importância igual a ambas ou dá mais importância a uma do que a outra?

Pelo que foi dito acima, Foucault atribui maior importância a segunda. Inclusive, nos dias atuais, o êxito, a eficácia da atuação do aparelho de Estado, depende de sua articulação com as relações de poder. Portanto, elas são mais importantes, são indispensáveis ao exercício de poder no Estado moderno.

Mas existe uma relativa independência e autonomia dessas relações relativamente ao Estado. Equivale dizer que as relações de poder são tão importantes que podem ocorrer mudanças a nível capilar, molecular, sem que

necessariamente, ocorram mudanças no âmbito do Estado. O inverso também é verdadeiro. Podem ocorrer mudanças ou até a destruição de um determinado aparelho de Estado sem que desapareça ou se transforme a rede de poderes que impera em uma sociedade.

Foucault diz que

o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados<sup>10</sup>.

Nesta passagem aparece, por um lado, a primazia das relações de poder e, por outro, torna claro a dependência do aparelho estatal em relação às relações de força e revela que a atuação destas se difunde por toda a sociedade, ao nível capilar, ocupa todos os espaços e atinge todos os indivíduos.

Não há sinonímia nem exclusão entre aparelho de Estado e relações de poder, “o que aparece então claramente é a existência de formas de exercício do poder diferente do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e indispensáveis inclusive à eficácia de sua ação”<sup>11</sup>.

Mas, que formas diferenciadas de exercício de poder são estas?

Não havendo mais um centro estatal de exercício do poder pressupõe-se que o poder esteja difuso por toda a sociedade: um poder que assume formas regionais e concretas, investe em instituições, toma corpo em técnicas de dominação, intervém materialmente na realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo -, situa-se ao nível do corpo social e penetra em toda a vida quotidiana. Por isso pode ser caracterizado como “micro-poder” ou “sub-poder”. É o que Foucault chama de “microfísica do poder” - um poder que se

<sup>10</sup> FOUCAULT, M. “Poder - Corpo”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 9ª edição, 1989, pp. 149-150.

<sup>11</sup> MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: A trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1981, p.189.

exerce sobre pontos minuciosos, moleculares; se exerce sobre o corpo dos indivíduos e sobre o corpo social. Essas relações de poder não se reduzem à manifestação do aparelho estatal. Geralmente estão relacionados a ele. Porém, podem estar ou não integrados ao Estado.

A partir dos estudos de Foucault pode-se perceber que o poder não é

um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras... não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos<sup>12</sup>.

Propriedade, divisão de poder são questões relacionadas à concepção de um poder descendente que, a partir de um centro, estende seus efeitos até suas extremidades. Mas, a atuação capilar das relações de força, ao nível da microfísica, revela que o poder não é propriedade de ninguém e que está como que descentrado, não há um centro a partir do qual ele se distribui, se prolonga, se reproduz e se difunde até atingir a todos os elementos moleculares.

Foucault enfatiza:

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem<sup>13</sup>.

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social; não é possível pensar que alguém possui o poder e outros não; não é possível pensar o poder porque, em si, ele não existe; só existe em relação. O que existe é luta, afrontamento, relações de força, situação estratégica, práticas e exercícios de poder.

<sup>12</sup> FOUCAULT, M. "Soberania e Disciplina". In. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 9ª edição, 1989, p. 183.

<sup>13</sup> Idem, *Ibidem*.

O poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos, aos quais nada nem ninguém pode escapar; o poder é relacional, não existe exterior possível, nem limites ou fronteiras que o detenha. Ele não está em lugar algum e nem é propriedade de alguém. No entanto, como que contraditoriamente, distribui-se e encontra-se em todos os espaços, envolve todos os indivíduos. Por um lado o indivíduo é penetrado pelas relações de poder, por outro, serve de veículo às suas relações.

Em suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação; ...são sempre centros de transmissão... O indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu<sup>14</sup>.

Foucault constata que o indivíduo é efeito das relações de poder. Isto significa que o poder se exerce a nível molecular, pois está em toda parte. Todavia, como dar conta deste nível de poder sem partir novamente do centro para a periferia, de uma ótica descendente que deduz o poder como partindo do Estado e prolongando-se, penetrando e reproduzindo até em seus pontos mais elementares?

Foucault propõe uma inversão à ótica de análise do poder, uma inversão que Roberto Machado chama de metodológica<sup>15</sup>, pois trata-se da maneira como vai proceder a sua análise. Ao invés de fazê-la numa perspectiva descendente propõe que se faça antes numa ascendente, isto é,

partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, uma técnica e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados,

<sup>14</sup> FOUCAULT, M. "Soberania e Disciplina". Op. Cit., pp. 183-184.

<sup>15</sup> Cf. MACHADO, R. "Introdução: Por uma genealogia do Poder". Op. cit. p. XV / Cf. também, do mesmo autor, em *Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1988, p. 190.

etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global<sup>16</sup>.

Foucault toma casos concretos, como por exemplo: a exclusão da loucura, a repressão e a proibição da sexualidade e, ao invés de tentar, a partir de mecanismos globais, perceber que efeitos produz à nível capilar nas relações sociais, procura, antes, partir dos níveis moleculares, dos níveis mais elementares da sociedade e “ver como esses mecanismos se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, respondendo à determinadas necessidades”<sup>17</sup>; “Procura mostrar através de que estratégias de poder e que papel definido desempenhou nisso tudo”<sup>18</sup>. Percebe que, de repente, esses mecanismos foram naturalmente sendo colonizados e sustentados por mecanismos globais, como o sistema estatal.

Foucault empreende uma inversão no foco de análise de seus objetos. Ao invés de ver os indivíduos como sendo moldados, dominados e controlados a partir de um mecanismo global ou central de poder, os vê como constituintes das relações de poder. As relações de poder constituem-se a partir dos micro-poderes.

A ausência de um centro ou a descentralização do exercício do poder, acarreta também, por um lado, a ausência de um local definido para o exercício da resistência. Não existe mais um local privilegiado para a manifestação do poder, assim como, não existe mais um indivíduo privilegiado que o detém, nem uma forma única de manifestar a resistência.

Foucault promove uma completa descaracterização em relação a forma como era entendido no Antigo Regime. Para ele o poder moderno foi assumindo uma nova caracterização: está descentrado e difuso; é exercido por todos os indivíduos; manifesta-se através de formas variadas e se expressa por

---

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>17</sup> FOUCAULT, M. *Idem*, p. 185.

<sup>18</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Op. Cit., p. 143.

meio de rituais cotidianos. Enfim, todos os espaços e indivíduos são concreta ou potencialmente afetados pelas relações de poder, assim como, todos os espaços e indivíduos constituem-se em elementos de resistência. É como se os indivíduos não fossem imprescindíveis, pois, facilmente, podem ser substituídos. Todos fazem funcionar o poder.

Conforme vão ocorrendo transformações sociais, políticas e econômicas também vão ocorrendo mudanças nos processos punitivos. Vejamos os três processos estudados por Foucault.

## 1.2. MUDANÇAS NOS PROCESSOS PUNITIVOS

Como vimos, Foucault começou a preocupar-se e formular explicitamente a questão do poder enquanto realizava suas pesquisas sobre a história das penalidades. Percebe que os regimes punitivos relacionam-se aos modos de produção e que mudam de acordo com o desenvolvimento da sociedade. Mergulha na história e estuda detalhadamente a prática do suplício, a reforma do direito criminal, a prisão e revela a tecnologia de poder envolvida em cada uma delas.

### 1.2.1. A PRÁTICA DO SUPLÍCIO

Da fase arqueológica<sup>19</sup>, Foucault passa para a fase da genealogia. É neste momento que estuda os processos punitivos. O suplício é o primeiro ao qual se dedica. Ele expõe minuciosamente o ritual imposto ao condenado, quando submetido a este castigo.

---

<sup>19</sup> Na trajetória intelectual de Michel Foucault (1926-1984) pode-se identificar três fases. A primeira, chamada de "arqueologia", volta-se principalmente para questões relativas à constituição dos saberes; a segunda, denominada "genealogia", tem sua preocupação central nas questões relativas aos mecanismos do poder; a terceira, tem sua preocupação voltada para as questões relativas à constituição do sujeito ético. Neste trabalho, nos deteremos nas questões relativas ao poder, na segunda fase, portanto.

No suplício correlacionavam-se o tipo de sofrimento físico, a qualidade e a intensidade do sofrimento ao tempo de castigo calculado segundo regras de flagelo devidamente detalhadas.

O suplício era marcado por todo um ritual que envolvia as piores atrocidades possíveis: pedidos de perdão a Deus, gritos de desespero, queimaduras de diversas formas, esquartejamento, espetáculos públicos, confissões, fogueiras, impostas aos condenados.

Durante o Antigo Regime, época da prática do suplício, o Soberano constituía-se na expressão máxima do poder: a lei era a sua vontade; o crime e a violação da lei eram tidos como ataque a ele. Uma vez, porém, violado o direito do superior era necessário restabelecê-lo novamente.

Nessa época o poder tem um caráter negativo. O soberano exerce seu poder sobre os bens, sobre a vida e a morte das pessoas.

O poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extração de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la<sup>20</sup>.

A morte era a resposta do soberano ao ataque a sua vontade, sua lei, sua pessoa.

A execução da pena tinha uma função jurídico-política: restaurar a soberania e reconstituir o poder que havia sido eclipsado, fazer funcionar e afirmar enfaticamente o poder; apropriar-se do corpo do condenado para mostrá-lo marcado e dominado.

Nas cerimônias de suplício, o povo tinha um lugar de destaque: era necessário que soubesse o que ocorria, presenciasse o acontecimento, testemunhasse e garantisse a punição; que tivesse medo e lhe servisse de lição.

<sup>20</sup> FOUCAULT, M. *Idem*, p.128.

Mas, sua participação era devidamente controlada e administrada para que não se revoltasse e tomasse parte a favor do acusado, contra as atrocidades do carrasco.

Nesse cerimonial, outro destaque era dado ao ritual de produção da verdade. A confissão constituía-se no principal instrumento para isso<sup>21</sup>. O interrogatório era um processo não menos bárbaro que o real ou o suposto crime cometido pelo acusado. Toda uma maquinaria era posta em ação para cavar, demonstrar e consumir a verdade.

Depois de feita a prova, produzida a verdade e formulada a sentença, “o condenado é novamente uma peça essencial no cerimonial do castigo. Cabe a ele levar à luz do dia sua condenação e a verdade do crime que cometeu... o ato de justiça deve-se tornar legível para todos”<sup>22</sup>.

Cabe ao próprio condenado confessar pública e espontaneamente o crime cometido; reconhecer a culpa e anunciar sua condenação.

O jogo da verdade revela-se completamente na luta e no desfecho final entre o criminoso e o soberano: aquele revela-se liquidado, impotente, reduzido a pó, um corpo destruído; este, restaurado em sua soberania, força e brilho.

A relação verdade-poder passou a ser essencial em todos os mecanismos de punição. As práticas punitivas não desapareceram, sofreram uma transformação.

No final do século XVIII e começo do século XIX, praticamente desaparece a melancólica festa de punição - o suplício do corpo, aquela maquinaria de produção da verdade, o esquartejamento, a amputação de membros, as marcas a ferro e fogo, a exposição do corpo vivo ou morto, os espetáculos - com exceção de algumas fogueiras.

---

<sup>21</sup> Idem, Idem, p.58

<sup>22</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 42.

A cena, o espetáculo passam a ter uma conotação negativa. A punição, ao invés de ser um “fecho” ao crime, é vista como uma barbárie igual ou maior que o crime cometido; a selvageria do cerimonial

faz o carrasco se parecer com o criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração. ‘Beccaria há muito dissera: o assassinato que nos é apresentado como um crime horrível, vemo-lo sendo cometido friamente, sem remorsos’<sup>23</sup>.

Começa-se então a adotar novos procedimentos nas práticas punitivas. A punição passa a ser administrada: sua eficácia não está mais na visibilidade pública do espetáculo, mas sim na fatalidade do castigo.

A punição vai-se tonando, pois, a parte mais velada do processo penal... deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens... O essencial é procurar corrigir, reeducar, ‘curar’<sup>24</sup>.

Assim, entram em ação os reformadores do direito criminal tornando a punição um exercício sutil, sofisticado e contínuo.

### 1.2.2. A REFORMA DO DIREITO CRIMINAL

A partir da segunda metade do século XVIII, são realizados muitos protestos contra os suplícios. Dizem: “é preciso punir de outro modo... É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar”<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> Idem, Idem, p. 14.

<sup>24</sup> Idem, Idem, p. 15.

<sup>25</sup> Idem, Idem, p. 69.

Esse é o grito que juristas, magistrados, filósofos, parlamentares fazem ecoar. Repudiam a tirania, a crueldade, o excesso, propondo mais suavidade aos castigos e uma nova política em relação às ilegalidades.

O poder centralizado não mais garante sua eficácia: é necessário promover uma reforma no direito penal e estabelecer uma nova economia no poder de castigar.

Os reformadores propõem novas formas para “assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados... que possa ser exercido por toda parte, de maneira contínua e até no mais fraco grão do corpo social”<sup>26</sup>.

A reforma não propõe menos castigo, nem ausência de poder; propõe um remanejamento e uma redistribuição do poder de punir; propõe que seja constante e eficaz, que seu exercício seja ampliado a toda a sociedade.

A reforma tem como princípios:

fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com severidade atenuada, mas punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir<sup>27</sup>.

Assim, aos poucos, a punição deixa de ser uma relação de castigo-corpo como era identificada nos suplícios; a relação com o corpo passa a ser realizada de outra forma: deixa de ser tocado ou é tocado o mínimo possível; procura-se atingir outra coisa que não o corpo. O corpo está aí como que numa posição intermediária: Guardas, médicos, capelães, psicólogos, psiquiatras, educadores - um exército de técnicos vêm substituir o carrasco e ao aproximar-se o momento da execução, procuram evitar que a vida seja tirada com dor. A morte torna-se um acontecimento visível, instantâneo, sem

<sup>26</sup> Idem, Idem, 75

<sup>27</sup> Idem, Idem, 76

espetáculo. “A guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens”<sup>28</sup>.

Ocorre uma metamorfose nos processos punitivos. O corpo começa a ser mascarado, escamoteado e atingido indiretamente através da privação da liberdade, do controle de suas forças, de sua repartição - uma espécie de penalidade incorporal o submete, ou seja, atinge-se o corpo atuando sobre a alma, o coração, o intelecto, a vontade.

Ao deslocar-se o centro da punição, introduz-se uma nova economia à ela; da infração extrai-se um conhecimento científico. A criminologia, a psiquiatria encontram aí um campo fértil à produção e sistematização de conhecimentos; o crime passa a ser objeto de conhecimento e inquietação.

Pergunta-se então:

o que é realmente esse fato, o que significa essa violência ou esse crime? Em que nível ou em que campo da realidade deverá ser colocado? Fantasma, reação psicótica, episódio de delírio, perversidade? ...onde estará, no próprio autor, a origem do crime? ... Que medida tomar que seja apropriada? como prever a evolução do sujeito? de que modo ele será seguramente corrigido?<sup>29</sup>

Uma série de questões são feitas e, o indivíduo criminoso, através de julgamentos, diagnósticos, prognósticos, normas, etc., torna-se uma rica fonte de conhecimentos.

O juiz não julga mais sozinho: peritos, psiquiatras, psicólogos, educadores, administradores, contribuem na elaboração de informações e, portanto, no julgamento, na classificação do acusado, na escolha da pena mais adequada e nos procedimentos a serem tomados.

A necessidade de reforma do direito criminal surgiu no entrecruzamento do desenvolvimento da sociedade capitalista e da ineficiência do poder do soberano.

<sup>28</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 18.

<sup>29</sup> Idem, Idem, p. 23.

A penalidade e o super-poder exercido pelo soberano deixava espaço livre à prática de uma série de ilegalidades populares. Surge então a pressão da burguesia para coibi-las e puni-las de outra forma, já que o poder centralizado não dava mais conta disso.

Com base no saber produzido por especialistas, devido as transformações econômicas, políticas e culturais, ocorreu um deslocamento na aplicação dos castigos; o castigo torna-se parte de uma estratégia política: entrelaçam-se um saber, técnicas, discursos “científicos” à uma outra prática de punir.

Com Rusche e Kirchheimer, Foucault descobre que a penalidade deixa de ser exclusivamente uma maneira de reprimir. “As medidas punitivas não são simplesmente mecanismos ‘negativos’ que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir... estão ligados a toda uma série de efeitos positivos e úteis”<sup>30</sup>. Ou seja, é preciso trabalhar e disciplinar o corpo, torná-lo útil.

Através do emprego de uma “tecnologia política” o corpo é mergulhado num campo político. Investe-se sobre ele e sujeita-se à utilização econômica.

A “tecnologia política do corpo” utiliza determinados instrumentos e mecanismos que lhes possibilitam, através da ação calculada, organizada e tecnicamente pensada, extrair um saber e exercer um poder através de disposições, manobras, tática e técnicas que lhe garantem o controle sobre o corpo.

Tratava-se de alterar profundamente a economia da punição. Todavia era preciso estabelecer um outro princípio. O princípio estabelecido foi o da teoria geral do contrato. Este “supõe que o cidadão tenha aceito de uma vez por todas, com as leis da sociedade, também aquela que poderá puni-lo”<sup>31</sup>.

Com base no contrato, criminoso é aquele que rompeu o pacto e, por isso, é considerado inimigo e traidor de toda a sociedade. Portanto, a punição

---

<sup>30</sup> Idem, Idem, p. 27.

<sup>31</sup> Idem, Idem, p. 82.

não é mais considerada como vingança do soberano, mas sim como defesa da sociedade. Calcula-se o crime e o castigo de tal forma que impeça qualquer nova violação, imitação e novas rupturas do pacto.

Os reformadores idealizaram uma reforma de baixo custo, coextensiva a toda a sociedade, onipotente: nada pode escapar ao seu controle.

Os reformadores pensam dar ao poder de punir um instrumento econômico, eficaz, generalizável por todo o corpo social, que possa codificar todos os comportamentos e conseqüentemente reduzir todo o domínio difuso das ilegalidades<sup>32</sup>.

A base da reforma, da garantia de sua eficácia, repousa sobre as seguintes idéias:

- a) É preciso que o mal provocado pelo castigo seja maior que os benefícios conseguidos através do crime;
- b) A representação da dor, do sofrimento devem ser suficientes para impedir a reincidência e evitar o crime;
- c) O castigo deve ter seus efeitos estendidos sobre os que não cometeram crime;
- d) Nenhuma falta deve passar despercebida: deve ser conhecida em seus detalhes e não haver dúvida quanto à fatalidade do castigo;
- e) A verdade sobre o crime deve ser passível de comprovação por todos;
- f) Para que o poder se exerça eficientemente sobre as ilegalidades em todo o campo social é preciso defini-las, quantificá-las, qualificá-las e fixar-lhes as penalidades devidas<sup>33</sup>.

Estas regras têm por objetivo garantir a economia do poder, a eliminação de seus excessos e dos espaços das práticas da ilegalidades; garantir a sua onipresença e circulação em todo o corpo social.

<sup>32</sup> Idem. Idem, p. 86.

<sup>33</sup> Cf. FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, pp. 86-90.

A reforma da legislação criminal foi precedida pela exigência de humanização das penas. Mas trouxe consigo o deslocamento da aplicação do poder sobre o corpo para a aplicação sobre o espírito. Dessa forma, garantiu economia em oposição aos gastos do poder do soberano; sutileza em oposição às atrocidades dos suplícios; eficácia em oposição ao desperdício e à dispersão - garantiu “humanidade”.

Ainda que, continuamente apareçam alguns resquícios da prática dos suplícios, com a reforma, concomitantemente às mudanças na economia, surge a prisão como uma nova modalidade de punição.

### 1.2.3. A PRISÃO

O surgimento da prisão no conjunto das punições marca um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à “humanidade”. A prisão é tida como a “pena das sociedades civilizadas”<sup>34</sup>.

Inicialmente a instituição-prisão é tida apenas como mais uma modalidade de punição - trancamento do corpo de algum criminoso. Mas a forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais.

Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão...<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> FOUCAULT, M. *Idem*, p. 207.

<sup>35</sup> *Idem*, *Ibidem*.

Como uma determinada penalidade, a instituição-prisão, era criticada porque era considerada anti-econômica (“cara, mantém os condenados na ociosidade”<sup>36</sup>) e ocultava os corpos ao invés de mostrá-los. No entanto, “ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”<sup>37</sup>.

No final do século XVIII e início do XIX, rapidamente a prisão estende-se por quase toda a Europa, punindo universalmente os infratores.

As críticas ao encarceramento cederam lugar às conveniências e vantagens: a duração da pena podia ser estendida por um período necessário à correção do prisioneiro e seu comportamento ser acompanhado minuciosamente pela administração. Enfim, podia haver vigilância e correção o tempo todo.

O público não mais intervém nem contra nem a favor dos condenados. Na prisão foi introduzida uma técnica adotada na vida monacal- o isolamento. “O isolamento celular -total ou parcial- é que foi... a grande inovação dos projetos e das realizações de sistemas penitenciários”<sup>38</sup>.

A técnica do isolamento permitiu a racionalização da vida do condenado. “A vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estreito, sob a vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições”<sup>39</sup>.

O isolamento, a um só tempo serve de castigo, momento de reflexão e opera transformações no comportamento do prisioneiro. Todos os seus atos são corrigidos e seu espírito é modificado. Para que ocorra essa transformação o condenado é vigiado ininterruptamente e seu comportamento é observado, registrado e documentado.

<sup>36</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 102.

<sup>37</sup> Idem, Idem, p. 208.

<sup>38</sup> MACHADO, R. Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1988, p. 197.

<sup>39</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 110.

A prisão torna-se um campo de observação; “funciona aí como um aparelho de saber”<sup>40</sup>. Assim, organiza-se todo um saber individualizante a respeito do crime cometido, da periculosidade do preso, dos vícios, dos hábitos, para que possam ser corrigidos.

Não são mais

jogos de representação que são reforçados e que se faz circular; mas formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. Exercícios e não sinais: horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos... é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele em torno dele, e que deve deixar funcionar automaticamente”<sup>41</sup>.

Através da instituição carcerária intervém-se sobre o corpo, o tempo, os gestos e os desejos; conjuga-se autoridade com o exercício de poder e saber; treina-se o corpo, disciplina-se e corrige-se os indivíduos; associam-se à prisão técnicas do tipo disciplinar. Assim, ela torna-se o local privilegiado de realização da punição, pois mantém os indivíduos sob vigilância constante, registra e contabiliza todos os pormenores, produz saber, individualiza e normaliza.

Mas no final do século XVIII defrontam-se os três dispositivos de exercício de poder:

a máscara, o sinal, o traço. A cerimônia, a representação, o exercício. O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, indivíduo submetido a uma coerção imediata. O corpo que é supliciado, a alma cujas representações são manipuladas, o corpo que é treinado”<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Idem, Idem, p. 112.

<sup>41</sup> Idem, Idem, p. 114.

<sup>42</sup> Idem, Idem, p. 116.

Cada dispositivo carrega consigo sua característica fundamental, todavia, potenciando a superação dos suplicios e do ideal dos reformadores e afirmando cada vez mais a institucionalização da prisão.

Devido a facilidade de a “disciplina” colonizar e penetrar na instituição-prisão e de alguns de seus mecanismos estenderem-se a todo corpo social, esta modalidade penal impôs-se sobre as demais.

O desenvolvimento da sociedade capitalista industrial trouxe consigo a necessidade de aproveitamento da força de trabalho. Portanto, não era mais possível simplesmente aniquilar ou trancar os corpos. Era preciso corrigi-los e torná-los úteis. Por isso surge a necessidade de instrumentalizar o saber e articulá-lo melhor ao poder e vice-versa.

### 1.3. O PODER E O SABER

Apesar de o saber e o poder implicarem-se mutuamente, “os mecanismos de poder nunca foram muito estudados... e, um assunto que foi ainda menos estudado é o da relação entre o poder e o saber, as incidências de um sobre o outro”<sup>43</sup>, diz Foucault. Porém, ele não foi o primeiro e nem o único a estudar esta relação. Mas, certamente foi quem mergulhou na história e realizou um estudo mais aprofundado a respeito de suas implicações mútuas (grifo nosso).

O saber, desde os tempos mais remotos, tem sido instrumentalizado para erigir um certo tipo de poder. Trata-se de saber em que condições o Poder produz um tipo de saber necessário à dominação e em que medida esse saber aplicado reproduz o Poder. Com o surgimento do capitalismo, com a necessidade de o homem dominar a natureza, os próprios indivíduos e o ambiente social mais amplo através da racionalização do meio, o saber adquire o *status* de “saber-poder”. Maurício Tragtemberg diz que

---

<sup>43</sup> FOUCAULT, M. “Sobre a Prisão”. Op. Cit., p. 141.

é com o filósofo da manufatura Bacon<sup>44</sup> que 'saber é poder' implica em domínio sobre o ambiente. De Bacon ao positivismo<sup>45</sup> e neo-positivismo<sup>46</sup> definiu-se uma linha de saber instrumental, uma validade que depende de comprovação empírica. O saber tem status na medida em que se constitui em saber 'aplicado'. A instrumentalização do saber é uma das características dominantes na cultura do capitalismo moderno<sup>47</sup>.

Bacon, os Positivistas e os Neo-positivistas estavam interessados em instrumentalizar o conhecimento para fins práticos, colocá-lo à serviço da burguesia e do capitalismo; instrumentalizá-lo à serviço do poder.

A preocupação de Foucault com relação à articulação entre saber e poder diverge completamente destas. Ele estuda as condições de possibilidade de o saber produzir poder e analisa em que condições o poder produz saber.

Ao estudar a articulação entre saber e poder, Foucault analisa mais a fundo esta relação na sociedade burguesa, a partir do século XIX - período da constituição do capitalismo industrial - e percebe que poder e saber são indissociáveis.

Ao deslocar-se o centro da punição, através de determinados métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, através de aparelhos de verificação produziu-se a individuação e um tipo de saber específico: as ciências humanas - a criminologia, a psiquiatria, a

<sup>44</sup> Francis Bacon (1561-1626), filósofo da Idade Moderna, seguia a tradição empirista e realçava o significado histórico da ciência e o papel que esta poderia desempenhar na vida da humanidade. Tinha como lema "saber é poder". Isto mostra o caráter da nova ciência: não um saber contemplativo e desinteressado, que não tenha um fim em si, mas um saber instrumental, que possibilite a dominação da natureza. Criticava a lógica aristotélica, opondo ao método dedutivo a eficiência da indução. Insiste na necessidade da experiência e da investigação segundo métodos precisos. Cf. em ARANHA, Maria L. de A & MARTINS, H. P. *Filosofando*. São Paulo, Ed. Moderna, 1990, pp.168-169.

<sup>45</sup> O Positivismo é um conjunto de doutrinas desenvolvidas, principalmente, pelo filósofo francês Augusto Comte (1789-1857). Tinha como máxima "tudo é relativo, e isso é a única coisa absoluta". Cf. em JUNIOR, João Ribeiro. *O que é Positivismo*. São Paulo, Brasiliense, 5ª edição, 1986, p. 23.

<sup>46</sup> Neo-positivismo foi o movimento doutrinário do chamado "Círculo de Viena" fundado pelo filósofo alemão Moritz Schlich (1882-1936), "assinalado pelo caráter cientificista e expressamente antimetafísico, que associa a tradição empirista ao formalismo lógico matemático". Cf. em FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 12ª edição, 1986, p. 1371.

<sup>47</sup> TRAGTEMBERG, Maurício. "O Saber e o Poder". In: MORAIS, J. F. Régis de. *Construção Social da Enfermagem*. São Paulo, Cortez & Moraes Ltda, 1978, p. 181.

psicologia, a sociologia, etc. Estas ciências tornaram-se produtoras e fornecedoras de saberes, permitindo intervir nos aspectos políticos, econômicos e sociais com maior eficácia e eficiência. Esses domínios do saber surgiram a partir de práticas políticas disciplinares e são veículos de transmissão das relações de poder. Geralmente são apropriadas e colonizadas tanto pelas relações de poder, quanto pelo aparelho de Estado, garantindo assim sua atuação eficaz.

Os espaços institucionais transformaram-se em espaços de produção de poder e saber. Assim,

o hospital não é apenas local de cura, 'máquina de cura', mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber. Do mesmo modo que a escola está na origem da pedagogia, a prisão da criminologia, o hospício da psiquiatria<sup>48</sup>.

Este vínculo entre saber, poder e instituição demonstra que “não há saber neutro...”<sup>49</sup>. Todo processo de extração e sistematização do saber é um processo político. Portanto, “todo saber é político. E isso, não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação... Mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder”<sup>50</sup>. A instituição possibilitou a elaboração, a sistematização de um determinado tipo de saber e este, está comprometido com uma determinada finalidade. Não há a suposta neutralidade que os positivistas pregavam.

Foucault analisa e situa o saber como elemento de um dispositivo de natureza essencialmente política. Pretende explicar sua existência e sua transformação situando-o como peça das relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político. Mas, a implicância entre saber e poder é recíproca.

Foucault diz que:

<sup>48</sup> MACHADO, R. “Introdução: Por uma genealogia do Poder”. Op. Cit., p. XXI-XXII.

<sup>49</sup> Idem, Idem, p. XXI.

<sup>50</sup> Idem, Ibidem.

o fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder<sup>51</sup>.

Há uma articulação e dependência mútua entre ambos. Um é condição de possibilidade do outro. O poder permite a produção e a extração de um determinado tipo de saber. E, por sua vez, o saber permite o exercício de um determinado tipo de poder. Por exemplo:

se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. Entre técnicas de saber e estratégias de poder, nenhuma exterioridade<sup>52</sup>.

Percebe-se que saber e poder são correlatos e que realmente não é possível existir neutralidade entre eles.

Essa implicação mútua entre saber e poder possibilitou a Foucault realizar uma inversão em relação ao enfoque metodológico e também uma inversão quanto à forma de conceber o poder.

Geralmente, o poder tem sido concebido de forma negativa, isto é, ligado a violência, a coerção, a opressão, identificado ao Estado, considerado essencialmente como aparelho repressivo. Mas, diz Foucault:

temos de deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. O poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção<sup>53</sup>.

<sup>51</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>52</sup> FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Op. Cit., p. 93.

<sup>53</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 172 / Cf. também FOUCAULT, M. "Introdução: Por uma genealogia do Poder". Op. Cit., p. XVI.

À concepção negativa de poder, Foucault opõe a positiva<sup>54</sup>. Com o advento da sociedade burguesa, industrial e capitalista não interessa mais, aos capitalistas, privar os homens da vida social ou expulsá-los dela, nem impedir que exerçam suas atividades. O que importa é

gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. O objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente<sup>55</sup>.

A positividade está na gestão e no controle da vida dos indivíduos, isto é, através de determinados mecanismos o poder torna os indivíduos produtivos, diminui sua capacidade de resistência, transformando-os em homens dóceis e úteis. Trata-se de dominar politicamente o corpo: “aumentar a utilidade econômica e diminuir os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política”<sup>56</sup>. Para isso é necessário trabalhar politicamente o corpo, articulando poder e saber.

Uma das teses fundamentais da genealogia é que o poder, o poder disciplinar é produtor de individualidade. E, o indivíduo é uma produção do poder e do saber.

O indivíduo não é um elemento que existe anterior ou exterior às relações de poder e, como tal, é atingido e submetido desde uma instância alheia. Ele é efeito do poder. “Atuando sobre uma massa confusa,

<sup>54</sup> O termo positivo não implica nenhum juízo de valor moral. Foucault percebe que na sociedade capitalista, ao invés dos indivíduos serem aniquilados eles são disciplinados para produzir.

<sup>55</sup> MACHADO, R. *Ciência e Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1988, p. 193 / Cf. também FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Op. Cit., p. 129.

<sup>56</sup> MACHADO, R. *Ciência e Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 2ª edição, 1988, p. 193-194.

desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder”<sup>57</sup>.

Atuando sobre os indivíduos, o poder permite a extração de saberes que serão instrumentalizados para a produção de individualidades específicas. Neste sentido, por exemplo, o hospício produz o louco como doente mental, uma individualidade gerida a partir da instauração do poder disciplinar. Dispositivos praticados desde o século XVI, tais como, a organização das paróquias, a instituição da confissão, o exame de consciência e a direção espiritual, aparecem como importantes fatores de individuação.

O indivíduo não é o outro do poder, não está no seu exterior. É fabricado pelo poder disciplinar: seu gesto é articulado, seu corpo adestrado, seus pensamentos induzidos, seu comportamento normalizado, seus discursos interpretados, seu tempo dividido, suas atividades controladas. Tudo é realizado com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, produzindo o indivíduo como resultado de um poder e também como objeto de saber.

Mas como isto ocorre? Através de que meios se produz esta transformação?

#### **1.4. A DISCIPLINA COMO ESTRATÉGIA DE PODER**

Ao estudar a história das penalidades, apareceu a Foucault o problema de uma relação específica de poder que incidia sobre os corpos dos enclausurados, utilizando uma tecnologia própria de controle, tecnologia essa que não era exclusiva da prisão; encontrava-se também em outras instituições como o hospital, a caserna, a escola, a fábrica. A esse poder específico chamou de “disciplina” ou de “poder disciplinar”.

---

<sup>57</sup> Idem, Idem, p. 196.

## A disciplina, diferente de um aparelho, de uma instituição

funciona como uma rede que atravessa sem se limitar a suas fronteiras; é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder; são '...métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade...' é o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu contraponto, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista<sup>58</sup>.

É preciso transformar o corpo em força de trabalho. Mas como diz Roberto Machado “o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar”<sup>59</sup>.

Era necessário um poder para organizar a massa e individualizar. Todavia, “não é todo poder que individualiza e que produz a sociedade..., mas um tipo específico de poder que tem na disciplina a fórmula de condução de suas estratégias e procedimentos”<sup>60</sup>.

No final da era clássica vai se gestando uma nova política e uma nova economia do corpo que produz indivíduos dóceis e úteis. Constrói-se uma verdadeira arte de produzir indivíduos. O seu surgimento marca o momento histórico das disciplinas: delimita-se um espaço, procede-se um quadriculamento, torna-se útil o espaço e dispõem-se os indivíduos em fila. “O corpo entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”<sup>61</sup>.

Esta arte não nasce repentinamente. Algumas técnicas disciplinares, tais como o isolamento, a confissão, a vigilância e a distribuição no espaço, já

<sup>58</sup> Idem, Idem, p. 194.

<sup>59</sup> Idem, Ibidem.

<sup>60</sup> FONSECA, Mário Alves da. Tese de Mestrado: O Problema da Construção do Sujeito em Michel Foucault. PUC/SP, 1994, p. 28.

<sup>61</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 127.

eram praticadas nos conventos, escolas, casernas, hospitais, fábricas existentes na era clássica, porém não limita-se a elas.

A disciplina é uma modalidade de exercício de poder “que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia”<sup>62</sup> que combina economia, eficácia nos movimentos, coação sobre as forças e controle minucioso. A disciplina

implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos das atividades mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos... permite o controle minucioso das operações do corpo, realiza a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade<sup>63</sup>.

O corpo torna-se um objeto de investimento muito precioso: manipula-se, modela-se, treina-se para que obedeça, responda, adquira novas habilidades e multiplique suas forças. Não eliminam-se os castigos. Estes, passam a ser instrumentalizados e impostos com objetivos previamente traçados, segundo um arte devidamente calculada. Então, “empregá-los é a melhor maneira de puni-los”<sup>64</sup>, pois assim, a um só tempo, readquire hábitos bons, torna o indivíduo dócil, útil e faz propaganda contra o crime. Inverte-se a fórmula crime-castigo para castigo-recompensa.

Para que o poder seja exercido eficientemente, não pode parecer como uma conseqüência da vontade ou do interesse pessoal de alguém, pois facilmente geraria protesto e resistência; deve ser representado como uma lei inexorável da natureza, como algo natural.

É necessário vincular o crime à fatalidade da pena. Como se fosse uma lei natural. O objetivo da lei é fazer “que a idéia do *castigo* esteja sempre

<sup>62</sup> Idem, Idem, p. 189.

<sup>63</sup> Idem, Idem, p. 126.

<sup>64</sup> Idem, Idem, p. 96.

presente no coração do homem fraco e domine o sentimento que o arrasta para o crime”<sup>65</sup> (grifo nosso); deve agir como uma força que acompanha o indivíduo o tempo todo, mesmo que não tenha consciência disso e o iniba à prática de qualquer delito.

Todos os possíveis culpados, os potenciais criminosos precisam ser reensinados, não pelo poder das armas, mas por uma força contrária. É preciso que sintam neles mesmos “o que é perder a livre disposição de seus bens, de sua honra, de seu tempo e de seu corpo, para, por sua vez, respeitá-los nos outros”<sup>66</sup>. A punição deve servir ao mesmo tempo de escola para o criminoso e de publicidade para o público; que todos possam ler na punição a vantagem de não imitar e o benefício de praticar atos bons.

O criminoso é concebido como elemento de instrução e como objeto de ciência. O castigo deve ser visível para que possa ensinar. Pela visibilidade e pelo castigo público, a punição atinge o infinito e seus efeitos, estendem-se a todo o corpo social.

Assim, nasce a arte da manipulação calculada do corpo humano que visa torná-lo habilidoso e sujeito a uma relação de obediência-utilidade.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)<sup>67</sup>.

A disciplina administra o corpo, dirige para que opere como se quer, com técnicas, segundo a rapidez, a habilidade, a eficácia e os movimentos determinados.

As disciplinas respondem aos desafios da política e da economia do poder, nas sociedades moderna e contemporânea ocidental: “proporcionar a

<sup>65</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 94.

<sup>66</sup> *Idem*, *Idem*, p. 96.

<sup>67</sup> *Idem*, *Idem*, p. 127.

um pequeno número ou mesmo a um só a visão instantânea de uma grande multidão”<sup>68</sup>; faz crescer a utilidade singular de cada indivíduo na multiplicidade; “extrai dos corpos o máximo de tempo e de forças, esses métodos de conjunto que são os horários, os treinamentos coletivos, os exercícios, a vigilância ao mesmo tempo global e minuciosa”<sup>69</sup> - multiplica os efeitos de poder e acumula novos conhecimentos.

A disciplina produz corpos dóceis e úteis, garante a eficácia e a economia do poder através da aplicação de toda uma maquinaria que distribui os indivíduos, controla suas atividades e adestra.

#### 1.4.1. A ARTE DAS DISTRIBUIÇÕES DOS INDIVÍDUOS NO ESPAÇO

Para organizar as massas, os ajuntamentos e os espaços caóticos, a disciplina realiza um processo de individuação e sujeição através da técnica da distribuição dos indivíduos.

A disciplina estabelece uma relação entre o indivíduo e o espaço: especifica um espaço diferenciado daquele da “monotonia disciplinar”, distribui os indivíduos e quadricula o espaço de forma que seja possível localizar “cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar, um indivíduo”<sup>70</sup>.  
Permite estabelecer

as presenças e as ausências dos indivíduos, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar comunicações úteis, interromper outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as suas qualidades ou méritos<sup>71</sup>.

Pela vigilância constante dos indivíduos e dos espaços a disciplina extrai um conhecimento, estabelece demarcações, identifica, quadricula, classifica-os

<sup>68</sup> Idem, Idem, p. 190

<sup>69</sup> Idem, Idem, p. 193.

<sup>70</sup> Idem, Idem, p. 131.

<sup>71</sup> Idem, Ibidem.

e dispõe-nos em fila, torna possível a intervenção, a regulação e o controle. Através deste procedimento a disciplina “cria um espaço útil”<sup>72</sup>.

Pela disposição em fila organiza-se o espaço e, através dela localiza-se, separa-se, compara-se, relaciona-se e manipula-se de acordo com o arranjo que se deseja.

A disciplina, através de suas técnicas, constitui uma organização analítica do espaço; transforma o caótico, o obscuro, a multiplicidade em “quadros vivos”<sup>73</sup>, organiza o espaço e os indivíduos, ordena o que antes era desordenado e confuso, correlaciona o singular e o múltiplo.

#### 1.4.2. O CONTROLE DA ATIVIDADE

Trata-se de criar um indivíduo útil e, mais do que isso, trata-se de extrair o máximo de eficiência possível, com o mínimo de custo. Por isso é necessário controlar o horário, elaborar o ato, correlacionar o corpo e os objetos, articular o corpo aos objetos.

Depois de organizar o espaço é preciso estabelecer um quadriculamento, o mais minucioso possível do horário; escandi-lo até em seu último limite. Além disso, através de censuras, regulamentações dos ciclos de repetição e de determinadas coações, garantir a boa qualidade do tempo eliminando todas as impurezas existentes. “A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar”<sup>74</sup>.

Todo o ato é decomposto em seus mínimos detalhes numa relação corpo-tempo.

É definida a posição do corpo, dos seus membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude,

<sup>72</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 132.

<sup>73</sup> Idem, Idem, p. 135.

<sup>74</sup> Idem, Idem, p. 137.

uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder<sup>75</sup>.

O controle disciplinar não pretende simplesmente impor ou ensinar determinados gestos. Mais do que isso, impõe a melhor correlação entre gesto e corpo, de modo que não haja desperdício, nem gesto inútil.

Além de escandir o tempo, elaborar o ato e tornar o gesto eficiente, a disciplina estabelece uma articulação do corpo aos objetos. Decompõe o gesto em seus mínimos movimentos e os articula ao objeto que manipula. Foucault denomina essa articulação de “complexo” - complexo “corpo-arma”, complexo “corpo-instrumento”, complexo “corpo-máquina”<sup>76</sup>.

Todos esses mecanismos possibilitam a utilização e extração exaustiva do corpo; permite tirar o máximo de vantagens e neutralizar as inconveniências.

A disciplina produz uma individualidade utilizando grandes técnicas (construção de quadros, prescrição de manobras, imposição de exercícios...) e táticas (“arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada”<sup>77</sup>).

A disciplina responde à necessidade de se obter o máximo de eficiência pela articulação combinada de todos os elementos que compõem um determinado complexo; produz um indivíduo disciplinado e adestrado, que se amolda as exigências.

### 1.4.3. INSTRUMENTOS PARA O BOM ADESTRAMENTO

O objetivo da disciplina, da “correta disciplina” é o “bom adestramento”, a fabricação de indivíduos eficientes.

<sup>75</sup> Idem, Idem, p., 138.

<sup>76</sup> Idem, Idem, p. 139.

<sup>77</sup> Idem, Idem, p. 150.

O poder disciplinar ensina, habilita, “adestra” para conseguir o máximo de resultado possível. Com esta finalidade utiliza alguns instrumentos, tais como: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

a) **A vigilância hierárquica.** A vigilância constitui-se num instrumento fundamental à disciplina, pois pelo “jogo do olhar” que se estabelece permite induzir efeitos de poder; supõe que todos estejam vendo e controlando permanentemente a todos e, através “das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas dos olhares”<sup>78</sup> supõe-se que devem ver sem ser vistos.

A vigilância não supõe que se tranque, esconda e impeça de ver e ser visto; supõe que os espaços sejam transpassados, sejam transparentes e que nada escape ao olhar.

A vigilância operando sobre o espaço e o comportamento do indivíduo produz “um novo saber sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo”<sup>79</sup>.

A vigilância hierárquica consiste em submeter o comportamento, mais que o indivíduo, a um jogo de olhares com efeitos de poder que, de um lado, obriga, tornando claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica o olhar-poder e, na direção inversa, disfarça ou oculta aquele que olha<sup>80</sup>.

A vigilância hierárquica estabelece uma rede de jogos de olhares, subdivide-os, impõe escalas, multiplica sua ação, de modo que, resulte num poder homogêneo e contínuo. Uma máquina de observar atinge até os espaços microscópicos do comportamento. Articulam-se observações, registros e treinamentos formando um aparelho disciplinar perfeito, que

capacita um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que ilumina todas as coisas e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido:

<sup>78</sup> Idem, Idem, p. 154.

<sup>79</sup> Idem, Ibidem.

<sup>80</sup> GOMES, Delarmim Martins. Homem: Objetivação de uma sujeição. Tese de Mestrado, PUC/SP, 1991, p.56.

olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem<sup>81</sup>.

O poder disciplinar, graças a vigilância hierarquizada, tornou-se automático e anônimo; sua rede de relações estende-se de alto a baixo e de baixo ao alto e para os lados, quer dizer, exerce-se em todas as dimensões - um olhar onipresente e onisciente.

A hierarquização da vigilância produz um chefe, porém o aparelho inteiro produz poder, através da articulação de seus mecanismos.

“A disciplina faz ‘funcionar’ um poder relacional que se auto-sustenta através de seus próprios mecanismos. Substitui o brilho das manipulações pelo jogo ininterrupto de olhares calculados”<sup>82</sup>.

b) **A sanção normalizadora.** A sanção, no aparelho disciplinar, não tem a finalidade de punir, fazer sofrer ou reprimir pura e simplesmente. Ela pune, mas ao mesmo tempo estimula a correção.

A disciplina traz consigo a punição constante, em todos os pontos do aparelho. Tudo o que não estiver adequado e conforme a regra deve ser corrigido para reduzir os desvios, eliminar as impurezas e normalizar. Por isso, a sanção disciplinar privilegia a modalidade de castigo que é principalmente exercício, aprendizado, treinamento e correção.

A sanção que combina com essa modalidade é a que comporta um duplo sistema: “gratificação-sanção”. Este mecanismo permite quantificar e classificar os comportamentos e desempenhos em valores opostos de bom e mau e, entre estes dois pólos, distribuí-los em inúmeros pontos, formando assim uma hierarquia em que a posição ocupada funcione simultaneamente como punição e estímulo à normalização. A classificação exerce uma pressão constante: transforma-se numa “penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares: compara,

<sup>81</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 156.

<sup>82</sup> Idem, Idem, p. 159.

diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*”<sup>83</sup>.

A vida humana é colonizada por um conjunto de técnicas políticas de poder e saber. Este investimento resulta numa sociedade normalizadora.

A sanção normalizadora, por um lado, homogeniza o corpo social, por outro, “individualiza, permite medir desvios, determinar níveis, fixar especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras”<sup>84</sup>.

**c) O exame.** O exame é um dos instrumentos centrais do aparelho disciplinar. Pois, através dele, o indivíduo constitui-se “como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”<sup>85</sup>.

O exame tornou-se uma prática permanente. À medida que os indivíduos são expostos ao exame entram para o campo de visibilidade. Todos são vistos e examinados o tempo todo. A vigilância coloca os indivíduos num “campo de conhecimento”: os indivíduos são transformados em fonte de saber e o exame num instrumento para extraí-lo.

Foucault relaciona três mecanismos que revelam que o exame é um instrumento essencial à disciplina. O primeiro diz respeito à inversão da economia da visibilidade no exercício do poder. Se tradicionalmente o poder manifesta sua força na pompa, na exibição e ignoram-se e esquecem-se aqueles sobre os quais se exerce o poder, no poder disciplinar, ao contrário, o poder torna-se invisível, mas impõe uma visibilidade obrigatória aos que submete; ao invés de omitir sinais dos súditos, capta-os. Os submetidos são dados “como ‘objetos’ à observação de um poder que só se manifesta pelo olhar”<sup>86</sup>.

O segundo refere-se ao exame como meio de elaborar um documentário, com informações sobre o indivíduo. A vigilância dos corpos ao longo dos

<sup>83</sup> Idem, Idem, p. 163.

<sup>84</sup> Idem, Idem, p. 164.

<sup>85</sup> Idem, Idem, p. 171.

<sup>86</sup> Idem, Idem, p. 167.

minutos, horas, dias, meses, anos, da vida, possibilita a construção de um arquivo detalhado sobre a localização, hábitos, vícios, doenças, qualidades, defeitos, enfim, com dados sobre tudo o que diz respeito ao indivíduo observado. Estas anotações permitem acumular dados que serão transformados em documento passível de ser visto, revisto, analisado, classificado, comparado, hierarquizado, manipulado. Esta documentação, ao invés de anular a individualidade, permite que seja captada em sua máxima expressão e diferenciação.

O terceiro mecanismo é uma decorrência dos anteriores. Cercado de todas as técnicas documentais, o exame transforma o indivíduo num “caso”, que, enquanto “caso”, “pode ser descrito, mensurado, medido, comparado com os outros e isto em sua própria individualidade”<sup>87</sup>.

Durante muito tempo a individualidade submetida ficou esquecida, privada de consideração e indigna, sequer, de que lhe fosse dirigido um olhar e, muito menos, digna de nota e registro. De repente, a partir do século XVIII, a criança, o louco, o doente, tornam-se alvo de descrição, de relato, objetos de saber. Contudo, na era clássica a descrição funcionava como um processo de heroificação; agora “funciona como processo de objetivação e de sujeição”<sup>88</sup>. Quanto mais o indivíduo é diferenciado, mais torna-se objeto de atenção.

Através do exame o indivíduo é identificado em sua própria diferença, sua própria singularidade, é transformado num caso. A individualidade adquire “status” e revela-se uma nova modalidade de poder; um objeto a ser normalizado.

O exame combina dois recursos utilizados para se obter um bom adestramento: a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. “Realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de

---

<sup>87</sup> Idem, Idem, p. 170.

<sup>88</sup> Idem, Ibidem.

composição ótima das aptidões”<sup>89</sup>. Enfim, torna possível desenvolver funções disciplinares, tais como: distribuir o indivíduo no espaço, controlar as suas atividades, capitalizar o tempo.

Ainda que a disciplina se ocupe mais do comportamento dos indivíduos, ela não dispensa de articular tudo a sua volta para garantir sua eficácia. Assim, a arquitetura também é previamente calculada para torná-la funcional. Ela deixa de ser apenas algo a ser apreciado - se possível que seja bela e digna de admiração, porém, sem deixar de, prioritariamente, cumprir a sua função. Ela deve ser funcional, articulada e detalhada, de forma que enseje o controle interno; que consinta agir sobre os que abriga, possibilite extrair conhecimentos e transformar seus comportamentos. Com estas finalidades foram idealizadas instituições disciplinares - modelos de economia, eficácia e eficiência do poder. Estas se transformaram em locais de excelência do exercício do poder. Como veremos a seguir, nelas combinam-se a vigilância, o controle, a distribuição espacial, a correção e o adestramento dos indivíduos, a produção de saber e o exercício do poder.

#### 1.4.4. AS INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES

Foi posto em prática, nos séculos XVII e XVIII, uma técnica para constituir efetivamente os indivíduos como correlatos de um poder e um saber. Nesse momento ocorreu a passagem dos mecanismos “históricos-rituais” de formação da individualidade para os mecanismos “científicos-disciplinares” - foi posto em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma nova anatomia política do corpo<sup>90</sup>. Por isso, Foucault denomina a sociedade posterior ao final do século XVIII de “sociedade disciplinar”<sup>91</sup>. Ela opera uma

<sup>89</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 171.

<sup>90</sup> Idem, Idem, p. 172.

<sup>91</sup> FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. Série Letras e Artes, 7/74, nº16, 1984, p. 63.

ruptura em relação à sociedade penal, distancia-se da sociedade idealizada pelos reformadores e marca o momento da troca do eixo político da individuação.

No Antigo Regime o máximo de individuação era identificado ao “nome de família”, ao “sangue azul”, ao “Soberano-poder”; na era das disciplinas é identificado com aqueles sobre os quais se exerce e subjuga. Por isso a criança, o doente, o delinqüente, o trabalhador é que são mais individualizados, pois é preciso educar, torná-los dóceis e úteis.

Aplicação de uma nova mecânica de poder e a produção de novos saberes, tornou possível a individualização na sociedade contemporânea, caracterizada pela aplicação de procedimentos específicos de vigilância e correção por “um modo de organizar o espaço, controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta”<sup>92</sup>.

Mas como é que esses procedimentos se efetivam nas instituições disciplinares?

A sociedade disciplinar produziu instituições que, aparentemente, só exercem funções especializadas, tais como: os hospitais, curar; as fábricas, empregar trabalhadores e produzir bens; os conventos, rezar; os hospícios, guardar os loucos e assim por diante. Contudo, têm em comum o “seqüestro”<sup>93</sup>. Não pretendem propriamente “excluir” o indivíduo recluso, mas sim “incluir-lo” num sistema normalizador e através de técnicas e processos sujeitá-lo e utilizá-lo<sup>94</sup>. Diz Foucault:

Na época atual, todas essas instituições - fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão - têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os, ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um

<sup>92</sup> MUCHAIL, Salma Tannus. “O lugar das instituições na sociedade disciplinar”. In: RIBEIRO, Renato J. Recordar Foucault. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 198.

<sup>93</sup> FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. Série Letras e Artes, 7/74, nº16, 1984, p. 92.

<sup>94</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 154.

aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão<sup>95</sup>.

Foucault toma um projeto arquitetônico idealizado pelo jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), no final do século XVIII, como modelo destas instituições. Este projeto é denominado **Panóptico**.

Foucault assim o descreve:

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro; uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia<sup>96</sup>.

O Panóptico é uma máquina para disciplinar os indivíduos. Constitui-se num espaço restrito, fechado, demarcado, vigiado em todos os seus pontos. Os indivíduos são fixados num determinado lugar, onde todos os movimentos são controlados e os acontecimentos registrados; um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro à periferia; o poder é exercido hierarquicamente, sem divisão; o indivíduo é permanentemente localizado, examinado e distribuído<sup>97</sup>.

Bentham descobriu uma tecnologia de poder para resolver os problemas da vigilância, da economia e eficácia. Ele mesmo “disse que seu sistema ótico

<sup>95</sup> FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. Série Letras e Artes, 7/74, nº16, 1984, p. 91-92.

<sup>96</sup> FOUCAULT, M. “O Olho do Poder”. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 9ª edição, 1990, p. 210.

<sup>97</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 174.

era a grande invenção que permitia exercer bem e facilmente o poder”<sup>98</sup>; permitia o exercício do poder e o registro de um saber.

Trancado em sua cela o detento é visto, mas não vê; é objeto de informação, nunca sujeito numa comunicação... não há perigo... loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há cola, nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluíus, tramas, nada destas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes<sup>99</sup>.

O Panóptico infunde no detento um estado de constante visibilidade, assegurando assim o funcionamento automático do poder. Neste sentido, sabendo-se vigiado o tempo todo, o poder funciona automaticamente; sua ação pode tornar-se descontínua, porém, sua eficácia independe de quem o exerce. Qualquer indivíduo, por qualquer motivo, pode fazer funcionar a máquina. Basta que tenha a certeza de que sempre pode estar sendo vigiado. “No anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central vê-se tudo, sem nunca ser visto”<sup>100</sup>.

É interessante perceber que uma vez que o indivíduo sabe que está sendo submetido a um campo de visibilidade ininterrupta ele inscreve em si mesmo relações de poder; torna-se princípio de sua própria sujeição<sup>101</sup>.

“O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder”<sup>102</sup>. Nele pode-se realizar experiências, analisar as transformações, medir o controle, aperfeiçoar o exercício do poder, modificar comportamentos, estabelecer diferenças, treinar, retreinar indivíduos.

O Panóptico é uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos indivíduos; deve desvincular-se de qualquer uso específico; é a descrição de um poder levado a sua forma ideal. Bentham sonhava que este

<sup>98</sup> FOUCAULT, M. “O Olho do Poder”. Op. Cit., p. 211.

<sup>99</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 177.

<sup>100</sup> Idem, Idem, p. 180.

<sup>101</sup> Idem, Idem, p. 179.

<sup>102</sup> Idem, Idem, p. 180.

modelo se generalizasse. Neste sentido argüia: “Ele é [reservadas as modificações necessárias] aplicável a todos os estabelecimentos onde, nos limites de um espaço que não é muito extenso, é preciso manter sob vigilância um certo número de pessoas”<sup>103</sup>.

Ao invés de espetáculos e de violência, o Panóptico proporciona um espaço para a organização e aperfeiçoamento do poder, onde “importa é tornar mais forte as forças sociais - aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar”<sup>104</sup>.

Parece que o mais importante não é saber se é aplicável à sociedade em seu conjunto, mas sim identificar, na sociedade, os locais onde os procedimentos Panópticos são utilizados; analisar como são utilizados no nível individual e social para, através da vigilância, obter o controle e a correção dos indivíduos.

No arranjo panoptical, economia e eficácia são as marcas principais deste poder, pois permite que um vigia observe uma multidão e que também ele seja vigiado.

Nos séculos XVII e XVIII e início do XIX, ocorreu a disseminação das instituições disciplinares; multiplicaram-se o número e disciplinaram-se as existentes. As que surgiram no início do século XIX, já não possuem uma forma tão “compacta e forte” quanto as anteriores. Elas guardam as características de fundo, mas com uma “forma branda e difusa”<sup>105</sup>.

O que antes encontrava-se esparsamente, torna-se um modelo generalizado. Aquela “disciplina-bloco” encontrada na instituição fechada, voltada para funções negativas - fazer parar, romper a comunicação, suspender, reprimir, eliminar - cede lugar à “disciplina-mecanismo”: um

<sup>103</sup> Idem, Idem, p. 181.

<sup>104</sup> Idem, Idem, p. 183.

<sup>105</sup> FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas. Série Letras e Artes, 7/74, nº16, 1984, p. 90.

dispositivo funcional que visa a otimização do exercício do poder tornando-o rápido, leve e eficaz<sup>106</sup>.

Na sociedade moderna foram colocados em prática numerosos, diversos e ricos procedimentos de poder. Concomitantemente à proliferação dos estabelecimentos disciplinares ocorreu uma tendência de se desinstitucionalizar a disciplina, de modo que a vigilância atingisse também o exterior destas instituições. A este processo Foucault denomina de “ramificações dos mecanismos disciplinares”<sup>107</sup>. Por um lado, a instituição “derrama” procedimentos de esquadramento ao seu redor - construção de vilas operárias e residenciais nas proximidades das fábricas, vigilância sobre as famílias de escolares e doentes, por outro, os mecanismos de vigilância tendem a desinstitucionalizar-se e formar blocos de controle (grupos de religiosos, políticos, associações de beneficências, organizações filantrópicas) em toda a sociedade, repartindo os espaços entre si ou inter cruzando-se, procedendo assim a uma inspeção rigorosa<sup>108</sup>.

Além da generalização das instituições disciplinares, da ramificação dos seus mecanismos, Foucault menciona o policiamento<sup>109</sup> como um outro processo para tornar transparente e garantir o controle do espaço social.

Ao invés de uma arquitetura rude, compacta e forte, onde exerce a vigilância, múltiplos pontos estrategicamente localizados exercem a vigilância; uma rede funcional invisível, especializada em observar, registrar, detalhar os acontecimentos, as ações, os comportamentos - tudo o que acontece, a todo instante - foi posto em ação. Porém,

<sup>106</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1993, 10ª edição, p. 184.

<sup>107</sup> Idem, Idem, p. 186.

<sup>108</sup> Foucault cita um trecho elucidativo sobre os procedimentos que as companhias de caridade parisienses tinham que observar quando visitavam os pobres. “É preciso se informar direito de que maneira se comportam em casa, se mantêm paz entre si e com os vizinhos, se têm o cuidado de criar os filhos no temor de Deus... se não deitam os filhos crescidos de sexo diferente juntos e com eles, se não há libertinagem e carícias nas famílias, principalmente para com as filhas crescidas. Se há dúvida de que sejam casados, é preciso pedir-lhes uma certidão de casamento. (FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 10ª edição, 1993, p. 187).

<sup>109</sup> Idem, Ibidem.

para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada<sup>110</sup>

composta de comissários, inspetores, observadores, denunciadores, enfim, de prostitutas, que substituem o vigia da torre central. Ao seu papel - busca dos criminosos, inibir complôs, controle político das massas, dos movimentos de revolta e oposição - a polícia também acrescentou à sua função a função disciplinar.

Assim, a sociedade atual constitui-se na sociedade da vigilância e da manipulação. Ao mesmo tempo que o indivíduo é vigiado é

cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos... Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na maquinaria panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens<sup>111</sup>.

O indivíduo, submetido ao poder disciplinar, encontra-se amarrado de forma tão efetiva que não pode escapar aos seus efeitos, mas também de forma tão sutil que o faz funcionar sobre si, sem que o perceba. Este é o principal motivo e sinal de eficácia de um poder que se infiltrou no cotidiano substituindo “o velho princípio ‘retirada-violência’ que regia a economia do poder pelo princípio ‘suavidade-produção-lucro’”<sup>112</sup>.

Os princípios Panópticos foram disseminados em todo o corpo social, atingindo as mais recônditas extremidades, transformando a sociedade numa sociedade disciplinar: ordenam massas humanas inteiras mediante a fixação dos indivíduos num espaço ou, na forma mais aberta, através da

<sup>110</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1993, 10ª edição, p. 188.

<sup>111</sup> Idem, Idem, p. 190.

<sup>112</sup> Idem, Idem, p. 192.

regulamentação dos seus movimentos; funcionam não pelo direito, mas pela técnica; não pela lei, mas pela normalização; não pelo castigo, mas pelo controle e se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos<sup>113</sup>, atravessam a vida no seu todo.

Freqüentemente encontramos instituições com as características do Panóptico idealizado e formulado por Bentham - escolas, hospitais, fábricas, conventos, e outras. Porém, até que ponto este modelo realmente é aplicável à sociedade como um todo? O desenvolvimento e a modernização da sociedade capitalista, burguesa e industrial também trouxe consigo o exercício do poder de forma mais branda, sutil e positiva em todas as sociedades, em todas as instituições?

---

<sup>113</sup> FOUCAULT, M. A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber. Op. Cit., p. 86.

## SEGUNDO CAPÍTULO

### AS RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL

*Na cúpula,  
'com a precisão e a rapidez de uma guilhotina'  
executavam-se os indisciplinados e os contestantes  
'sem demorado sofrimento'.  
(Visconde de Ouro Preto)*

Será possível compreender o exercício do poder na União tendo apenas como referência a concepção de poder de Michel Foucault? Para ele o exercício do poder, a partir dos séculos XVII e XVIII, passou por uma grande metamorfose. De um poder baseado fundamentalmente na exclusão, na repressão, na censura, nos mecanismos histórico-rituais, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, burguesa e industrial passou a ser produtor de realidades, de verdades, de indivíduos dóceis e úteis, transformou a sociedade atual numa sociedade disciplinar. Mas, será que no Brasil, na universidade brasileira e, de modo particular, na União, realmente tem predominado o poder disciplinar? Como é que o poder se manifesta no Brasil? Para compreender como se exerce o poder no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro e Hélio Jaguaribe, dentre outros, fornecem importantíssimas contribuições.

Nelson Werneck Sodré, em seu célebre trabalho sobre a cultura brasileira, chama a civilização brasileira de “civilização transplantada”<sup>114</sup>. Segundo este autor tanto os elementos humanos quanto os recursos materiais provêm do exterior e a produção é montada para atender exigências externas. Neste mesmo sentido, Darcy Ribeiro fala de “cultura transplantada”<sup>115</sup>.

<sup>114</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970, p. 4.

<sup>115</sup> RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2ª edição, 1996, p. 16.

Sérgio Buarque de Holanda afirma que as raízes da cultura brasileira encontram-se junto aos nossos colonizadores. Ele diz que “de lá (dos países ibéricos) nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”<sup>116</sup> (parentese nosso).

Diversas características encontradas na cultura brasileira já faziam parte dos antigos povos ibéricos. Dentre elas destaca-se o mandonismo, o personalismo e o homem aventureiro. Em relação ao mandonismo e a sujeição, tão presentes na sociedade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda diz: “a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares”<sup>117</sup>.

O personalismo é outra característica comum aos povos ibéricos, característica essa que teria sido transplantada e adaptada à sociedade brasileira.

Hélio Jaguaribe, comentando o personalismo apontado por Sérgio Buarque de Holanda, diz que o personalismo opõe-se ao que se poderia chamar de individualismo. Este caracteriza-se pelo fato de cada pessoa sentir-se um indivíduo distinto de outros, que se considera dotado de um espaço de identidade interna que merece respeito dos demais e reconhece nos demais o mesmo direito à privacidade. Isto tende a gerar uma consciência da individualidade no sentido horizontal, estabelecendo um relacionamento na perspectiva contratualista<sup>118</sup>. O personalismo, ao contrário, refere-se à relação do indivíduo com o espaço público onde cada um tenta ocupar um espaço gerando uma relação vertical.

Neste sentido, cada um se encontra não numa relação de igual-diferente, mas sim de comando ou obediência; cada um se sentindo como que dotado de um valor absoluto. Assim, numa relação vertical, alguns mandam e outros

<sup>116</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S.A., 16ª edição, 1983, p.10.

<sup>117</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. Cit.*, p.10.

<sup>118</sup> JAGUARIBE, Hélio. *Raízes do Brasil e a transição para a sociedade de massas*. In: MASCARENHAS, Sérgio (Org.). *Raízes e Perspectivas do Brasil*. Campinas. Papirus: editora da Unicamp, 1985, p. 21.

obedecem. A sociedade organizada nesta perspectiva estrutura-se de forma hierárquica, com uma certa organização militar. As instituições, numa sociedade personalista, organizada verticalmente, tendem a reproduzir essas relações<sup>119</sup>.

Além do mandonismo e do personalismo, Sérgio Buarque de Holanda aponta o homem aventureiro como outra característica encontrada na cultura brasileira, mas que tem suas raízes ibéricas. Ele denomina de “homem aventureiro” aquele homem projetado no espaço, conjugando audácia com oportunidade, rompendo fronteiras sem respeitar os preceitos legais<sup>120</sup>.

Da conjugação destas características vão resultar, na sociedade brasileira, o centralismo, o patriarcalismo, o coronelismo onde

a entidade privada prevalece sempre... Onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública... O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica... uma invasão do público pelo privado<sup>121</sup>.

Deste comportamento social, onde as relações se edificam essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, erigem-se grandes obstáculos à aplicação das normas de justiça e de aplicação de quaisquer prescrições legais.

Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos, os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado Burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurar garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado Burocrático<sup>122</sup>.

<sup>119</sup> JAGUARIBE, Hélio. Op. Cit. pp. 21-22.

<sup>120</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. Cit., p. 13.

<sup>121</sup> Idem, Idem, pp. 49-50.

<sup>122</sup> Idem, Idem, p. 106.

Fundadas nesta concepção, as relações sociais, na sociedade brasileira, têm sido subordinadas, aos interesses da classe dominante e seus gestores. O predomínio constante das vontades privadas, a ausência de objetividade no trato do sistema administrativo e o desrespeito ao Estado Burocrático têm transformado até a democracia formal num grande mal-entendido. “Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática”<sup>123</sup>. Até parece que

as Constituições são feitas para não serem cumpridas, as leis existem para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias... É em vão que os políticos imaginam-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão (grifo nosso)<sup>124</sup>.

Raymundo Faoro, inspirado em Max Weber, percebeu que na sociedade brasileira (característica não exclusiva dela) tem predominado um tipo de estrutura político-social cujas raízes também encontram-se nos povos ibéricos. Ele denominou esta estrutura político-social de Estamento Burocrático. Este fundamenta-se no patrimonialismo.

O patrimonialismo é uma forma de organização tradicional da sociedade, inspirada diretamente na economia doméstica e baseada em uma autoridade santificada pelas tradições. A dominação patrimonial constitui caso especial de estrutura patriarcal de dominação, com o poder doméstico descentralizado mediante a repartição de terras e de pecúlios aos filhos e outras pessoas dependentes do círculo familiar. Como forma tradicional de autoridade, o patrimonialismo vincula-se a uma ordem estamental, onde os direitos e obrigações são alocados basicamente de acordo com o prestígio e os privilégios dos grupos estamentais. Na medida em que o dominante organiza seu poder doméstico de forma análoga ao poder estatal tem-se a organização política estamental.

<sup>123</sup> Idem, Idem, p. 140.

<sup>124</sup> Idem, Idem, p. 137.

O poder político estamental vincula dominantes e dominados por meio de uma espécie de comunidade consensual na qual repousa a convicção de que o poder senhorial exercido tradicionalmente constitui-se num direito legítimo do senhor. As vontades dos súditos são subordinadas à supremacia e ao poder mais alto. “O soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando”<sup>125</sup>. Sob o domínio do patrimonialismo, o soberano sobrepõe-se ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário.

A administração patrimonial adaptou-se originalmente às exigências pessoais do senhor, obedecendo às normas de organização e funcionamento da sua propriedade (fazenda) privada; essa administração resultou de um domínio político baseado na agregação ao poder doméstico de diferentes relações de senhorio... Apropriando-se dos cargos administrativos e monopolizando-os, a dominação patrimonial não estabelece distinção entre as esferas pública e privada, confundindo-as no cotidiano em benefício de seus interesses pessoais e do seu arbítrio”<sup>126</sup>.

No Brasil, o patrimonialismo por um lado tem reforçado o poder local, fonte da vida política e, por outro, procurou consolidar o poder central, imprimindo-lhe um espírito burocrático, racional-legal com vistas a manutenção de uma organização social elitista.

Pela violência ou pelo consenso, através de emboscadas ou dos laços de compadrio, jogando com a lealdade e a traição, a grandeza dos gestos e a mesquinhez das ações, o senhor patrimonial impõe uma ordem estável e expande uma concepção de mundo que sedimenta essa ordem... em geral estende ao público os seus interesses privados”<sup>127</sup>.

<sup>125</sup> FAORO, Raymundo. Os donos do Poder: formação do patronato brasileiro. Porto Alegre, Ed. Globo, 3ª edição, 1976, p. 14.

<sup>126</sup> TAVARES, José Nildo. Patrimonialismo. In: SILVA, Benedito (coord.). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, FGV, 1986, p. 874.

<sup>127</sup> Idem, Ibidem.

O sistema patrimonial prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. A economia e a administração conjugam-se para a conservação da estrutura, velando contra as forças desagregadoras.

Num Estado estamental patrimonial, elite e classe não se confundem com estamento<sup>128</sup>. São realidades diversas, articuladas as primeiras a serviço da segunda, que a define, caracteriza e lhe infunde energia.

Nesta realidade, a forma de domínio e as relações de poder estabelecem-se de cima para baixo. Todos orientam suas atividades dentro das raias permitidas, respeitam os campos subtraídos ao controle superior, submetem-se as regras convencionalmente fixadas. Junto ao superior uma comunidade manda, governa, dirige, orienta, determinando o funcionamento das relações. Como árbitro do país o estamento burocrático condiciona as demais classes, estratificações e estamentos às suas determinações.

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta à maioria. O quadro dirigente, uma minoria, exerce o governo em nome próprio; a pretexto de representar o povo, o controla e sufoca.

O estamento patrimonialista também se transforma progressivamente, contudo suas mudanças são via acomodação e não de caráter estrutural. O patrimonialismo amolda-se às transições, às mudanças, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação e manipulação.

<sup>128</sup> "A classe se forma de um grupo disperso, não repousa numa comunidade, embora possa levar, pela identidade de interesses, a uma ação congregada, a associações e comunidades, criadas e desfeitas ao sabor das atividades propostas ocasionalmente ou de fins alcançar, em benefício comum. De outra natureza é o estamento - primariamente uma camada social e não econômica, embora possa repousar, em conexão não necessária real e conceitualmente, sobre uma classe. O estamento político... constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder... Ao contrário da classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas - o estamento é, na realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social". (FAORO, Raymundo. Op. Cit. p. 46)

Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelho político - uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes - impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo... cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores<sup>129</sup>.

Nas relações com a sociedade, o estamento provê as oportunidades de ascensão política, ora dispensando prestígio, ora reprimindo iniciativas que tendem a romper o esquema de controle.

No âmbito especificamente político, interno à estrutura, o quadro de comando se centraliza, aspirando, senão à coesão monolítica, ao menos à homogeneidade de consciência, identificando-se às forças de sustentação do sistema...<sup>130</sup>

Grupos, classes, elites, associações lutam e tentam fugir do abraço sufocador da ordem imposta de cima, mas a estrutura estamental, ainda que conceda benefícios e faça reformas, não cede à ponto de descaracterizar-se.

No Brasil, com a promoção de eleições, de concursos públicos e com a organização de uma estrutura cada vez mais burocratizada, o patrimonialismo vai se camuflando. Todavia não consegue desvincular a imagem do país da centralização do poder, da repressão, da violência e da barbárie. Basta ver os inúmeros casos de linchamento, de tortura, extermínio, massacres, que ocorrem por todo o país.

Reflexo desta situação, as eleições, muitas vezes, são transformadas apenas na expressão de participação formal. Geralmente são instrumentos legalizadores e legitimadores de um poder já existente de fato.

Neste sentido, Darcy Ribeiro diz que

a eleição é uma grande farsa em que massas de eleitores vendem seus votos àqueles que seriam seus adversários naturais. Por tudo isso é que ela se caracteriza como uma ordenação oligárquica que só se pode

<sup>129</sup> Idem, Idem, p. 737.

<sup>130</sup> Idem, Idem, p. 739.

manter artificiosa e repressivamente pela compressão das forças majoritárias às quais condena ao atraso e à pobreza<sup>131</sup>.

Assim, instituições que, apesar de terem arquitetura, aparelhagem e laboratórios modernos, apesar de uma estrutura toda informatizada, às vezes até ligadas à Internet, apresentam um estamento burocrático patrimonial que exerce controle e patrulhamento ideológico e tolhe as iniciativas inovadoras e transformadoras, condenando-as à conservação do *status quo*.

## 2.1. AS RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A História da universidade brasileira é bastante recente. O Brasil atravessou toda a fase colonial e chegou até a república sem construir sua universidade. A primeira, a universidade do Rio de Janeiro, só foi criada em 1920, sendo abandonada logo a seguir<sup>132</sup>.

“Efetivamente, apenas a partir de 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo, podemos falar de uma universidade brasileira”<sup>133</sup>. Mesmo assim, “o que se chamou de ‘universidade’ não tinha substância própria, nem ao nível estrutural funcional, nem ao nível histórico. Era uma mera conglomeração de escolas superiores”<sup>134</sup>.

É no contexto de uma sociedade estamental burocrática patrimonial que surge a universidade brasileira. Esta, segundo Florestan Fernandes, “se tornou uma miniatura da sociedade global: uma escola altamente hierarquizada, rígida

<sup>131</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. p. 219.

<sup>132</sup> A primeira universidade teria sido criada com o objetivo de outorgar ao Rei da Bélgica, Alberto I, o título de Doctor honoris causa. Após cumprir seu objetivo, imediatamente foi extinta. (CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporal. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Francisco Alves S.A., 2ª edição, 1986, p. 213. Cf também GOERGEN, Pedro L. A universidade, sua estrutura e função. In: Educação & Sociedade. São Paulo, Ed. Cortez. Nº 2, janeiro, 1979, p. 47.

<sup>133</sup> GOERGEN, Pedro L. Op. Cit. p. 47.

<sup>134</sup> FERNANDES, Florestan. A Universidade Brasileira. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1975, p. 56. Cf. também SILVEIRA, Maria José. A Evolução da Concepção de Universidade no Brasil. In: TOBINO, Manoel J. G. (org.). A Universidade Ontem e Hoje. São Paulo, Ed. Ibrasa, 1984, p. 64.

e exclusivista, que transforma... a atividade educacional em fonte de poder”<sup>135</sup>. Como a universidade “é parte e fruto de um modelo político cultural”<sup>136</sup>, internamente, reproduz os interesses dos setores privados das classes privilegiadas<sup>137</sup>.

O nível de autonomia é um importante indicador para se compreender o poder na universidade brasileira. Em consequência da monopolização do poder pelas classes dominantes ela foi negada às universidades brasileiras. Mas sendo uma condição indispensável à pesquisa e ao desenvolvimento do espírito crítico, a autonomia foi transformada numa das principais bandeiras de luta das comunidades acadêmicas. A autonomia universitária, ‘como exigência acadêmica e administrativa’ já está entre as principais conclusões do inquérito realizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1928. Da mesma forma está presente na “Carta da Bahia”, elaborada pelos estudantes em 1961 e na reunião dos reitores das universidades federais, ocorrida entre 19 e 21 de julho do mesmo ano<sup>138</sup>. Em relação a autonomia universitária José Arthur Giannotti diz: “A autonomia é a pedra de toque do... movimento pela reforma universitária. A tradição legislativa brasileira, contudo, sempre concluiu no sentido contrário”<sup>139</sup>.

A nível teórico a autonomia tem sido reconhecida como necessária às instituições universitárias. Entretanto, se ao nível do discurso explícito em leis e decretos a autonomia sempre fez parte das relações entre Estado e Universidade, a praxis está longe de confirmar as intenções da lei. Por isso,

---

<sup>135</sup> Idem, Idem, p. 52.

<sup>136</sup> FÁVERO, Maria de Lurdes de A.. A Universidade em Busca de sua Identidade. Petrópolis, Vozes, 1977, p.11.

<sup>137</sup> FERNANDES, Florestan. Op. Cit. p. 53.

<sup>138</sup> GOERGEN, Pedro L. Op. Cit. P. 56. Cf. Também CAMPOS, Lilian M. H. de Sá. Autonomia x burocracia, um problema da universidade no Brasil. In: TOBINO, Manoel José Gomes (Org.). Op. Cit. pp. 151-152.

<sup>139</sup> GIANNOTTI, José Arthur. Universidade em Ritmo de Barbárie. São Paulo, Brasiliense, 3ª edição, 1987, p. 71.

Darcy Ribeiro ressalta que: “a reivindicação de autonomia... representa aspiração permanente da Universidade”<sup>140</sup>.

Há um grande descompasso entre o que a legislação brasileira expressa em formulações legais tidas até como progressistas e a praxis caracterizada por um esquema de controles e tutela em todos os níveis. Inúmeros órgãos burocráticos federais e estaduais estão incumbidos de planejar, controlar e fiscalizar a universidade. De um lado a aspiração pela autonomia, de outro a dependência do poder financiador.

Os órgãos financiadores e controladores

influenciam sobre a burocracia interna das instituições, que por sua vez influi sobre os diversos segmentos que constituem a universidade (professores, pesquisadores, funcionários e alunos), criando em muitos casos situações de apatia, dependência, frustração e desinteresse. Como de fato a lei outorga autonomia às universidades, mas ao mesmo tempo os órgãos burocráticos lhes impõem um grande número de normas, repete-se ao nível de administração institucional o mesmo descompasso que se tem encontrado na vida pública da nação - o discurso de caráter liberal da maioria dos políticos brasileiros, de todas as colorações, quase sempre encobre posturas autoritárias ou de controle paternalista, defendendo o ideal democrático sem adotar praxis democrática<sup>141</sup>.

A universidade concebida por Anísio Teixeira como um centro de livre debate das idéias foi suplantada pelo Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas em 1937 e foi reprimida novamente pela ditadura militar, instalada no país em 1964<sup>142</sup>. “Com o golpe de 1937, as tendências centralizadoras e autoritárias se manifestaram de forma explícita”<sup>143</sup> na universidade. Seu caráter centralizador e autoritário foi reforçado a partir de 1964. Hoje,

nossas universidades são sobreviventes à melancólica Reforma de 1968, que trazia o clima pesado do Ato Institucional nº 5... O arbítrio levou o

<sup>140</sup> RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 5ª edição, 1991, p. 125.

<sup>141</sup> CAMPOS, Lillian Mary H. de Sá. *Op. Cit.* P. 153.

<sup>142</sup> LUCKESI, Cipriano. *Fazer Universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo, Ed. Cortez, 6ª edição, 1991, p. 38.

<sup>143</sup> FÁVERO, Maria de Lurdes de A.. *Universidade & Poder: análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1980, p. 115.

a um processo de desculturalização, prendendo e exilando - quando não matando - as figuras mais dinâmicas de nossa cultura à época<sup>144</sup>.

A ditadura militar atingiu diretamente as universidades, impondo uma severa intervenção e repressão. Muitos intelectuais foram perseguidos, exonerados, aposentados compulsoriamente e exilados. Dentre as universidades que foram atingidas mais diretamente encontram-se a USP, UNICAMP, UNESP, FGV, UFMG<sup>145</sup>. Na UNICAMP, por exemplo, funcionários foram demitidos, diretores das unidades foram exonerados e nomeados interventores. Ferdinando de Oliverira Figueiredo diz: “Eu me lembro que na época do Zeferino isto ainda era uma coisa como o oeste americano: a lei era uma coisa muito flexível, aqui dentro não havia regras, não havia estatutos, não havia regimento”<sup>146</sup>. Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes, enfatiza:

A intervenção realmente foi... uma catástrofe tão grande... de um autoritarismo tão baixo... que realmente levantou desde aquele pequeno cientista mais concentrado na sua pequena cadeira dentro do seu minúsculo laboratório até o militante mais exaltado<sup>147</sup>.

A ditadura militar tratava de afastar e punir portadores de idéias consideradas marxistas ou subversivas, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, que tornam o julgamento subjetivo. Dependendo da denúncia, o aparato de segurança era mobilizado, promovia o expurgo e elevava às posições de mando oportunistas e portadores de espírito tacanho e intolerante<sup>148</sup>.

<sup>144</sup> MORAIS, João Francisco Régis de. Universidade: seus desafios neste final de século. In: Pro-Posições. Ed. Cortez: Unicamp, Vol. 3, nº 2[8], Junho, 1992, pp. 62.

<sup>145</sup> Para se conhecer um pouco melhor o processo de intervenção que se abateu sobre a UNICAMP, leia-se ADUNICAMP. Em defesa da universidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1991; sobre a USP, leia-se ADUSP. O Livro Negro da USP: O controle ideológico na universidade. São Paulo, Brasiliense, 1979; sobre a UFMG, leia-se: PIMENTA, Aluisio. Universidade: a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1985.

<sup>146</sup> ADUNICAMP: Em defesa da universidade. Campinas. Editora da Unicamp, 1991, p.92.

<sup>147</sup> Idem, p. 60.

<sup>148</sup> ADUSP: O livro negro da USP. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979, p. 17.

Desde a criação da universidade, esta era tida como instrumento de preparação dos quadros para exercer os papéis e funções necessárias ao desenvolvimento e assegurar a ideologia dominante (o positivismo). Os grupos dirigentes do país têm, nesse momento, a convicção de que a escola (a universidade) é um veículo privilegiado para o inculcamento e a preservação de sua ideologia<sup>149</sup>. Neste sentido o pseudo liberalismo está muito próximo do autoritarismo. Pois, concebida a universidade para veicular a ideologia dominante, quando idéias progressistas ameaçam romper este canal, para garantir o controle, entra em ação o autoritarismo. Por isso, “sabemos todos que na história da universidade brasileira houve sempre uma tendência nítida ao autoritarismo centralizador”<sup>150</sup>.

Aliado à falta de autonomia a universidade brasileira tem sido submetida a um processo de burocratização, que Darcy Ribeiro chamou de ‘esclerose das entidades universitárias’<sup>151</sup>. A burocratização, diz José Arthur Giannotti, transformou a universidade numa “enorme máquina, altamente sofisticada e complexa, que engole e produz saberes, sábios e sabidos”<sup>152</sup>.

A partir da década de 30, a administração foi passando por um processo de modernização, aliada ao autoritarismo. Modernização que se traduziu na burocratização feita de cima para baixo, na multiplicação e reforma das leis relativas ao ensino, à estrutura e ao funcionamento de nossas universidades. Se pretendia criar uma administração racional. Neste sentido, a informatização contribuiu muito. Esta uniu a burocracia e a tecnologia, produzindo a tecnoburocracia, uma administração baseada no modelo sistêmico -método que tende a reduzir os comportamentos humanos à determinadas estruturas,

<sup>149</sup> FÁVERO, Maria de Lurdes de A.. *Universidade & Poder: análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1980, p. 115.

<sup>150</sup> REZENDE, Antonio Muniz de. *O Saber e o Poder na Universidade: dominação ou serviço*. São Paulo, Ed. Cortez, 5ª edição, 1987, p. 10.

<sup>151</sup> GOERGEN, Pedro L. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>152</sup> GIANNOTTI, José Arthur. *Op. Cit.* p. 22. Sabido, segundo Giannotti, é aquele que, freqüentemente, jogando com a esperteza, aprende a captar e falar aquilo que o público pretende ouvir. Faz-se notar, vai ocupando posições de mando e, às vezes, chega até a ser reitor.

analisadas de forma abstrata, formal e lógica<sup>153</sup> - consagrando a “máquina administrativa”.

A quantificação dos resultados visados ou obtidos traduz-se em estatísticas que relatam o número de alunos matriculados, o número de diplomas expedidos, número de teses defendidas, sem nenhuma preocupação com a qualidade do ‘produto’<sup>154</sup>.

Nesta mesma perspectiva reage indignado José Martins Filho, Reitor da Unicamp:

Fala-se da universidade, hoje, como de futebol. Poucos entendem, mas parece que, ultimamente, o universo brasileiro encheu-se de entendidos em educação superior, e mais, de contabilistas amadores que pensam encontrar a solução para nossas universidades na equação numérica que tudo reduz a custos, como se elas fossem fábricas de automóveis ou botequins de beira da estrada em que a relação custo/benefício aplicada, corretamente, resolveria qualquer dificuldade<sup>155</sup>.

O modelo político centralizador vivido pelo país, a partir de 1964, evidentemente, não excluiu as instituições universitárias: o controle centralizado aliou à burocratização a tecnocracia; o MEC, em nome da segurança nacional, passou a controlar a universidade brasileira. Isto significa que enquanto realmente não existir democracia social de fato as leis continuarão apresentando a contradição entre os princípios e a prática.

A autonomia universitária é um princípio consagrado na legislação ordinária de ensino desde a Reforma Francisco Campos. Depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4.024/61, no Artigo 80, estabeleceu que “as universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar na forma de seus estatutos”. Posteriormente, a Lei 5.540/68, também manteve este princípio. E, igualmente,

<sup>153</sup> Idem. Idem, pp. 23-24.

<sup>154</sup> REZENDE, Antonio Muniz de. Op. Cit. p. 48.

<sup>155</sup> FILHO, José Martins. Universidade Pública x Universidade Privada. A quem interessa essa discussão? Texto apresentado na reunião do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

ocorreu com a Lei 5.692/71. Este princípio foi ratificado pela Constituição de 1988.

Porém, a Reforma Francisco Campos, em 1931, foi obra exclusiva do próprio ministro. O mesmo ocorreu com as reformas promovidas durante a vigência do Estado Novo, período em que as normas eram ditadas pelo ministro. Recentemente, o centralismo continua. A Câmara dos Deputados elaborou um Projeto de LDB juntamente com a participação de segmentos da sociedade civil organizada, mas o Substitutivo Darcy Ribeiro<sup>156</sup> tende a atropelar este projeto. Quer dizer: “a autonomia universitária é uma farsa se não tiver como correlato a sua democratização interna, no contexto da democratização de toda a sociedade”<sup>157</sup>.

A burocracia, na universidade, serviu de elo de unidade entre o espírito liberal e o exercício do autoritarismo, muitas vezes, camuflado. A autonomia, um princípio liberal, freqüentemente, tem sido utilizada como uma estratégia para dissimular a dominação, quando segmentos organizados reivindicavam maior liberdade no interior da instituição universitária.

A união do autoritarismo com o aparelho burocrático, mecanicamente montado, tende a fortalecer a centralização, embora, diluindo a autoridade e a responsabilidade, numa despersonalização funcional. Dessa forma, a burocracia torna a administração um modo de exercer a dominação. Como diz Antonio Muniz de Rezende administrar torna-se sinônimo de “vigiar e punir”<sup>158</sup>, submetendo a uma progressiva docilização os que estão numa posição hierarquicamente inferior.

A universidade tecnoburocraticamente administrada, transforma-se numa realidade abstrata, formal, mecânica, que permite ser concebida de

---

<sup>156</sup> Darcy Ribeiro, contrariamente a sua luta pela democratização da sociedade brasileira e da educação, promoveu, ao enviar à Câmara o seu projeto de LDB, um ato personalista e totalmente antidemocrático, sendo que a sociedade e particularmente a comunidade escolar não foi chamada a participar da elaboração deste projeto.

<sup>157</sup> REZENDE, Antonio Muniz de. Op. Cit. p. 30.

<sup>158</sup> Idem. Idem. p.82.

forma funcionalista, de cima para baixo. Por isso, freqüentemente, os educadores são postos a serviço dos administradores e a educação e as pessoas à serviço da burocracia, numa verdadeira dependência, exercendo-se um poder que controla e manipula os meios em detrimento dos fins.

A burocratização não elimina o patrimonialismo na universidade. Os cargos da cúpula administrativa são tidos e exercidos como cargos de confiança. Quanto mais elevado o cargo, maior fidelidade é exigida. A submissão, quer à burocracia, quer à pessoa que ocupa determinado posto de mando, se exerce desde o topo da administração até à base -os assessores e seus imediatos em relação ao reitor (nem sempre é nomeado aquele que vence a eleição. Às vezes é indicado como reitor aquele que goza de maior confiança junto ao governo) e os alunos em relação aos professores.

O poder na universidade brasileira está diretamente ligado ao contexto mais amplo, à sociedade brasileira. Como parte deste todo, no interior da universidade, as relações de poder geralmente refletem as relações políticas e culturais predominantes na sociedade, numa certa época. Como a realidade brasileira é muito diversa, de uma universidade a outra as relações de poder podem mudar muito. Por isso, analisa-se o caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, para ver como concretamente tem se exercido o poder nesta instituição.

## TERCEIRO CAPÍTULO

### AS RELAÇÕES DE PODER NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

*Com esses processos de dominação, estabelecem-se sistemas de regras; contudo, ao contrário do que se poderia supor, eles não visam suprimir a guerra e instaurar a paz. 'A regra, afirma Foucault, é o prazer calculado do combate... Permite relançar sem cessar o jogo da dominação, põe em cena uma violência meticulosamente repetida'. Portanto, a existência de regras possibilita a inversão de uma relação de forças, viabiliza que sejam dominados os que dominam. Ao apossarem-se de sistemas de regras estabelecidas, as forças impõem-lhes uma nova direção. (SCARLETT MARTON)*

#### 3.1. ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA UNIOESTE E A LUTA PELO RECONHECIMENTO

Quando trata-se de analisar algo concreto, como é o caso das relações de poder na Unioeste, a abordagem dos aspectos sócio-históricos pode fornecer importantes elementos para auxiliar na compreensão. Por isso, far-se-á uma breve historicização do Oeste do Paraná, onde situa-se a Unioeste, para depois analisar as relações de poder.

##### 3.1.1. A OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ

Parte do que somos deve-se ao nosso passado, ao tipo de colonização, ao processo de desenvolvimento aqui implantado. Como foi mencionado

anteriormente a cultura e a civilização brasileira têm suas raízes no velho mundo, principalmente, nos países ibéricos. Neste sentido, Florestan Fernandes é enfático ao dizer que o Brasil é produto da

'expansão da civilização ocidental', isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início com a 'conquista' -espanhola e portuguesa- e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional<sup>159</sup>.

Após a chegada dos colonizadores europeus ao continente americano iniciou-se uma nova jornada para os habitantes que aqui viviam. Os padrões culturais europeus foram transplantados para as colônias, a dominação colonial adquiriu um caráter de exploração ilimitada em todos os níveis da existência humana e da produção.

A exploração não se limitou aos nativos americanos e nativos africanos; foi estendida a todos que precisam garantir sua sobrevivência às custas da alienação de sua força de trabalho. A dominação imposta pelos colonizadores passou a ser organizada dentro do próprio sistema e ser exercida por uma classe, uma raça, um estamento hegemônico sobre outro, de forma que se tornou contínua em todo o corpo social.

Desta forma foi instituindo-se "uma organização aristocrática, oligárquica e plutocrática da sociedade *que* sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados" (grifo nosso)<sup>160</sup>. Isto não tem sido diferente no Paraná.

A Universidade do Oeste do Paraná localiza-se numa região de colonização recente, a última do Paraná a ser colonizada. Só foi ocupada efetivamente entre 1940 e 1970, sendo marcada direta e imediatamente pelo

<sup>159</sup> FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1973, p. 11.

<sup>160</sup> Idem, *Ibidem*.

impacto provocado pelas profundas transformações sociais, científicas e tecnológicas que estavam ocorrendo no país, naquele momento.

Antes de ocorrer a colonização propriamente dita a região era ocupada por índios, principalmente da tribo dos guaranis que, perseguidos pelos bandeirantes, tiveram que fugir para a região dos sete povos missões no Rio Grande do Sul, para o Uruguai, Paraguai.

Desde o início os colonizadores impuseram-se de forma bárbara massacrando populações indígenas ou submetendo-as e forçando-as a incorporarem sua cultura<sup>161</sup>.

As tentativas de colonização e ocupação do Oeste do Paraná provocaram perseguição, escravização e morte de muitos índios, devido especialmente, ao modo de produção ali desenvolvido, determinando até a extinção de sua condição de índio. Mas, os índios não foram os únicos. “Apesar de suas lutas, foram apenas os primeiros derrotados. Outros derrotados serão encontrados ao longo da formação histórica do Oeste do Paraná”<sup>162</sup>.

No Oeste do Paraná, como nas demais regiões do Brasil, a primeira preocupação dos colonizadores era com a posse e exploração das riquezas. Para a maioria deles não havia a preocupação em preservar a rica e bela natureza e nem respeitar cultura diferente da sua - a cultura indígena. Aquela estava aí para ser explorada e os índios para serem caçados, escravizados e fazê-los produzir.

À posse de terras por empresas estrangeiras do Paraguai e da Argentina -as obragens-<sup>163</sup>, seguia-se a brutal exploração do trabalho sem excessão - “O

<sup>161</sup> cf. PALUDO, Giovanni B. & BARROS, Darci A. Síntese da História do Paraná. Cascavel, Assoeste, S/D, p.02.

<sup>162</sup> EMER, Ivo Oss. Tese de Mestrado: Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola. Rio de Janeiro, FGV, 1991, p.35.

<sup>163</sup> “As obragens eram uma propriedade ou um sistema de exploração de crva mate e madeira existentes nas matas subtropicais... Os obreiros monopolizavam o transporte e a atividade comercial no suprimento de todas as necessidades das populações existentes ao longo dos rios navegáveis”. (Idem, Idem, p. 53-54)

tratamento aos trabalhadores era extremamente cruel, com espancamentos por motivos banais e até com eliminação física”<sup>164</sup>.

O longo período de permanência e desenvolvimento de uma economia predatória, as crises geradas pelas demarcações de fronteiras, os freqüentes conflitos internos retardaram a ocupação e a colonização no Oeste do Paraná<sup>165</sup>.

Em razão destes fatos, a ocupação e a efetiva colonização tiveram características específicas que determinaram a época e as condições de desenvolvimento<sup>166</sup>. A ocupação efetiva do Oeste do Paraná foi realizada por colonos vindos do Norte e do Sudoeste do Paraná e, mais tarde, por colonos italianos e alemães procedentes do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina.

Quando romperam-se as barreiras e foram criadas as condições favoráveis à colonização e ocupação, o Oeste do Paraná cresceu rapidamente. Para perceber o rápido processo de transformação, observe-se que em 1950 a população regional já era de 34.193 habitantes. Em 1960 passou para 172.928. Entre 1960 e 1961, dos cinco municípios existentes desmembraram-se oito e, em 1970, a região já contava com 18.

Tanto o capital agrário quanto o do comércio foram concentrando-se nas mãos de poucos - aliás, a má distribuição da renda não é uma característica exclusiva do Oeste do Paraná<sup>167</sup>. A classe economicamente dominante também impôs-se e estabeleceu o controle sobre o poder político e ideológico.

Na região Oeste, o município de Cascavel, favorecido por sua posição geoeconômica, impõe-se politicamente perante os demais. As lideranças de

<sup>164</sup> EMER, Ivo Oss. Tese de Mestrado: Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola. Rio de Janeiro, FGV, 1991, p.76. Cf. Também WACHOWICZ. Obrageiros, mensus e colonos. Curitiba, Ed. Vicentina, 1982, p. 55-59.

<sup>165</sup> EMER, Ivo Oss. Op. Cit. p. 03.

<sup>166</sup> Idem, Idem, p. 02.

<sup>167</sup> A má distribuição da renda é algo escabroso no Brasil, é das piores no mundo. Segundo o Banco Mundial em 1995, 10% da população mais rica do Brasil detém 51% da riqueza, 70% detém 47% e os 20% restantes dos pobres detém apenas 2%.

Cascavel parecem ser mais arrojadas. Inclusive quando tratam-se de lutas reivindicatórias para a região, elas despontam na frente. Isto tem gerando insatisfações e até intrigas. “Ninguém tolera mais essa situação de ver Cascavel prevalecer sobre os demais”<sup>168</sup>, desabafou Augusto Sperotto, empresário toledano.

No Oeste do Paraná, cuja economia baseia-se principalmente na agricultura as relações sociais sempre foram muito marcadas pela mentalidade rural. Ao contrário dos grandes centros, onde as relações sociais parecem ser mais impessoais, marcadas pelo distanciamento, elas ainda carregam fortes traços de familiaridade, típico de uma mentalidade agrária. O mandonismo, o personalismo, o homem aventureiro, apontados por Sérgio Buarque de Holanda e o patrimonialismo, destacado por Raymundo Faoro, estão muito presentes. As lutas, os conflitos são diretos. Muitas vezes as disputas são resolvidas através da força bruta, na luta pessoal e não em mesa de negociações.

O Oeste do Paraná tem representado uma força econômica muito forte no Estado. Mas apesar disto, foi pela alternativa do associativismo que os colonos tiveram que resolver seus problemas e superar seus desafios, visto que “a política paranaense, até a década de 1960, sempre foi, de diferentes formas, ligada aos interesses das oligarquias do chamado Paraná tradicional, que administravam a Província e o Estado para si”<sup>169</sup>. Contudo, o associativismo não foi suficientemente forte e capaz de conquistar os benefícios do Estado.

À medida que aumentava a produção, crescia a população e a economia inseria-se no contexto nacional, conforme o êxodo rural ia crescendo<sup>170</sup>, ampliavam-se e complexificavam-se as relações sociais. Devido ao impacto

<sup>168</sup> Jornal A Cidade. Cascavel, 20/05/96, p. 03.

<sup>169</sup> EMER, Ivo Oss. Op. Cit. p. 95.

<sup>170</sup> Segundo o IBGE em 1970, 80,13% da população do Oeste do Paraná vivia na zona rural e apenas 19,87% na zona urbana. Dez anos depois, em 1980, a população rural diminuiu para 49,57% enquanto a urbana elevava-se para 50,43%. (Processo de criação e reconhecimento da União Oeste. Cascavel, maio de 1990, p.27)

gerado pela mecanização das lavouras, cresciam as vilas e núcleos municipais; as propriedades rurais concentravam-se e o poder político local e estadual deslocava-se para as mãos de outros grupos sociais: comerciantes, industriais e banqueiros, espécies diferentes de oligarquias estabeleciam o domínio fechadas em si mesmas, ciosas de poder local, regional e nacional. Estas mantiveram uma mentalidade conservadora, avessa e resistente até mesmo às transformações e à modernização capitalista. O poder político, o espaço público e as instituições passam a refletir mais explicitamente o jogo de força e os interesses destes grupos.

Ainda que a nível ideológico se consiga fragmentar, distorcer e encobrir a realidade concreta, a nível material não é possível disfarçar. Se a base material da vida é baseada na propriedade privada, o poder político e a administração do espaço público também refletem esta realidade ou tornam-se extensão da mesma. Ocorre a apropriação do espaço público como se fosse espaço privado e a administração torna-se patrimonialista. Neste sentido o poder e a administração voltam-se para a conservação e a reprodução das relações e não para a transformação das mesmas.

No jogo de forças, no Oeste do Paraná, a educação tem se constituído num fator importante de luta e mobilização. A escola, juntamente com a religião, tem sido uma das primeiras e principais preocupações dos colonos.

### **3.1.2. O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE**

O ensino superior no Oeste do Paraná está diretamente ligado à forma de colonização e desenvolvimento implantada nesta região e, de certo modo, constitui-se num reflexo da história da mesma.

A universidade é parte integrante do processo histórico. Cabe, portanto, assinalar alguns determinantes deste processo para compreender o tipo de

universidade que vai sendo construída e as relações de poder que nela vão ocorrendo.

O determinante histórico mais importante é a forma de produção e organização da vida, pois ela determina as relações sociais, a organização da sociedade civil, as leis e o próprio Estado.

A produção da existência é baseada na propriedade privada dos meios de produção. Este fator determinante explica a existência das classes sociais, as lutas entre elas e no interior delas. O conhecimento, a educação, as relações que ocorrem na universidade são, em grande parte, reflexo desta realidade social.

Inicialmente a economia do Oeste do Paraná baseou-se no extrativismo vegetal e no cultivo da erva mate. Mais tarde, a partir da metade do século, favorecida pelos solos férteis e planos, tornou-se uma região de grande produção agrícola.

Desde o começo da colonização os colonos trataram de suprir suas necessidades sem esperar por auxílio do governo. Aprenderam a lutar e conquistar seus interesses à sua maneira, por conta própria.

Diante das dificuldades encontradas, principalmente ligadas à produção e escoamento da mesma organizaram-se, construíram estradas e promoveram sua defesa.

Logo nos primeiros anos de sua colonização, o Oeste do Paraná foi fortemente influenciado pela modernização na agricultura, que estava ocorrendo no país. Os incentivos governamentais à mecanização das lavouras provocaram concentração das terras e das riquezas no campo e impulsionaram o êxodo rural, invertendo o pólo de concentração populacional em poucas décadas. O professor Ivo Oss Emer diz que

a disputa por ensino na intensa urbanização do Oeste do Paraná, devido ao êxodo rural, representa a busca de alternativas e uma

rearticulação da capacidade de trabalho ou sua potencialização no interior do novo sistema produtivo<sup>171</sup>.

E, acrescenta Grzybowski: “o êxodo rural, à medida que leva à urbanização, representa para os trabalhadores a inserção num contexto onde a escolaridade passa a ser condição para a própria sobrevivência”<sup>172</sup>.

Com as rápidas transformações ocorridas na região, a ausência de um bom nível de escolaridade representava insegurança a nível de trabalho e ascensão social. Esta insegurança pairava não só sobre os trabalhadores, mas também sobre os pequenos e médios empresários.

Na década de 70, os centros urbanos mais desenvolvidos da região, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon, sentiram a necessidade de, a partir de seu próprio desenvolvimento histórico, também ampliar as condições e os níveis de escolaridade para que os estudantes não tivessem que deslocar-se para pólos distantes como Maringá, Londrina, Curitiba ou para outros Estados se quisessem continuar estudando.

Assim, a década de 70 foi marcada pela construção e ampliação da rede escolar no Oeste do Paraná. Em 1972 foi autorizada a funcionar a faculdade de Cascavel -Fecivel-; em 1979 a faculdade de Foz do Iguaçu -Facisa-; em 1980 as faculdades de Toledo -Facitol- e Marechal Cândido Rondon -Facimar.

Todavia, a presença do Estado tem sido muito débil. Só apareceu depois que a região já tinha assumido um forte significado econômico no contexto estadual e, mesmo assim, apareceu mais pelo fisco do que pela prestação de serviços. Então, políticos, professores, lideranças sindicais, associações de moradores uniram novamente suas forças e continuaram a luta a favor do Ensino Superior, exigindo investimentos do Estado; exigindo que o governo assumisse o compromisso de manter e ampliar o Ensino Superior.

<sup>171</sup> EMER, Ivo Oss. Op. Cit. p. 193.

<sup>172</sup> GRZYBOWSKI, Cândido. “Trabalhadores rurais e Educação”. In. Mão-de-obra Volante na Agricultura. São Paulo, CNPq/ UNESP/ POLIS, 1982, p. 313.

Comissão Pró-universidade do Oeste, da qual participaram representantes dos diversos segmentos sociais interessados em construir a universidade. Esta comissão ficou encarregada de organizar, articular as lutas e os anseios da comunidade.

Em 19 de abril de 1985, na cidade de Guaraniaçu, próximo a Cascavel, realizou-se uma reunião conjunta na qual estiveram presentes representantes da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná -AMOP-, da Assoeste, prefeitos da região, secretários de Estado, secretários municipais de educação, diretores de Faculdades, professores, estudantes, deputados estaduais, membros da Comissão partidária para Política do Ensino Superior do Paraná, a Comissão Pró-Universidade do Oeste e representantes das Cooperativas Agropecuárias Regionais. Neste encontro decidiu-se, por unanimidade, construir um organismo forte, integrando diferentes setores regionais para consolidar o ensino superior no Oeste, mediante a construção de uma universidade de abrangência regional. No mesmo ano um expressivo grupo de pessoas constituído por representantes de diversos segmentos da sociedade, dirigiu-se a Brasília para pleitear a manutenção federal da tão almejada universidade.

O Paraná tem sido relegado pelo governo federal. Enquanto o Estado possui apenas uma universidade federal, o Rio Grande do Sul conta com cinco e Minas Gerais com sete. Mesmo assim é difícil sensibilizar e demover o governo federal de sua posição negativa em relação à construção da universidade e da necessidade da mesma no Oeste do Paraná.

Não conseguindo o apoio esperado do governo federal, as lideranças resolveram buscar ajuda junto ao governo estadual, que, por questão de justiça e trato igualitário em relação às demais regiões, obrigou-se a atender a reivindicação.

Iniciava-se assim, gradativamente, o processo de unificação das faculdades do Oeste do Paraná. Em 08 de maio de 1986, estabeleceu-se um

convênio entre o Estado do Paraná e os Municípios sedes das instituições, comprometendo-se mutuamente com a criação de mecanismos que viabilizassem a estadualização da Unioeste.

Em 15 de janeiro de 1987, através da Lei 8.464, o Poder Legislativo autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação de Instituições do Oeste do Paraná. Esta lei estabeleceu o marco legal da estadualização da Universidade, implementada pelo Decreto 399, de 27 de abril de 1987, que instituiu a Fundação Federação de Instituições de Ensino do Oeste do Paraná e nomeou a Comissão de Implementação da Unioeste.

A Lei 8.680, de 30 de dezembro de 1987, autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Fundação Mantenedora dos Centros Universitários existentes na região. O Decreto 2.352, de 27 de janeiro de 1988, cria a Fundação Universidade do Oeste.

No mesmo ano foi realizada a eleição para Diretor Presidente e Diretor Vice-presidente, com a participação de acadêmicos, pessoal técnico administrativo e professores. Os eleitos foram os professores José Kuiava, para Diretor Presidente e Flávio Vendelino Scherer, para Diretor Vice-presidente, os quais, através do decreto 3.487, de 12 de agosto de 1988, foram nomeados para o mandato de 4 anos.

Continuando sua luta para ampliar e garantir a qualidade do ensino superior no Oeste do Paraná, em 1989 e 1990 a Unioeste elaborou uma Carta Consulta, requerendo seu reconhecimento como Universidade Regional Multi-Campi. No entanto somente em 24 de setembro de 1992, o Conselho Estadual criou a Comissão Especial para o reconhecimento da Unioeste. Internamente, porém, foi sendo desenvolvido um programa de incentivo à qualificação e titulação dos docentes.

Pela Lei 9.663, de 16 de julho de 1991, o Poder Legislativo autorizou o Poder Executivo a transformar, entre outras, a Fundação Estadual do Oeste do Paraná (Funioeste) em Autarquia Especial.

Esta Lei, em seu Art. 3º, Parágrafo Único, estabelece que “os cargos de direção ficam transformados em cargos de provimento em comissão, cujas denominações e simbologias serão definidas e fixadas por Decreto”. Já o Parágrafo Único afirma:

Para provimento dos cargos de Reitor das universidades Estaduais, a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo, sendo os demais cargos em comissão providos conforme dispuser a respectiva regulamentação<sup>174</sup>.

Apesar do compromisso que o governador Roberto Requião assumiu quando foi eleito e empossado -cumprir as leis e a constituição- ele quebrou o juramento e violou as determinações legais, como vê-se adiante.

Depois de um intenso trabalho de negociações, mobilização de diversos grupos sociais, investimentos em recursos humanos e materiais, em 23 de dezembro de 1994 a Universidade Estadual do Oeste do Paraná foi reconhecida pelo MEC, como universidade Multi-Campi. A partir daí foi reorganizada a estrutura interna da própria universidade e o Diretor Presidente foi nomeado Reitor Pro-Tempore por um ano, prazo no qual seria convocada eleição e empossado o novo Reitor.

A educação, a escola, a universidade são gestadas no interior de um processo histórico-social concreto. São produzidas a partir da realidade com a finalidade de reproduzi-la ou de satisfazer suas necessidades. Como a sociedade é complexa, composta de classes sociais, muitas vezes com interesses antagônicos, o espaço educacional constitui-se num espaço de lutas e disputas, pois é caudatário do processo econômico, do sistema produtivo, da forma como são estabelecidas as relações sociais e políticas, da forma de organização social.

---

<sup>174</sup> Memória I. Unioeste: a verdade dos fatos. nov. de 1993, p. 03.

Sendo a educação um componente cultural, esta molda-se de acordo com as relações de força envolvidas, numa determinada conjuntura<sup>175</sup>.

Entre 1991 e o final de 1995, período de luta mais intensa pelo reconhecimento e consolidação da Unioeste, ocorreram muitos atritos nesta instituição educacional. Muitas vezes estiveram apoiados e até sustentados por agentes externos, por um estamento burocrático patrimonial, o que revela a fragilidade desta Universidade.

### **3.2. A CONFLITUOSA CONSOLIDAÇÃO DA UNIOESTE**

A universidade é gestada no interior da sociedade e, neste sentido, expressa as contradições, os conflitos e os antagonismos da mesma. Portanto, é impossível compreender bem as relações de poder na Unioeste, se apenas forem observadas a partir da ótica intra-institucional.

Devido ao fato de a universidade ter vínculos profundos com as experiências de vida, com as cosmovisões, com a cultura, com o passado histórico da sociedade na qual ela foi gestada, inicialmente tratou-se de contextualizá-la. A dinâmica social impulsiona a universidade, nascida e desenvolvida no interior de um processo social concreto, construída por homens que refletem as condições históricas e as divisões sociais.

Na seqüência do trabalho analisa-se, detalhada e especificamente, os fatos mais significativos, vividos na Unioeste.

#### **3.2.1 A ELEIÇÃO PARA A DIREÇÃO DA UNIOESTE EM 1992**

Durante o Antigo Regime, época da prática do suplício, o soberano constituía-se na expressão máxima do poder. Porém, com as transformações

---

<sup>175</sup> Cf. BEZERRA, Aida. "As atividades em Educação Popular". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). A Questão Política da Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 25.

sociais, com o desenvolvimento da burocracia e da sociedade disciplinar esperava-se que o poder fosse exercido de forma mais “humana” e sutil. Mas, examinando as instituições percebe-se que as modalidades de exercício de poder encontradas no Antigo Regime continuam a ser praticadas em nossos dias.

Veja-se, por exemplo, o caso da eleição para Diretor Presidente e Vice-presidente da Unioeste em 1992 e seus desdobramentos.

A eleição foi instituída e regulamentada pela Resolução 010/92-CP. Conforme pode-se observar no Art. 4º, o regulamento destaca o seguinte: “podem candidatar-se à eleição para Diretor Presidente e Diretor Vice-presidente da Funioeste, membros pertencentes ao corpo docente, com, *no mínimo, 02 (dois) anos completos de efetivo exercício na Funioeste*” (grifo nosso). Esta determinação contemplava a legislação vigente, que prevê a estabilidade para funcionários públicos somente após 02 (dois) anos completos de efetivo exercício na função.

Para a eleição da Unioeste naquele ano inscreveram-se três *chapas*:

1. Erneldo Schalleberger - Diretor Presidente  
Lair José Bersh - Diretor Vice-presidente
2. Marcos Vinícius Pires de Souza - Diretor Presidente  
Carlos Calssavara - Diretor Vice-presidente
3. Nilza Bello - Diretora Presidente  
Newton Sabbá Guimarães - Diretor Vice-Presidente.

Dentre os inscritos nas três chapas, dois candidatos não preenchiam os requisitos mínimos estabelecidos no Art. 4º da Resolução que regulamentava a eleição. Os professores Marcos Vinícius Pires de Souza, candidato a Diretor Presidente pela Chapa 2 e Newton Sabbá Guimarães, candidato a Diretor Vice-presidente pela Chapa 3, não possuíam dois anos de efetivo exercício de docência na Unioeste e encontravam-se em “Estágio Probatório”. Portanto,

não poderiam concorrer à eleição e suas candidaturas foram indeferidas pela Comissão eleitoral.

Porém, às vezes, a lei é “flexível” para alguns. Inconformados, por não poderem concorrer à eleição os dois candidatos recorreram à justiça na tentativa de garantir a manutenção provisória das suas candidaturas, mediante liminar. Com isso, permaneceram três chapas, que concorreram à eleição em junho de 1992, na Unioeste.

A imprensa local deu ampla cobertura ao evento, pois as propostas dos candidatos prometiam grandes mudanças e uma inserção efetiva no desenvolvimento científico e tecnológico do Oeste do Paraná.

Realizada a eleição, venceu a chapa cujos integrantes reuniam as condições exigidas para concorrer. Esta era constituída pelo Prof. Erneldo Schalleberger e Lair Bersh que totalizaram mais de 57% dos votos. Portanto, estavam em condições legais e legítimas para assumir a Direção da Instituição.

Passada a eleição, a justiça pronunciou-se de maneira indubitável e definitiva cassando a liminar que permitiu a participação dos dois candidatos inabilitados à eleição. A Promotora de Justiça, Marlene Jordão da Motta Armiliano, pronunciou-se da seguinte forma:

Reputo que a exigência de no mínimo dois anos de serviço público, para os candidatos a Diretor-Presidente e Vice-Presidente da UNIOESTE é justa, legal, amparada nos preceitos do Direito Administrativo, que norteiam a matéria, bem como na Constituição Federal, Art. 41.

Não seria lícito se admitir a candidatura de professores não estáveis, cuja idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, dedicação ao serviço, eficiência, etc., não tivessem sido submetido ao crivo da Administração Pública e, vencido o Estágio Probatório, confirmados em seus respectivos cargos, para funções tão relevantes, de repercussão sócio-cultural imensa na região, como as de Diretor Presidente da Unioeste<sup>176</sup>.

<sup>176</sup> Despacho da Promotora de Justiça a respeito da liminar impetrada pela chapa 03.

Apesar do pronunciamento da justiça, contrariando a legislação vigente e a vontade soberana da comunidade universitária, em 20 de outubro de 1992, o governador Roberto Requião nomeou Marcos Vinícius Pires de Souza para o cargo de Diretor Presidente e Carlos Calssavara como Diretor Vice-Presidente da Unioeste.

Este Ato do governador ficou conhecido na comunidade universitária como **Intervenção** pois, passando por cima das determinações da justiça, da Constituição Federal e da comunidade acadêmica resolve nomeá-los.

Saliente-se que dentre os princípios do plano de governo destes candidatos constava que “a universidade deve estar integrada com o processo democrático... a universidade deve ser crítica e aberta. Deve evitar a estratificação e o absolutismo”<sup>177</sup>.

Diversos argumentos foram arrolados na época tentando justificar a nomeação de Marcos Vinícius Pires de Souza. Dentre os quais destacam-se cinco.

### 3.2.2. AS JUSTIFICATIVAS E SEUS EQUÍVOCOS

Quando determinados atos não se baseiam em fundamentos sólidos, precisam de justificativas para tentar legitimar-se. Estes contudo, na maioria das vezes, complicam mais do que resolvem o problema, pois geralmente acarretam uma série de equívocos. Foi o que aconteceu com as justificativas em torno da nomeação do Diretor Presidente, que nem sequer estava habilitado a candidatar-se. As principais justificativas<sup>178</sup> foram:

#### 1. A necessidade de lista sêxtupla.

<sup>177</sup> Plano de Governo “Consolidação da Universidade”: Marcos e Carlos. 1992.

<sup>178</sup> Para maiores informações sobre os argumentos e justificativas alegadas pelo governo vide documento Memória I, p. 5.

O primeiro argumento usado para dar sustentação ao ato do governador foi que deveria ter sido enviada uma lista sêxtupla para que ele escolhesse a chapa que melhor lhe conviesse e que melhor representasse os anseios da comunidade universitária.

A lista sêxtupla justificar-se-ia se nenhuma das chapas concorrentes preenchesse os requisitos e, portanto, se o governador tivesse nomeado pessoas habilitadas e melhor qualificadas, em nome da excelência acadêmica. No entanto não foi isso que ocorreu. Nomeou, deliberadamente, alguém que não preenchia os requisitos mínimos para concorrer à eleição.

Além do mais a Constituição Estadual, em seu Art. 178, inciso VII, que trata da gestão democrática diz: "...adotando-se sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei". A lei que trata do assunto nem sequer cita a lista sêxtupla. A Lei 8.345, em seu art. 3º, estabelece: -"A manifestação da comunidade universitária sobre os nomes que comporão as listas a serem analisadas pelo governador deverá se dar sob a forma de voto direto e secreto de seus integrantes".

A lei maior, a Lei Federal nº 5.540 estabelece, no seu Art. 16, inciso IV, que "o Diretor de unidade universitária ou estabelecimento isolado, quando oficial, será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino,...". E, no Parágrafo 1º do mesmo inciso está estabelecido que a lista sêxtupla é exigida apenas para as Instituições de Ensino Superior mantidas pela União, o que não era o caso da Unioeste. Portanto, neste argumento não há nenhum amparo legal que o justifique.

**2. Por ser uma autarquia, o provimento do Diretor presidente da Unioeste é de livre escolha do Governador.**

Em julho de 1991, através da Lei Estadual nº 9.663, as Fundações Estaduais foram transformadas em Autarquias. O Art. 1º, Parágrafo Único desta lei determina que, no prazo de 180 dias, o Poder Executivo, por Decreto, proceda a revisão dos atos constitutivos das fundações atingidas por esta Lei,

adaptando-se, inclusive, as respectivas denominações. No entanto, mesmo sendo determinação do próprio Poder Executivo e sendo de responsabilidade do mesmo, este não cumpriu as suas determinações, pois não alterou a denominação da Unioeste, nem seu CGC, além de continuar regida pela CLT. A confirmação disto pode ser verificada no próprio Decreto 1.659/92, que nomeou o novo Diretor Presidente, no qual mantém a denominação de Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

A Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, em seu Art. 3º e Parágrafo Único afirma "... a escolha permanecerá afeta aos professores, funcionários e alunos das mesmas, mediante processo eletivo, ...".

Portanto, se o cargo de Diretor Presidente fosse simplesmente, de livre escolha do Sr. Governador, qual a necessidade de se promover eleição? Para que estabelecer regras para as mesmas? Que papel exercem os alunos, professores e funcionários nesta instituição?

### **3. A Comissão de Planejamento da Unioeste é usurpadora e inconstitucional.**

Outro argumento que tentava justificar o ato do governador era que a Comissão de Planejamento da Unioeste, responsável pela futura universidade era usurpadora e inconstitucional.

Ora, o próprio Decreto nº 2.352, que criou a Unioeste, em seu Art. 4º, inciso I, também cria a Comissão de Planejamento, estabelecendo que o Conselho Diretor deveria ser constituído pelo Secretário de Estado a que estivesse afeta a área do Ensino Superior, na qualidade de Presidente. Portanto, se o conselho era inconstitucional seu presidente era o primeiro responsável.

Além disso no Art. 23 o mesmo Decreto, afirma:

Enquanto não instalada a Universidade com sua nova estrutura organizacional, a Diretoria Executiva da Fundação constituirá

equipe de trabalho mínima e suficiente para a administração da fundação e planejamento da futura Universidade.  
 Parágrafo Único - Nesse sentido, o Diretor Presidente da Fundação e os 04 (quatro) Diretores das Faculdades, passam a constituir uma Comissão de Planejamento, presidida pelo Diretor Presidente da Fundação, de natureza consultiva e deliberativa sobre assuntos de interesse das Faculdades mantidas e, especificamente, para o planejamento da futura Universidade...

Sobre a Comissão de Planejamento ver-se-á detalhadamente mais adiante.

#### **4. Existência de irregularidades na Unioeste / Fecivel.**

Este foi outro argumento que apareceu nas justificativas do governador para intervir na Unioeste, não nomeando os candidatos da chapa vencedora porque estes eram apoiados pelo Diretor da Fecivel, que naquele momento estava sendo acusado de cometer irregularidades<sup>179</sup>, mas não citava quais.

É de se estranhar a confusão feita pelo Governador e por outras autoridades ligadas a ele que não distinguem universidade multi-campi e os centros vinculados a ela. É justo penalizar alguém, antes de assumir seu mandato, por faltas que outro supostamente teria cometido? Além do mais, as faltas nunca foram comprovadas, mesmo depois de terem sido instaurado três inquéritos administrativos.

#### **5. A confiabilidade do nomeado.**

No capítulo VI do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, o Artigo 43 diz que o “estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado”. E o parágrafo primeiro deste Artigo diz que, através do estágio probatório, serão comprovadas a idoneidade moral, a aptidão, a disciplina, a assiduidade, a dedicação ao serviço e a eficiência.

<sup>179</sup> O professor Eurides Rosseto estava empenhado em construir uma nova dinâmica na Fecivel, numa linha mais crítica. Estabeleceu intercâmbio com professores da UFPR, USP e FGV. Além disso promoveu cursos de especialização em Iniciação Científica e Sociologia do Conhecimento. Também promoveu o Primeiro Seminário de Avaliação Institucional da Fecivel.

O governo dizia que para assumir a direção da instituição deveria ser escolhido alguém confiável. Entretanto, o candidato nomeado ainda não havia concluído este estágio. Portanto é necessário perguntar: confiável para quê? para quem?

O candidato foi rejeitado pela comunidade acadêmica, foi negada sua liminar na justiça, foi ridicularizado no dia de sua nomeação e no ato da posse pela ampla maioria dos presentes. Por que, mesmo assim, o governador resolve bancar seu nome<sup>180</sup>?

Todos esses atos provocaram intensa reação na comunidade acadêmica, fazendo com que surgissem grupos fechados e antagônicos no interior da universidade.

### 3.2.3. O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À INTERVENÇÃO

A luta pela construção e consolidação da Universidade no Oeste do Paraná tem mobilizado sindicalistas, políticos, professores, alunos para garantir o acesso ao ensino superior de qualidade, próximo de suas residências. Contudo, a via legal tem sido o caminho trilhado para garantir este direito.

A atitude do Governador Roberto Requião de nomear alguém que não estava habilitado a concorrer à eleição, que não teve respaldo nas urnas nem amparo legal, suscitou diversas e diferentes reações na comunidade acadêmica, nos grupos políticos, sindicalistas e na sociedade paranaense em geral.

A atitude do governador agradou os setores do PMDB de Cascavel e da região Oeste do Paraná, que pareciam ter conquistado a hegemonia política na região e bloqueado a ascensão da esquerda<sup>181</sup>, pois tinham o controle do poder

<sup>180</sup> Cf. Documento Memória I, p.04.

<sup>181</sup> Nesse momento, o governo, os grupos "Amor a Cascavel" e "Universidade Já" (dois grupos de empresários cascavelenses), professores, estudantes e funcionários ligados à eles "tachavam" de esquerda

central no governo estadual, na prefeitura, na Unioeste multi-campi e no Diretório Central dos Estudantes da Fecivel.

Porém, como diz Foucault, “lá onde há poder há resistência.”<sup>182</sup> A resistência não se manifestou concentrada num único ponto, como se tivesse um local e uma forma exclusiva para exercê-la. Ao contrário, ela esteve presente em inúmeros pontos da rede de poder. Pode-se dizer que foram exercidas resistências, no plural. Elas, como o outro termo nas relações de poder, inscreveram-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. Distribuídos de modo irregular, os pontos, os nós, os focos de resistência disseminaram-se no espaço e no tempo.<sup>183</sup>

Uma das formas de manifestar a resistência foi através da criação do chamado *Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade*, do qual participavam professores, funcionários, alunos e lideranças da comunidade do Oeste do Paraná.

Através deste Movimento foram realizados diversos eventos contra a intervenção: Um deles foi a continuação do projeto memória iniciado pela Assoeste com a finalidade de resgatar aspectos importantes da história e da cultura do Oeste do Paraná. Neste caso, foram elaborados os documentos chamados *Memória*. O primeiro, escrito em novembro de 1992, denominado Unioeste: a verdade dos fatos; o segundo, escrito em maio de 1993, denominado Unioeste: os caminhos da intervenção; o terceiro, escrito em novembro de 1993, denominado Unioeste: intervenção - ano 1. Estes documentos relatam parte da conturbada história da Unioeste.

Outro fato foi a coleta de assinaturas junto à comunidade universitária em cada campus a ser enviada ao governador no sentido de sensibilizá-lo para que voltasse atrás na sua decisão e nomeasse o legítimo vencedor na eleição.

---

àqueles que se opunham às formas tradicionais de fazer política na região, aos mandonismos. Nem todos tinham filiação partidária. Alguns estavam ligados ao PT e PDT.

<sup>182</sup> FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 5ª edição, 1984, p.91.

<sup>183</sup> Idem, Idem, p. 91-92.

Nos dias que antecederam à posse de Marcos Vinícius Pires de Souza, a sede da reitoria foi ocupada por 13 dias pelos integrantes do Movimento de resistência. E, diante da irredutível decisão do governador, no dia da posse, mesmo com a presença ostensiva da polícia, professores, alunos, funcionários, lideranças políticas e sindicais realizaram um ato de protesto com grande repercussão.

Após a posse de Marcos Vinícius Pires de Souza a comunidade universitária, principalmente da Fecivel, continuou resistindo e manifestando-se contra a nomeação. O Diretor da Fecivel, Eurides Rosseto foi um que posicionou-se radicalmente contra a nomeação do Diretor Presidente e pagou com um preço bastante caro, a sua exoneração.

A exoneração do Diretor foi anunciada pelo governador, numa de suas passagens por Cascavel, através de um canal de televisão, juntamente com o anúncio da liberação de verbas para a Unioeste -uma espécie de compensação pela troca. Sua exoneração ocorreu antes de ser aberta sindicância para apurar irregularidades. Como Eurides Rosseto tinha mandato para cumprir, a justiça garantiu-lhe a reintegração no cargo. Mas imediatamente após o seu retorno ao trabalho, foi aberta sindicância, seguida de inquérito administrativo, sendo afastado definitivamente, mesmo sem ter sido apurado nada que o desabonasse.

Quando a exoneração de Eurides Rosseto foi efetivada e a notícia espalhou-se pela Fecivel, os corredores do campus ficaram forrados com cartazes de protesto; alunos, professores e funcionários passaram a usar tarjas e roupas pretas para externar o repúdio por mais este ato. Os estudantes confeccionaram e hastearam uma grande bandeira preta na entrada do campus, como sinal de luto.

No dia seguinte após a exoneração, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Oeste -Sinteoeste- e oito Centros Acadêmicos da Fecivel, convocaram e realizaram assembléias em todos os turnos. Nestas assembléias

foi deliberado um dia de paralisação da Fecivel. Ao longo deste dia, acompanhados pela imprensa, alunos, professores e funcionários realizaram o enterro simbólico da Democracia. A partir daí as palavras de ordem: “Fora Interventor” e “Abaixo a Ditadura” tornaram-se comuns nas manifestações promovidas por alunos.

Outra manifestação de resistência ocorreu quando houve a realização do painel sobre Autonomia Universitária promovido pelo Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública. Para este painel foram convidados a falar o Sr. Adhail Sprenger Passos, Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo de Roberto Requião, o professor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Maringá -Sintemar- e a professora Francis Mary Guimarães Nogueira, do Departamento de Educação da Fecivel, uma das expoentes na luta de resistência na Unioeste. O Sr. Secretário recusou-se a participar do evento para discutir sobre a questão da autonomia universitária.

Um evento curioso ocorreu durante a formatura do Curso de Pedagogia na Fecivel em 1993. O Diretor Presidente da Unioeste, com quem os alunos deveriam colar grau, depois de formada a mesa de honra, numa atitude contraditória, convidou para que também fizesse parte da mesma o professor Eurides Rosseto, ex-diretor administrativo da Fecivel, que havia sido afastado do cargo. No momento da colação de grau muitos alunos, indignados com os fatos acontecidos, ao invés de colar grau com o Diretor Presidente, dirigiam-se ao ex-diretor da Fecivel para colar grau com ele.

O Movimento recebeu manifestações de apoio de entidades e organizações a nível estadual e até nacional. O Sindicato dos Professores da Universidade de Londrina -Sindiprol- escreveu uma carta de repúdio ao Diretor Presidente, com data de 30 de outubro de 1992, dizendo: “O senhor ocupa lugar que não é seu ... os votos que o senhor recebeu não o legitimam no cargo”<sup>184</sup>. Escreveu outra endereçada ao governador, manifestando

---

<sup>184</sup> Memória 2. 1993, p. 2.

estranheza que ele, tendo jurado cumprir as leis e tendo sido “eleito pelo povo, *e leve à condição de reitor um legítimo perdedor de voto direto*”<sup>185</sup>. E lembra ao governador que o voto é a “garantia mínima que se tem de construir um País verdadeiramente democrático”<sup>186</sup>.

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná manifestou seu apoio em artigo escrito no Boletim nº 12, intitulado “Universidade: Democracia Ameaçada”. Nele fala do desrespeito à vontade da comunidade universitária do Oeste do Paraná quando o governador não nomeou o candidato mais votado. O Artigo, diz: “O governo resolveu desconhecer o resultado da eleição...”<sup>187</sup>.

O Conselho Universitário da UFPR, na pessoa do seu Presidente, Reitor Carlos A. Faraco, também tomou posição favorável ao Movimento endereçando carta ao governador manifestando “...estranheza pela forma como se deu a indicação da nova Direção à UNIOESTE, lamentando o desrespeito ao legítimo processo de escolha que tanta renovação tem trazido às Instituições de Ensino Superior do País”<sup>188</sup>.

O próprio Conselho Estadual de Educação (CEE), em sua Vigésima Oitava (28ª) Sessão Plenária manifestou “...sua estranheza pela forma como se deu a indicação da nova Direção da UNIOESTE”<sup>189</sup>. Esta proposição foi aprovada e assinada por doze de seus membros.

Além destas manifestações o Movimento recebeu apoio também da ANDES-SN, SBPC, UPES, Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, políticos e lideranças regionais.

A nível interno, o Movimento também recebeu apoio dos membros dos Conselhos Departamentais dos 4 centros que compõem a Unioeste que em reunião realizada dia 21 de outubro de 1992, em nota pública, posicionaram-se

---

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> Memória 2. 1993. p.3.

<sup>189</sup> Idem.

a favor da nomeação do Prof. Erneldo Schalleberger para diretor presidente, conforme manifestação da vontade da comunidade universitária.

Estas foram as manifestações mais explícitas. Todavia muitas outras formas de resistência, mais ou menos veladas, foram realizadas por professores em salas de aula; por funcionários, em seus locais de trabalho; por alunos em suas relações com professores e funcionários que apoiavam a nomeação.

A existência de um governo intervencionista produziu a base de sustentação para a perseguição, a manipulação nos processos eleitorais e a repressão que se instalou na Uniãoeste.

A intensidade da resistência tem aumentado a intensidade das perseguições, das manobras para cooptação de agentes e a repressão aos “rebeldes”.

### 3.2.4. A SEQÜÊNCIA DOS ATOS DO GOVERNADOR

Como diz o documento Memória nº 2 “a arbitrariedade nunca vem só... com um ato arbitrário, tomam-se necessárias muitas outras arbitrariedades para sustentar o primeiro”<sup>190</sup>. O Governador Roberto Requião, na tentativa de melhor garantir o controle das Fundações Estaduais, transformou-as em Autarquias. À nomeação de Marcos Vinícius Pires de Souza seguiram-se novos atos dando sustentação a ela.

No dia 23 de março de 1993, o Governador Roberto Requião e seu Secretário Adhail Sprenger Passos, revogaram os Decretos de Nomeação dos Diretores das Faculdades Estaduais do Paraná<sup>191</sup>, cassando os mandatos de 18 diretores (prática típica da ditadura militar) que tinham sido democraticamente eleitos. Mais tarde foram reconduzidos aos seus cargos sob a condição de

<sup>190</sup> Memória 2. 1993. p.2.

<sup>191</sup> O governador Roberto Requião revogou o mandato dos diretores das Faculdades Estaduais do Paraná através do Decreto nº 2.195. (Diário Oficial. Curitiba. 23/03/93. p. 4)

“Cargos Comissionados”. Isto significou que: os Diretores que haviam sido eleitos pelas comunidades universitárias, pelo voto direto e secreto, para exercerem mandato por tempo determinado, passaram a depender da “confiança” do governador para permanecerem no cargo; a eleição para a escolha dos Diretores e Vices deixou de existir por um certo tempo nas Faculdades Estaduais do Paraná; os critérios para a escolha dos Diretores e Vice-diretores, deixaram de ser a idoneidade moral, experiência comprovada, competência técnico-científica e passaram a ser o apadrinhamento político; foi cassado o direito de a comunidade universitária escolher os seus representantes.

A partir daí o Governador Roberto Requião passou a ser chamado de “Reiquião”, pois a seus amigos e correligionários tudo era permitido, aos adversários restava o peso de seu soberano poder.

Num outro ato o governador, através do Decreto nº 2.218, de 23 de março de 1993, nomeou, sem que nenhum processo eletivo ocorresse, o Sr. José Vicente Correa Rodrigues, como Vice Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu, pois o cargo encontrava-se vago. Em 23 de junho do mesmo ano foi exonerado o Diretor eleito Prof. Ricardo Berh através do Decreto nº 2.403/93, do próprio governador. Ele entrou na justiça com mandado de segurança e obteve liminar a seu favor. Então, de imediato, foi instaurada uma sindicância pela Secretaria da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI-, cuja conclusão revelou a existência de problema político na Facisa, oriundo da eleição para diretor. Segundo a sindicância, “a corrente derrotada, que deteve o poder desde a criação da instituição, inconformada com a derrota, procurava obstruir o funcionamento normal da Faculdade”<sup>192</sup>. Diga-se de passagem que esta corrente apoiou a nomeação do Vice diretor e que o Diretor afastado era contra a intervenção na Unioeste. Após o afastamento do Diretor, a sindicância foi seguida de

<sup>192</sup> Memória 3, novembro / 1993, p. 19.

inquérito administrativo e a direção da Facisa foi assumida pelo Vice Diretor nomeado. Embora com liminar favorável, o Diretor eleito continuou afastado.

As sindicâncias e processos administrativos passaram a ser banais na Unioeste. Qualquer motivo poderia ser arrolado para justificá-los. Um deles foi instaurado contra o ex-diretor presidente José Kuiava por ele ter se afastado da instituição<sup>193</sup>, mesmo com a devida aquiescência de seu departamento, para concluir a dissertação de mestrado. Diante do motivo injustificado, a justiça comum, via mandado de segurança, garantiu-lhe o afastamento para a conclusão de seu trabalho.

### 3.2.5. A “INCONSTITUCIONALIDADE” DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

No decorrer de 1992 e início de 1993, a Unioeste foi sacudida por diversos atos do governo estadual e do diretor presidente nomeado.

Em 14 de maio de 1992 foi firmada uma Resolução Conjunta nº 01/92, pela Casa Civil, Procuradoria, SEAD e SETI, determinando a instauração de processo administrativo na Unioeste / Fecivel. Do trabalho desta Comissão de Processo Administrativo resultou um amplo relatório, cujo resultado ainda não foi divulgado oficialmente, quer pelos órgãos que firmaram a resolução e instauraram o processo, quer pela direção da Unioeste.

O Secretário do SETI, em despacho anexo ao relatório determinou que fossem tomadas medidas para corrigir algumas “irregularidades” constatadas pela Comissão de Processo Administrativo<sup>194</sup>. Uma delas, por exemplo, diz respeito à revisão do Estatuto da Unioeste.

<sup>193</sup> Processo Administrativo nº 1.243.421-9, instaurado em 15/03/93.

<sup>194</sup> Os dados referentes à Comissão de Processo Administrativo foram extraídos do documento Memória nº 2 e das entrevistas realizadas com pessoas envolvidas. O relatório parcial do processo não foi encontrado na Unioeste. Consta apenas o número do Protocolo - nº 1.283.660-92.

A Comissão de Processo Administrativo chegou à conclusão que a Comissão de Planejamento era “inconstitucional”, pois feria o Art. 178, inciso VII da Constituição Estadual. Este Artigo trata dos princípios que norteiam o ensino e o inciso VII estabelece o “sistema eletivo direto e secreto na escolha dos dirigentes”.

Realmente a constituição estabelece que a escolha dos dirigentes se faça através de eleição direta e secreta. Porém, chama atenção que o governo apoie-se neste princípio para argüir a inconstitucionalidade da Comissão de Planejamento, sendo que o mesmo não respeitou o resultado da eleição e nomeou diretor presidente o candidato menos votado.

A Comissão de Planejamento, formada pelo Diretor Presidente e pelos quatro Diretores dos Centros que integram a Unioeste, foi designada pela Portaria nº 017/88 - GDP, em conformidade com o Art. 23, parágrafo único do Estatuto da Unioeste, aprovado pelo governo estadual por meio do Decreto 2.352/88, de natureza consultiva e deliberativa, cuja atribuição era planejar a futura universidade.

Se a Comissão de Planejamento era inconstitucional o governo também era responsável, pois ele a sancionou através da aprovação do Estatuto e, uma vez aprovado, não permitiu que o mesmo fosse posto em prática.

A Comissão de Processo Administrativo apontou as seguintes irregularidades na Comissão de Planejamento: as autoridades hierarquicamente inferiores usurparam o poder das superiores. A Comissão de Planejamento foi acusada de exercer as atribuições do Conselho Diretor ao invés de cumprir suas determinações, e de estar fora de controle.

O Conselho Diretor foi nomeado pelo governador através do Decreto nº 3.488, de 12 de agosto de 1988, tendo como presidente o Secretário de Educação. Seus demais componentes eram o Diretor Presidente da Fundação, seis membros titulares e seis suplentes representantes da comunidade regional e local, nomeados pelo Governo do Estado. Além destes havia um

representante discente, um docente e um do quadro técnico-administrativo. Quer dizer: o Conselho Diretor contava com a maioria absoluta da confiança do governador. Dentre os nomeados encontravam-se os prefeitos de Cascavel, de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e o Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, todos pertencentes ao partido do governo, o PMDB.

O Conselho Diretor reuniu-se somente uma vez, inclusive com a presença do seu presidente Dr. Paulo R. P. de Souza, em 14 de setembro de 1989, ocasião em que foram aprovados o Estatuto e o Regimento Geral da Unioeste.

O Estatuto e o Regimento Geral foram elaborados pela Estatuante<sup>195</sup> instalada pela Resolução 016/89, de 17 de junho de 1989. Ou seja, a Comissão de Planejamento vinha planejando a futura universidade de forma participativa e democrática com a comunidade. O próprio Conselho Diretor tinha conhecimento disto, pois aprovou o Estatuto e o Regimento Geral. Portanto, não havia nenhuma usurpação de poderes.

Porém, para corrigir a suposta “usurpação” dos poderes a Comissão de Processo Administrativo sugeriu a redação de um novo decreto suprimindo a Comissão de Planejamento e dotando a Unioeste de um efetivo Conselho Diretor. O Governador Roberto Requião, em cumprimento à indicação da Comissão de Processo Administrativo, baixou o Decreto 2.215/93, instituindo uma “Comissão de Transição” integrada pelo Diretor Presidente da Unioeste e seu Vice, os quatro Diretores dos Centros e mais cinco membros de *sua* livre escolha. Além disto este decreto, em seu Art. 4º, revogava o parágrafo único do Art. 23 do Decreto 2.352/88, que previa a Comissão de Planejamento.

Parece que a intenção de suprimir a Comissão de Planejamento ocorreu com a finalidade de dar condições políticas favoráveis à direção da Unioeste,

---

<sup>195</sup> Processo democrático no qual uma comissão formada por professores, funcionários e alunos, dirigentes, líderes sindicais, líderes empresariais e classe política discutiram e aprovaram o anteprojecto do Estatuto e do Regimento Geral da Unioeste.

pois a Comissão de Transição, composta por 11 membros, 6 dos quais de inteira confiança da direção (seu Vice e mais 5 que foram indicados por ele), garantiam maioria absoluta diante dos quatro diretores dos campi, que não concordavam com a nomeação de Marcos Vinícius Pires de Souza.

O Decreto 2.215/93 manteve a estrutura organizacional prevista no Estatuto da Unioeste bem como o Conselho Diretor previsto nos Artigos 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto 2.352/88, e criou a Comissão de Transição incorporando-lhe as antigas atribuições da Comissão de Planejamento além de novas funções.

Primeiro o governador diz que a Comissão de Planejamento é inconstitucional porque não foi eleita. Depois baixa um decreto e cria a Comissão de Transição. Quer dizer que para combater uma inconstitucionalidade incorreu em outra, pois, como vimos, a Constituição Estadual determina que tal Comissão seja eleita e, ao invés disso, foi criada por decreto.

Infere-se que, se a Comissão de Planejamento era ilegal, ilegal continuou sendo sua sucessora, a Comissão de Transição, o que, no mínimo, torna questionáveis tanto a justificativa quanto o ato praticado pelo governador.

Além disso, a composição da Comissão de Transição não respeitou a paridade entre os campi, pois dos 11 membros titulares que faziam parte da Comissão de Transição, 6 eram da Fecivel. Para o Governo do Estado, o PMDB local, a elite cascavelense e o Diretor Presidente parece que Unioeste limita-se à Fecivel. Além disto, a Comissão de Transição era destituída de representatividade, pois as pessoas escolhidas eram de confiança de Marcos Vinícius Pires de Souza, e não da comunidade acadêmica, com exceção dos 4 diretores.

Assim fica explícita a contradição entre as alegadas irregularidades apontadas pela Comissão de Processo Administrativo e as medidas adotadas

para repará-las, uma vez que, de concreto, simplesmente criou-se a Comissão de Transição e ampliou-se o número de membros integrantes garantindo maioria favorável à direção, ficando patente o patrimonialismo, a apropriação privada do espaço público e seu gerenciamento como se fosse a própria casa.

### 3.2.6. NA CONTRA MÃO DA HISTÓRIA

No Oeste do Paraná, principalmente em Cascavel, as relações de poder que ocorrem no interior da universidade refletem as relações sociais e o jogo de forças travado nessa sociedade. Estas expressam os conflitos, os interesses, as disputas pelo domínio dos espaços e do poder. E, não poderia ser diferente, pois as pessoas que fazem parte da universidade carregam consigo os traços da realidade que vivenciam.

Nas vésperas do século XXI, cronologicamente longe da época do Antigo Regime, com o desenvolvimento da sociedade burguesa, esperava-se que o poder fosse exercido de forma mais sutil e discreta, baseado em mecanismos disciplinares e burocráticos. Todavia, em Cascavel, continuamos nos deparando com formas grosseiras. Analise-se a eleição para o diretório acadêmico estudantil, gestão 1993/1994, da Unioeste / Fecivel.

A eleição transcorreu aproximadamente um ano após a nomeação do Diretor Presidente pelo Governador Roberto Requião. O Coordenador do Diretório Central dos Estudantes (também do PMDB) tinha sido uma força de apoio e sustentação da chamada intervenção.

Nesse momento as comunidades acadêmicas e a sociedade do Oeste do Paraná travavam uma luta pelo reconhecimento da Unioeste. Mas, o Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade denunciava que

enquanto estudantes de todo o território brasileiro lutavam pelo 'impeachment' do ex-presidente Collor, envolvido em corrupção, as diretorias do DCE da FECIVEL e da Associação dos Docentes Universitários de Cascavel estavam em Brasília, negociando a permanência do Presidente, junto com deputado e empresário de Cascavel. O que vale dizer: se o governo Collor reconhecesse a UNIOESTE, deputados apoiariam a permanência do Presidente corrupto.

Outro exemplo do atraso político do DCE 'pelego' da FECIVEL: quando da intervenção na UNIOESTE, enquanto os estudantes, a maioria dos CAs e a UNE repudiavam tal atitude, a Diretoria do DCE posicionava-se a favor da intervenção e contra a democracia<sup>196</sup>.

Na eleição para a nova direção do Diretório Central dos Estudantes estes articuladores encontraram uma forma inusitada para perpetuarem-se no cargo.

Para concorrer a eleição inscreveram-se duas Chapas: A Chapa 1: "Unidos pela Universidade" e a Chapa 2: "Mudar é Preciso".

Nos dias que antecederam à eleição os integrantes da Chapa 1 ostentavam a força do poder econômico e político, através do material utilizado na campanha -faixas, adesivos, camisetas, cartazes-, e da presença de políticos ligados ao PMDB de Cascavel. Até mesmo o Diretor Presidente da Unioeste entrou em campanha aberta e declarada a favor do candidato da situação. Pois a vitória dele representava a hegemonia política do PMDB na região, a eliminação de um possível foco de resistência que poderia instalar-se muito próximo, e a garantia da continuidade do apoio que vinha recebendo da diretoria do Diretório Central dos Estudantes.

Um dos principais articuladores da Chapa "Unidos pela Universidade" foi o coordenador do Diretório Central dos Estudantes, Walter Parcianello, membro do PMDB jovem, que detinha um cargo de confiança na Prefeitura Municipal. Walter é irmão do Presidente da Câmara de Vereadores da época em Cascavel, também do PMDB.

---

<sup>196</sup> Memória 3. Nov. 1993, p. 22.

A eleição ocorreu no dia 14 de setembro de 1993, nos períodos da manhã, tarde e noite, encerrando-se às 22:30 horas e a seguir deu-se início imediato à escrutinação.

A Chapa “Mudar é Preciso” foi a vitoriosa, obtendo 464 votos, enquanto a Chapa “Unidos pela Universidade” totalizou 462. Houve 2 votos brancos e 18 nulos.

Após o final da apuração alguns membros da Chapa derrotada, inclusive o candidato a vice-coordenador, pronunciaram-se confirmando a vitória da Chapa “Mudar é Preciso”. O resultado da eleição foi devidamente lavrado em Ata de Escrutínio e assinado pela Comissão Eleitoral.

Contudo, inconformados, os candidatos derrotados e seus articuladores solicitaram a recontagem dos votos. Mas o pedido foi negado pela Comissão Eleitoral, pois a eleição tinha transcorrido na normalidade e nenhuma denúncia de irregularidade havia sido feita até o final do escrutínio. No jogo de força

os derrotados apelaram. Sem nenhum escrúpulo, aliciaram cinco alunos para recorrerem à justiça comum, sob a alegação forjada de que haviam sido impedidos de votar porque seus nomes não constavam nas listas de votação<sup>197</sup>.

A Comissão Eleitoral, responsável pela eleição e também para receber qualquer denúncia e solicitação ligada a eleição afirma que não foi procurada por estes alunos e não recebeu nenhuma reclamação. Mas, Marcos Vinícius Pires de Souza declarou ter sido procurado por alunos que não tinham votado por que seus nomes não constavam na lista dos habilitados a votar<sup>198</sup>.

Sob a coordenação do Diretório Central dos Estudantes, cinco alunos entraram na justiça solicitando o direito de votar. Depois de 16 dias a justiça concedeu liminar favorável a esses alunos. Os mesmos votaram, resultando na vitória da Chapa “Unidos pela Universidade” por uma margem de três votos.

<sup>197</sup> Idem. p. 23.

<sup>198</sup> Memória 03, nov / 1993, p. 23.

Surpresos com as manobras que estavam acontecendo, alguns alunos que apoiavam a Chapa “Mudar é Preciso” também entraram na justiça, em tempo hábil, com o mesmo pedido. No entanto, o mesmo juiz que despachou liminar favorável à Chapa 1 negou-a à Chapa 2. É importante que se diga que a listagem dos votantes não podia ser conferida pela justiça por estar devidamente lacrada e guardada na sede local da OAB. Portanto, não foi verificado se estes alunos tinham votado ou não.

A Chapa “Mudar é Preciso” entrou com dois recursos na justiça. Num, reivindicava a posse imediata da Chapa vencedora, mas o juiz considerou que não competia à justiça julgar tal caso, mas sim às instâncias internas da instituição. No outro tentou caçar a liminar que concedia a votação retardatária aos alunos favoráveis à Chapa “Unidos pela Universidade”, mas também foi negado.

Nada é desperdiçado na Unioeste. Maquiavel diria que os “fins justificam os meios”. Tudo é instrumentalizado para tentar ampliar a hegemonia e aniquilar a resistência. Até um caso de assédio sexual foi utilizado para poder perseguir adversários.

### **3.2.7. DE TESTEMUNHAS A RÉUS**

No Brasil, apesar das lutas travadas pelas mulheres para libertarem-se da dominação e discriminação sexual e profissional, elas continuam sofrendo as conseqüências do machismo. Ligado a fatores econômicos, políticos, ideológicos, religiosos e educacionais, o sexo da pessoa ainda é um elemento determinante quando trata-se de ocupar determinados cargos e assumir alguns papéis sociais.

Na Unioeste está muito presente a cultura machista que impera no Oeste do Paraná. Mas o pior ocorre quando um caso de assédio sexual é

transformado em instrumento de perseguição política e ideológica no interior da universidade.

No início de 1993, o vice-diretor da Fecivel, pediu afastamento de seu cargo para assumir a Secretaria Municipal de Educação. Para substituí-lo foi realizada uma eleição e o candidato Paulo R.C. Nogueira foi eleito. Em agosto do mesmo ano, Eurides Rosseto, Diretor eleito da Fecivel, foi afastado do cargo pelo Governador Roberto Requião, e Paulo Nogueira -que era filiado ao PMDB- foi nomeado pelo chefe do Executivo paranaense, com apoio do Diretor Presidente, para assumir a função de Diretor Administrativo da faculdade.

Em abril e maio de 1994, a menor E.M.S, que era estagiária da faculdade, passou a sofrer assédio sexual do Diretor em exercício. Mas ela recusava-se a ceder às provocações. No dia 05 de maio, tendo sido novamente convocada pelo diretor para que se dirigisse a sua sala, E.M.S. munuiu-se de um gravador e compareceu à sua presença. Novamente foi assediada, mas desta vez conseguiu gravar a “cantada”, as pressões e o constrangimento pelo qual passou.

Como diz o professor Ivo Oss Emer, “o diretor da Fecivel na época usou o poder do cargo, o poder de decisão sobre as pessoas para constranger. Houve um crime de assédio sexual”<sup>199</sup> e o caso foi parar na Delegacia da Mulher, sendo divulgado na imprensa com repercussão local, estadual e nacional. Em seguida o autor do assédio pediu afastamento do cargo e o Diretor Presidente da Unioeste aproveitou a oportunidade para, através da Portaria 338/94, instaurar uma Comissão de Sindicância com a finalidade de *apurar irregularidade praticada por funcionários públicos* nas dependências da Fecivel, que tinham infringido as normas contidas no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, de acordo com o Artigo 279, inciso

---

<sup>199</sup> EMER, Ivo Oss. “Desdobramentos do Assédio Sexual na Fecivel”. In: Jornal do Sintcoeste. nº 08, Ano II, nov. 1994, p. 03.

III. A sindicância foi aberta baseando-se no fato de constar DOS DEVERES dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, “levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função”.

A Comissão de Sindicância, nomeada por Marcos Vinícius Pires de Souza, foi presidida por Edson Sá, que já tinha participado de outras sindicâncias instauradas contra pessoas que se opunham à nomeação do Diretor Presidente em 1992. Além dele participaram a funcionária Sandra Regina de Albuquerque Alves e o advogado Carlos A. Tanuri Mendes, todos de confiança de Marcos Vinícius Pires de Souza. Carlos A. Tanuri Mendes além disto, era homem de confiança do PMDB de Cascavel, professor da Fecivel e assessor jurídico da Prefeitura Municipal. Este era colega de Paulo Nogueira, na administração do prefeito Tolentino do PMDB.

A Delegada titular da Delegacia da Mulher, que recebeu e apurou a denúncia relacionada ao assédio sexual contra a menor E.M.S., no dia 24 de junho de 1994 foi afastada do cargo e transferida para a cidade de Toledo. Devido a sua intensa atuação neste caso e em defesa das mulheres, passou a sofrer pressões e teve inclusive seu carro roubado. Para o seu lugar foi nomeada uma delegada recém concursada, procedente de Curitiba.

Não havia necessidade de se instaurar Comissão de Sindicância por tratar-se de um crime comum, objeto da justiça comum. Além disto, os investigados não levaram o fato do assédio ao conhecimento da autoridade superior... por ser ela própria a autora do crime! Contudo, se alguém tivesse comunicado o fato à “autoridade superior”, teria ela tomado providências e aberto sindicância para apurar as circunstâncias do crime?

O novo diretor, Sebastião Gasolla, amigo de Marcos Vinícius Pires de Souza, demitiu imediatamente a menor estagiária, vítima do assédio, do machismo e do autoritarismo.

A Comissão de Sindicância ouviu todas as pessoas que sabiam do assédio e/ou prestaram qualquer tipo de ajuda à menor. Duas delas, que ocupavam cargos de confiança de Paulo Nogueira, somente foram ouvidas. As demais, de um momento a outro, de testemunhas passaram a réus, em nome de uma suposta obrigação estatutária, segundo a qual teriam que levar o fato ocorrido ao superior hierárquico. A partir deste momento passaram a ser caluniadas, sofrendo constrangimentos e perseguições.

Segundo o Dr. Hélio Q. Jost, advogado de defesa das testemunhas/réus, a Comissão de Sindicância, instaurada pelo diretor presidente da Unioeste, realizou uma verdadeira “caça às bruxas”. Composta por pessoas de inteira confiança do reitor, buscava pretextos e condições para incriminar pessoas por motivos meramente políticos e, principalmente, para servir de defesa à acusação de assédio sexual praticado por Paulo Nogueira<sup>200</sup>.

O assédio também foi motivo de discussão na Câmara de Vereadores. O Vereador Aderbal de Mello condenou a Comissão de Sindicância, comparando-a aos procedimentos aplicados pela Santa Inquisição, na Idade Média<sup>201</sup>.

A Comissão de Sindicância chegou a uma conclusão surpreendente: elogia os procedimentos de Paulo Nogueira e pede que se instaure Inquérito Administrativo para punir servidores que prestaram ajuda à vítima do assédio sexual. Diz o relatório final da Sindicância: “deve-se dizer que dos servidores cujos nomes constam na presente sindicância, somente ele (*Paulo Nogueira*) cumpriu o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná” (grifo nosso)<sup>202</sup>. Até parece que assédio sexual é função de servidor público, não?... Que significa cumprir o estatuto?

<sup>200</sup> JOST, Hélio Q. “Farsa Grotesca”. In: Jornal O Paraná. Cascavel. 26/06/94, p.03.

<sup>201</sup> Jornal A Cidade. Cascavel. 18/06/94, p. 08.

<sup>202</sup> Conclusão da Comissão de Sindicância instaurada para apurar irregularidades praticadas por funcionários públicos na Unioeste. p. 68.

Ao invés de procurar punir aquele que denegriu a instituição, faltou com a ética e desrespeitou pessoas, o processo investigatório buscou, ao contrário, tentar incriminar e punir quem procurou ajudar e solidarizar-se com a vítima.

O parecer do Promotor de Justiça, Carlos Bachinski, não deixa dúvidas quanto ao caráter do Inquérito Administrativo. Ele diz que “a tendenciosidade e o flagrante prejulgamento está (sic) claramente estampado”. Além disto, classifica como “sem observância de requisitos legais indispensáveis e caracteriza como ilegal e abusivo”<sup>203</sup> (grifo nosso) o ato da direção da Unioeste ao instaurar o inquérito.

Diante dos fatos ocorridos na Unioeste, as palavras de Aristóteles tomam-se válidas ainda hoje. Ele diz: “... não sendo poderosos o suficiente para governar sem leis, transformam em leis a preferência que se arrogam”<sup>204</sup>.

As testemunhas, transformadas em réus, foram absolvidas na primeira e segunda instâncias. A Unioeste não recorreu à última instância.

O autor do Assédio também foi absolvido pela justiça comum, uma vez que para o Código Penal brasileiro assédio sexual não constitui crime.

Para alguns as leis são flexíveis: é possível interpretar e dar o sentido que se quiser. A livre interpretação das leis, na Unioeste, tem gerado confusão entre autonomia e soberania.

### 3.2.8. AUTONOMIA OU SOBERANIA?

Para muitos trabalhadores o nível de escolaridade determina sua inclusão ou exclusão no mercado de trabalho. Este fator tem sido preponderante no processo de reivindicação da ampliação dos níveis de escolaridade e da melhoria de sua condições.

<sup>203</sup> Parecer do promotor de Justiça Carlos Bachinski sobre o Inquérito Administrativo aberto pela Unioeste para apurar negligência dos funcionários em relação ao caso de assédio sexual. pp. 125 e 129.

<sup>204</sup> ARISTÓTELES. A Política. São Paulo. Ed. Martins Fontes, p. 65.

Quando a Unioeste foi reconhecida pelo MEC, o então Diretor Presidente foi nomeado Reitor Pro-Tempore por um ano, até ser convocada eleição para escolha do primeiro reitor da universidade.

A partir do reconhecimento da Unioeste, o Reitor Pro-Tempore começou a falar publicamente que, a partir daquele momento, a universidade era autônoma. Assim, baseado no princípio da autonomia e apoiado por algumas lideranças regionais e estaduais, agia como se tivesse poderes absolutos sobre tudo e sobre todos.

Não há dúvida que as universidades do Paraná gozam de pouca autonomia em relação aos governos estadual e federal e é necessário lutar para conquistar maior respeito e independência. Contudo, como diz Eunice R. Durham, deve ser feito “na forma da lei”<sup>205</sup>, e não de acordo com as conveniências pessoais, políticas ou do mercado.

A comunidade do Oeste do Paraná vinha lutando há muito tempo para satisfazer as crescentes necessidades educacionais que iam surgindo. A elevação do nível e a diversificação do ensino eram condição indispensável para isto.

Os primeiros cursos criados na Unioeste visavam atender às demandas das comunidades locais e preencher as lacunas existentes, isto é, preparar profissionais para atuar nas escolas da região. Por isso, concentravam-se principalmente na área das Ciências Humanas. Os cursos criados posteriormente passaram a assinalar, mais explicitamente os embates na divisão social do trabalho. Ao mesmo tempo que refletiam as circunstâncias do mercado, expressavam os desejos e os interesses dos segmentos mais elevados da população. Estes passaram a reivindicar os chamados “cursos nobres” - Engenharia Agrícola e Civil, Informática, Medicina e Odontologia- sob a

---

<sup>205</sup> DUHRAM, Eunice R. “A autonomia em Questão”. In: Jornal Folha de São Paulo. São Paulo. 10/03/96. p.03.

justificativa de que assim os filhos do Oeste não precisariam deslocar-se para outros centros do país a fim de continuarem seus estudos.

Mas para as lideranças cascavelenses, como dissemos, parece que Unioeste é Fecivel. A política de expansão da Unioeste também visa criar e ampliar os cursos nos demais campi. Contudo, todos os cursos mencionados acima foram implantados ou são reivindicados para o campus de Cascavel, mesmo tratando-se de uma universidade multi-campi.

Este trabalho não questiona a necessidade social destes cursos. Analisa apenas a forma, o processo de sua implantação e o jogo de forças nele envolvido. E, neste sentido, tem-se verificado que há atritos regionais tanto em relação à implantação dos cursos quanto em relação à estrutura física da Unioeste. Dos 11 novos prédios que foram construídos na Unioeste nos últimos anos, 6 deles foram construídos na Fecivel, ou seja, 74,35% dos recursos foram consumidos em Cascavel. Apenas 14,49% em Marechal Cândido Rondon, 9,39% em Foz do Iguaçu e 5,11% em Toledo.

Elói Lohmann, que foi presidente da Comissão Pró-Unioeste e presidente da Comissão de Implantação, após seu reconhecimento, expressava seu descontentamento:

a Unioeste é regional, de caráter multi-campi, com características próprias e peculiares. Relegar Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu a simples departamentos da faculdade de Cascavel não é uma universidade tão penosamente sonhada para todos<sup>206</sup>.

Contudo, no afã de rapidamente transformar em realidade aquilo que era um desejo -implantar os cursos de Engenharia Civil, Medicina e Odontologia-, diversas lideranças de Cascavel, principalmente o prefeito municipal, alguns vereadores, deputados, o grupo “Amor a Cascavel” e o grupo “Universidade Já” (dois grupos de empresários cascavelenses), a Associação Comercial e

---

<sup>206</sup> LOHMANN, Elói. “Universidade do Oeste do Paraná ou Universidade de Cascavel?”. In: Jornal Gazeta do Paraná. Cascavel, 15/06/95. p. 04.

Industrial de Cascavel (ACIC), uniram-se ao Reitor Pro-Tempore e tentaram implantar estes cursos, dentro de suas perspectivas. Estas lideranças haviam feito diversas tentativas para trazer os cursos a Cascavel através de uma universidade particular, mas ainda não havia sido possível.

Para implantar estes cursos de forma regular, seguindo os critérios de competência acadêmica -administrativa, científica e legal-, primeiro deveria ter sido elaborado um projeto formal de cada curso e, em seguida, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para que este desse o seu parecer. Simultaneamente, deveria ter sido comunicada à Secretaria de Educação de Ensino Superior do Ministério de Educação e Desporto a pretensão de criar os cursos e as referidas vagas, com antecedência de, no mínimo, 180 dias antes da convocação do vestibular, nos termos do Decreto 1.302/94. Quanto aos cursos de Medicina e Odontologia, o Artigo 7º do mesmo Decreto afirma que a direção deveria submeter os projetos à avaliação e à apreciação do Conselho Nacional de Saúde para obtenção de parecer. Na hipótese de ser desfavorável, o Conselho Estadual de Educação deveria emitir parecer conclusivo; caso fosse favorável, deveria ser aprovado pelo Ministro da Educação para que pudesse surtir efeitos legais.

O curso de Engenharia Civil, teve um processo de implantação menos tumultuado. Foi autorizado a funcionar provisoriamente, mesmo sem ser reconhecido oficialmente pelo Conselho Estadual de Educação porque o projeto tinha sido enviado aos órgãos superiores para apreciação. Em março de 1996, o Conselho Estadual de Educação deu parecer favorável a este curso.

No entanto, a tentativa de implantação dos cursos de Medicina e Odontologia seguiu um processo totalmente irregular e muito tumultuado. Como disse o professor Teófilo Bacha Filho, relator dos processos de implantação destes cursos junto ao Conselho Estadual de Educação, eles se sucederam “à revelia das condições estipuladas pela legislação”<sup>207</sup>.

---

<sup>207</sup> Jornal Gazeta do Paraná. Cascavel, 09/03/96. p. 08.

Mesmo sem autorização dos órgãos competentes o Reitor Pro-Tempore autorizou a abertura de inscrições para o vestibular também para estes cursos.

Segundo Flávio V. Scherer, presidente da Comissão de Vestibulares da Unioeste, nestes cursos inscreveram-se 2.514 candidatos, sendo que mais de 60% eram procedentes de outros estados.

Devido à ilegalidade o Sr. Dirceu Leal de Zagottis, Secretário de Educação Superior, pronunciou-se contrário à realização do vestibular, dizendo:

'Senhor Reitor Pro-Tempore,  
Diante das notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa no Estado do Paraná, e tendo em vista, ainda, correspondência do Presidente do Conselho de Educação desse Estado, em que apontam a implantação dos cursos de Medicina e Odontologia, com abertura do concurso vestibular no dia 21 de março de 1995, conforme Editais nºs 04/95 e 05/95, em total desrespeito às disposições contidas na legislação federal especialmente ao disposto no Art. 7º do Decreto Presidencial nº 1.303, de 8 de novembro de 1994, sinto-me obrigado, por dever de ofício, a informá-lo sobre a ilegalidade de tais atos, pelo que esses deverão ser imediatamente suspensos.

Esclareço a Vossa Magnificência que a consumação dessa prática redundará em medidas drásticas por parte do Ministério da Educação e Desporto, órgão responsável pelo exercício das atribuições do poder público federal em matéria de educação, a quem cabe 'zelar pela qualidade de ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem'<sup>208</sup>.

A decisão legal não foi respeitada. Numa tentativa de amenizar o problema criado em torno do vestibular para os cursos de Medicina e Odontologia, o juiz da 5ª Vara da Circunscrição Jurídica de Curitiba enviou à reitoria o seguinte despacho:

'Magnifico Reitor:

Comunico a V.Sa. que... 'a suspensão do vestibular programado para amanhã (21.03.95), dos cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por certo causará transtornos e/ou danos irreparáveis aos candidatos inscritos. Por isso... consigno, todavia, que estando o certame sub judice, a homologação de seu resultado só poderá ser divulgado por decisão ulterior deste juízo'<sup>209</sup>.

<sup>208</sup> Determinação do Ministério da Educação, publicado pelo Jornal *O Paraná*. Cascavel, 18/03/95. p. 01.

<sup>209</sup> Determinação do Dr. Dirceu de Almeida Soares, Juiz Federal da 5ª Vara da Circunscrição Judiciária de Curitiba, publicado pelo Jornal *O Paraná*. Cascavel. 20/03/95, p.01.

Novamente a decisão não foi respeitada. O resultado e os nomes dos aprovados no vestibular foram divulgados juntamente com a relação dos aprovados nos demais cursos da Unioeste -tudo em nome da autonomia universitária.

Somente no mês de junho de 1995, foram encaminhados os projetos e os pedidos de parecer para os órgãos competentes. Portanto, muito tempo depois da realização do vestibular e do início das aulas, invertendo-se totalmente a ordem dos procedimentos legais.

Um fato curioso é que os editais de convocação para o vestibular dos cursos de Medicina, edital 04/95-GRE e de Odontologia, edital 05/95-GRE, têm data de 14 de fevereiro e foram publicados no jornal *O Estado do Paraná* no dia 19 de fevereiro, enquanto a aprovação para a publicação dos editais pelo Conselho Universitário da Unioeste somente ocorreu em reunião no dia 20 de fevereiro de 1995. Portanto, a publicação do vestibular ocorreu antes da necessária aprovação pelo Conselho Universitário.

Devido a estes atropelos, conseqüências danosas ocorreram para o conjunto do corpo acadêmico da Unioeste.

Em função dos novos cursos, foi retardado todo o ano acadêmico da Unioeste. O vestibular foi realizado somente no período de 21 a 24 de março de 1995. O início das aulas para os alunos veteranos ocorreu no dia 27 de março. As aulas dos calouros iniciaram no dia 10 de abril. O concurso para os professores ocorreu somente no final de abril, quando as aulas já haviam iniciado. Em conseqüência disso, alguns cursos começaram as aulas apenas com a metade dos professores necessários. A falta de professores ocorreu até o final de junho, quase três meses após o início das aulas. Em virtude destes fatos, não houve férias no mês de junho, apenas uma semana de recesso, que por decisão da reitoria no último dia de aulas, acabou se multiplicando em duas semanas, sem tempo hábil para avisar os acadêmicos. Exceto os acadêmicos dos cursos de Medicina e de Odontologia, que mereceram telefonemas por conta

da Instituição, os demais não foram avisados em tempo sobre a alteração do reinício das aulas<sup>210</sup>.

Mesmo sem autorização do Conselho Estadual de Educação as aulas destes cursos continuavam. O Reitor Pro-Tempore estava ciente da irregularidade dos mesmos, pois foi admoestado pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, pelo Secretário do Ensino Superior do Ministério de Educação e, chegou a receber notificação judicial proibindo o funcionamento dos cursos. O Juiz da Vara Federal de Cascavel, Artur César de Sousa, enviou à reitoria o seguinte mandado de intimação:

'para que fique cientificado do que a Justiça Federal está plenamente ciente do descumprimento reiterado da liminar proferida nos autos originários, bem como da incitação para seu descumprimento, fato que futuramente ensejará toda forma de responsabilidade prevista em lei'<sup>211</sup>.

Isto fez o reitor responder inquérito policial por descumprir as determinações da justiça.

Mas, nada e nem ninguém demovia o Reitor Pro-Tempore de suas decisões<sup>212</sup>. Muitas mobilizações foram feitas pela Reitoria, Diretório Central dos Estudantes, Associação Comercial e Industrial de Cascavel, Prefeitura Municipal, grupo "Amor a Cascavel", "Universidade Já" e alguns políticos, funcionários, professores e alunos de Medicina e Odontologia em defesa dos cursos. Numa tentativa de massificar a campanha pró-autonomia da Unioeste e

<sup>210</sup> Movimento pela Ética, Autonomia e democracia na Universidade. Unioeste: Um compromisso com a verdade. Set/95.

<sup>211</sup> Jornal O Paraná. Cascavel, 09/05/95. p. 08.

<sup>212</sup> Além destas arbitrariedades o diretor pró-tempore esteve envolvido em outras irregularidades. Marcos Vinícius Pires de Souza era presidente do Conselho Comunitário do Hospital Regional, futuro Hospital Universitário. Devido as denúncias de irregularidades foi instaurada uma Comissão de Sindicância pela Assembléia Legislativa do Paraná. Dentre as acusações feitas pelos auditores estão as de superfaturamento, nepotismo, adulteração de documentos. Marcos Vinícius Pires de Souza, como presidente do Conselho, empregou sua própria mulher, sem que a mesma atendesse aos critérios de Capacitação para ocupar o cargo. (Jornal O Paraná. 11/08/95, p.01) O Reitor pró-tempore também foi condenado em diversos processos, pelo menos 6, dos 11 abertos pelo Tribunal de Contas sobre "mal versação do dinheiro público". (Jornal Gazeta do Paraná., 04/09/95. p. 08.

em defesa dos novos cursos foram confeccionados 60 outdoors, os quais foram espalhados pela cidade de Cascavel e região em apoio a Marcos Vinicius Pires de Souza, dizendo: “Unioeste multi-campi: Oeste unido defende autonomia”. Para chamar a atenção, estas lideranças, cerca de 250 pessoas, interromperam por duas horas a BR-277 que dá acesso a Foz do Iguaçu. Em sinal de luta o prefeito de Cascavel e muitos alunos pintaram a cara. Faixas estampadas diziam: “Declare guerra a quem finge te amar”. Deificaram a reitoria transformando as leis em meros enfeites dos manuais.

Porém, para muitos cascavelenses tudo isto não passava de um jogo de cena. O jornal *O Paraná* denunciava que “a universidade particular que estava se instalando em Cascavel -Univel- deveria implantar ao longo dos próximos cinco anos 20 cursos, dentre eles Medicina e Odontologia”<sup>213</sup> -por um lado, os discursos são feitos no sentido de defesa das instituições públicas, mas, por outro, a prática parece afinar-se com a onda de privatização, que toma conta nesta nova fase do modo de produção capitalista, o neoliberalismo.

O Deputado Estadual Edgar Bueno, na época pertencente ao PSDB, inconformado com a posição do Conselho Estadual de Educação, chegou a apresentar um projeto na Assembléia Legislativa do Paraná, propondo a extinção do Conselho Estadual de Educação. Numa outra oportunidade, em que reuniram-se lideranças políticas e simpatizantes à implantação dos cursos, este mesmo Deputado chegou a afirmar literalmente: “se, em 1996, não forem reconhecidos os novos cursos rasgarei o diploma de Deputado”.

Como vimos anteriormente, a justificativa que tem se arrolado para os novos cursos era de que, uma vez implantados, os filhos do Oeste não precisariam deslocar-se para outros centros para continuar estudando. No entanto, verificada a procedência dos alunos destes cursos, apenas um de Medicina e três de Odontologia, pertenciam ao Oeste do Paraná. Os demais eram de outras regiões do Paraná e, a maioria, de outros Estados. Edgar

---

<sup>213</sup> Jornal *O Paraná*. Cascavel. 02/09/95, p. 03. A Univel começou a funcionar em março de 1996.

Bueno, na reunião mencionada acima, numa atitude bairrista, chegou a propor a limitação do número de vagas para estudantes procedentes de outros Estados.

Dentro e fora da universidade, quem se posicionava contra a implantação dos cursos ou apenas questionava a forma como o processo estava sendo encaminhado era perseguido e chamado de inimigo de Cascavel, inimigo da universidade. Aliás, poucos ousaram manifestar-se contrário publicamente. Fidelcino Tolentino, Prefeito de Cascavel, disse: “quem não aprova a criação dos cursos ‘nobres’ é contra a população”<sup>214</sup>.

As aulas destes cursos continuaram sendo realizadas sob a denominação de “cursos de aperfeiçoamento” e “aulas extracurriculares”. Por um lado, a reitoria tentava esconder que estava havendo aula. Por outro, contraditoriamente, para atrair a atenção do órgãos públicos e autoridades governamentais, promoviam-se aulas simbólicas no calçadão em frente à matriz de Cascavel.

Concordando com a implantação dos cursos, mas discordando da forma como estava sendo feita, o professor José Kuiava, segundo seu depoimento ao jornal *O Paraná*, no dia 28 de junho de 1995, cinco dias depois do Reitor Pro-Tempore ter sido convocado a depor na Polícia Federal em Foz do Iguaçu (23/06/95), foi à justiça “pedir esclarecimentos e pedir cópia da ordem judicial que cancelava os cursos”<sup>215</sup>.

Mas a reitoria e a imprensa inverteram o fato e divulgara-no, como se o professor José Kuiava tivesse denunciado que estava havendo aula nos cursos de Medicina e Odontologia e que, devido a esta denúncia, o Reitor Pro-Tempore teria sido convocado a depor na Polícia Federal.

Devido a isto, representantes de 12 sindicatos, qualificaram o professor José Kuiava de “coisa ruim”, “*persona non grata*”, “delator”, “desleal” e

<sup>214</sup> TOLENTINO, Fidelcino. “Em defesa da Unioeste”. In: *Jornal Folha de Londrina*. Londrina. 16/03/95, p. 03.

<sup>215</sup> *Jornal O Paraná*. Cascavel. 20/08/95, p. 05.

“traidor”<sup>216</sup>; o Diretório Central dos Estudantes e alguns Centros Acadêmicos publicaram moção de repúdio; a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, “através de sua diretoria... decidiu pela pronúncia de desagravo e repúdio às atitudes do sr. José Kuiava e todas as forças contrárias... da nossa Unioeste”<sup>217</sup>. Com a justificativa de que o professor teria denunciado e passado informações truncadas à justiça sobre a Unioeste, o presidente da associação de moradores de Cascavel (ligado ao PMDB), solicitou ao Conselho Universitário para que colocasse em disponibilidade o professor José Kuiava<sup>218</sup>.

Os projetos referentes aos cursos de Medicina e Odontologia foram encaminhados aos órgãos competentes somente em junho de 1995. O Conselho Nacional de Saúde não se pronunciou sobre os cursos no prazo de 180 dias, prazo previsto para dar seu parecer. Assim, os processos voltaram ao Conselho Estadual de Educação. Em fevereiro de 1996, a Unioeste recebeu a visita de um perito para analisar as condições para o funcionamento do curso de Odontologia, mas até o final de março, data do fim do levantamento de dados para este trabalho, não havia sido publicado nenhum parecer a respeito. Para o curso de Medicina nem sequer tinha sido enviado o perito para fazer a averiguação das condições para o funcionamento.

Quando se tem uma concepção confusa a respeito de universidade<sup>219</sup> cometem-se todos os tipos de equívocos e arbitrariedades. Invoca-se, por exemplo, o princípio da autonomia universitária e confunde-se com soberania, acarretando lastimáveis conseqüências para professores, alunos, para a comunidade.

<sup>216</sup> Jornal Gazeta do Paraná. Cascavel, 07/07/95, p.04.

<sup>217</sup> Jornal A Cidade. Cascavel, 08/07/95, p. 05.

<sup>218</sup> Jornal O Paraná. Cascavel, 11/08/95, p. 07.

<sup>219</sup> Para se ter uma idéia a respeito da concepção de universidade de Marcos Vinicius Pires de Souza transcrevemos literalmente o que ele próprio definiu em 1991, durante o “Encontro Institucional” realizado na Fecivel. Ao ser interpelado pela professora Francis M. G. Nogueira para que expusesse a sua concepção de Universidade, respondeu: “Bem, eu imagino que Universidade, talvez o próprio nome já diga, Unidiversidade, une coisas diferentes dentro de si mesma, num órgão único”.(Seminário: Encontro Institucional. 18, 19 e 20 de dezembro de 1991/Fecivel. p. 66)

A luta pela criação destes cursos e a forma como a reitoria pretendia implantá-los, juntamente com a questão da nomeação de Marcos Vinícius Pires de Souza em 1992, foram questões de destaque no processo eleitoral que escolheu o primeiro reitor da Unioeste.

Este processo eleitoral tem sido a seqüência do que tem se verificado anteriormente. Talvez com intensidade maior devido à tensão provocada pelo risco de o poder possivelmente circular e outras forças imprimirem a direção.

### **3.2.9. O PROCESSO DE ESCOLHA DO REITOR DA UNIOESTE**

O reconhecimento oficial de uma instituição pública pelos órgãos superiores competentes é um passo importante no processo de crescimento, abertura de espaços, conquista da autonomia e ampliação das possibilidades de construção de um projeto de universidade voltado para a socialização dos conhecimentos, para os interesses da maioria. Mas isto não é suficiente. É necessário que, paulatinamente, todas as ações e todo o corpo da universidade comprometam-se com o projeto.

Como a universidade situa-se numa sociedade muito heterogênea, devido ao jogo de forças envolvido a escolha do reitor e vice-reitor passou a ser uma verdadeira disputa, pois, tratava-se da afirmação de um determinado projeto e a negação de outro.

No Oeste do Paraná, tanto a eleição para reitor e vice quanto para diretores de centro e diretores administrativos, foi aguardada com muita expectativa e apreensão por parte de um grande número de professores, funcionários, acadêmicos, lideranças sindicais e políticas da região, pois representaria a conservação ou a mudança de um projeto de universidade, a continuidade ou não de um espaço de intervenção das forças regionais.

A primeira eleição após o reconhecimento da Unioeste foi realizada em dois momentos: no dia 14 de setembro de 1995, para reitor e vice-reitor e, no

dia 28 do mesmo mês, para diretores administrativos dos quatro campi e diretores de centro. Trataremos separadamente os dois momentos, para facilitar a exposição dos detalhes e, assim, fornecer mais elementos para a compreensão das relações de poder na Unioeste.

Para a eleição do reitor e vice-reitor, um dado importante a ser colocado é que a inscrição dos candidatos não se fez na forma de chapas e sim por nomes. Cada um poderia inscrever-se isoladamente, para o cargo que quisesse. Assim, abria-se a possibilidade de que vencessem candidatos pertencentes ao mesmo segmento e/ou também seria possível eleger candidatos pertencentes a segmentos diferentes. As normas foram estabelecidas pela reitoria. Em caso de derrota do candidato a reitor pela situação, o vice que tinha seu apoio poderia vencer. Assim o poder podia pelo menos ficar dividido.

Inscreveram-se três candidatos para concorrer a reitor e dois para vice-reitor, agrupados em três segmentos: pela “Universidade Forte e Autônoma” candidataram-se Marcos Vinícius Pires de Souza, para Reitor e Liana Fátima Fuga Vasconcelos, para vice-reitora; pelo “Compromisso Regional” candidataram-se Erneldo Schalleberger, para reitor e José Kuiava, para vice-reitor; pela “Terceira Via” candidatou-se Marli Renate Von Borstel Roesler, sem candidato à vice-reitor.

A disputa ocorreu praticamente entre os candidatos da “Universidade Forte e Autônoma” e os do “Compromisso Regional”. A “Terceira Via”, como veremos adiante, manifestava seu descontentamento, principalmente em relação aos candidatos pela “Universidade Forte e Autônoma”, mas não apresentava um plano de trabalho definido.

À presidência da comissão eleitoral central, segundo o Regimento Eleitoral, no Artigo 3º, inciso III, competia “coordenar e supervisionar todo o processo de consulta”. Portanto, cabia-lhe uma posição de isenção e neutralidade no processo.

Mas, uma vez que a presidência da comissão ficou com Walter Parcianello, preocupou os candidatos do “Compromisso Regional”, pois ele era aluno da Fecivel e em 1993 já havia se envolvido nas manobras eleitorais do Diretório Central dos Estudantes. Além disto, era amigo pessoal e cabo eleitoral de Marcos Vinícius, Secretário de Esportes na Prefeitura Municipal de Cascavel (do PMDB) e irmão do Deputado Hermes Parcianello, também do PMDB.

Preocupados com a lisura do processo eleitoral, devido à sabida parcialidade e falta de isenção de alguns membros da comissão eleitoral central e, especialmente do presidente, a coordenação de campanha dos candidatos do “Compromisso Regional” solicitou à Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, à qual a Unioeste encontra-se vinculada, que enviasse observadores para acompanhar a eleição. A secretaria enviou quatro representantes, um para cada campus.

Mesmo com a presença de observadores do próprio Governo do Estado foram cometidas irregularidades e arbitrariedades:

a) O Art. 35 da Resolução nº 028/95 -COU, que regulamenta o processo eleitoral, diz: “é proibido o uso de ‘outdoors’, pichações e instrumentos sonoros dentro dos limites dos campi, bem como a fixação de material de propaganda de candidatos nas salas de aula, na biblioteca e setores administrativos”. No entanto, no dia 10 de setembro, foram flagrados e fotografados Murilo de Andrade (coordenador do Diretório Central dos Estudantes) e dois acadêmicos, um dos quais era membro da comissão eleitoral central -cabos eleitorais de Marcos Vinícius Pires de Souza- fazendo pichações caluniosas contra o candidato a vice-reitor pelo “Compromisso Regional”, dentro do campus de Cascavel, tendo presente a própria candidata a vice-reitora pela “Universidade Forte e Autônoma”.

A coordenação do movimento “Compromisso Regional” denunciou tal ato ao reitor em exercício e ao diretor administrativo da Fecivel, Sebastião

Gazola, ao qual, segundo a Resolução 028/95- COU, Art. 35º, inciso II, “cabe... zelar pela higiene e estética do campus”. Mas nenhuma providência foi tomada com relação aos responsáveis;

b) Um dos acadêmicos, mencionados acima, além de ter sido flagrado ajudando a pichar, também foi encontrado retirando e rasgando material de campanha do “Compromisso Regional”, que estava afixado em local permitido pela comissão eleitoral central. O mesmo, ao ser surpreendido, afirmou diante de testemunhas: “vou retirar tantas vezes quantas forem necessárias”. Novamente a coordenação do “Compromisso Regional” denunciou o fato à comissão eleitoral central, solicitando que o aluno, por fazer parte da comissão, fosse substituído, sob pena de que a comissão eleitoral central fosse acusada de ser conivente com tais atitudes<sup>220</sup>. Também não foi tomada nenhuma providência.

Temeroso quanto ao comportamento dos adversários e precavido quanto à possibilidade de que arranjassem qualquer artifício que pudesse anular o resultado da eleição, o “Compromisso Regional” documentou e encaminhou à comissão eleitoral central, através de requerimento, todas as irregularidades e abusos cometidos, solicitando providências e manifestando seus temores.

c) O “Compromisso Regional” denunciou no dia 11 de setembro que, o material de campanha dos seus candidatos foi sistematicamente retirado e destruído, em horário em que a Fecivel deveria estar fechada<sup>221</sup>. No dia da eleição foi denunciada a ocorrência de propaganda ilegal dos candidatos da “Universidade Forte e Autônoma” em locais não permitidos pela comissão eleitoral central, sem que tenham sido tomadas providências<sup>222</sup>;

d) Com relação aos votantes, o “Compromisso Regional” constatou e denunciou que pessoas que ocupavam cargos de confiança da reitoria, preenchidos sem necessidade de concurso público, constavam da lista dos

<sup>220</sup> Requerimento nº 3 encaminhado à CEC, pelo “Compromisso Regional”, no dia 14/09/95.

<sup>221</sup> Requerimento nº 07 encaminhado à CEC, pelo CR, no dia 11/09/95.

<sup>222</sup> Requerimento nº 09 e 10 encaminhados à CEC, pelo CR, no dia 14/09/95.

habilitados a votar. Estes funcionários não faziam parte do quadro próprio de docentes ou técnico-administrativos da Unioeste e, portanto, não poderiam votar. Solicitado a posicionar-se formalmente a respeito do fato, o presidente da comissão eleitoral central, novamente omitiu-se<sup>223</sup>;

e) Outra denúncia feita pelo “Compromisso Regional” foi que o coordenador do Diretório Central dos Estudantes, no dia da eleição autorizava a emissão imediata de segunda via de carteirinha de estudante (um dos documentos através dos quais os alunos poderiam votar) somente a estudantes comprometidos com a candidatura de Marcos Vinícius Pires de Souza e Liana Fátima Fuga Vasconcelos e recusava-se a fornecer igualmente a outros alunos<sup>224</sup>.

f) Os cursos de Medicina e Odontologia não haviam sido autorizados a funcionar legalmente até o dia da eleição, portanto os alunos destes supostos cursos não poderiam ser considerados alunos da universidade e não poderiam votar. Mas, algum tempo antes da eleição, numa tentativa de vencê-las, o Reitor Pró-Tempore autorizou a abertura de um curso de extensão para estes alunos. Assim, através deste artifício, foram transformados em aguerridos cabos eleitorais e em votos garantidos a favor de Marcos Vinícius Pires de Souza.

No dia da eleição a coordenação de campanha do “Compromisso Regional” solicitou à comissão eleitoral setorial (da Fecivel) que os votos desses alunos fossem depositados em urna separada para depois ser apreciada sua validade ou não. Mas o professor Alberto Pompeu, coordenador da comissão eleitoral setorial negou o pedido. Então foi solicitado que o indeferimento constasse em ata e novamente foi recusado<sup>225</sup>;

Se não bastassem tais fatos e arbitrariedades cometidas pelos candidatos pela “Universidade Forte e Autônoma”, pelos cabos eleitorais, pelas

---

<sup>223</sup> Requerimento nº 08 encaminhado à CEC, pelo CR, no dia 14/09/95.

<sup>224</sup> Requerimento nº 11 encaminhado à CEC, pelo CR, no dia 14/09/95.

<sup>225</sup> Requerimento nº 12 encaminhado à CEC, pelo CR, no dia 14/09/95.

comissões eleitorais, outro fato grave, ocorrido no dia da apuração dos votos, compromete ainda mais a comissão eleitoral central.

g) A Resolução nº 018/95-COU, no seu Art. 16, parágrafo primeiro, que dispõe sobre a eleição para reitor e vice-reitor, diz:

Iniciada a apuração, os trabalhos não serão interrompidos até a proclamação dos resultados, que serão registrados de imediato em atas lavradas e assinadas pelos respectivos integrantes da Comissão Eleitoral Setorial e da Comissão Eleitoral Central.

Segundo o Regimento Eleitoral, a apuração dos votos deveria ser feita nos campi e, depois, os resultados enviados pelas comissões eleitorais setoriais até Cascavel onde seria elaborado o cômputo final. Por volta de 23:30 horas do dia 14 de setembro, iniciou-se a apuração pela comissão eleitoral central, neste campus. Os trabalhos continuaram até por volta de 5:30 horas da madrugada do dia seguinte. Até aquele momento, porém, faltavam chegar a Cascavel as urnas da Facitol. O candidato a reitor pelo “Compromisso Regional” estava vencendo por uma grande margem de votos, fato este que era comemorado pelos simpatizantes desta candidatura. De um momento a outro, o presidente da comissão eleitoral central, Walter Parcianello, sob alegação de cansaço físico, sem convocar seu suplente para substituí-lo, simplesmente resolveu interromper a apuração, trancou as urnas na sala da comissão eleitoral central. Depois trancou a porta do corredor que dava acesso a esta sala e, sem deixar instrução alguma aos fiscais a respeito do destino a ser dado às urnas que iriam chegar de Toledo, desapareceu e só retornou ao local às quatorze horas.

Cinco minutos após a interrupção do escrutínio, chegaram a Cascavel as urnas com os votos da Facitol. O “Compromisso Regional”, sabendo que havia ganho a eleição para reitor estava receoso de que algum ato pudesse ser cometido e viesse a comprometer o resultado. Por isso, permaneceu em

vigilância, juntamente com os fiscais da comissão eleitoral setorial da Facitol, até o reinício dos trabalho de escrutinação.

Por volta das nove horas do dia 15, Sebastião Gazola, diretor administrativo da Fecivel, tentou abrir a porta do corredor que dava acesso às urnas. A abertura de tal porta poderia servir de pretexto para desmoralizar e invalidar a eleição. Por isso foi impedido de fazê-lo pelos fiscais setoriais da Facitol, que trouxeram as urnas e as vigiavam. Oficiosamente, o resultado da eleição era desfavorável ao candidato que ele apoiava.

Quando a comissão eleitoral central retomou a escrutinação, o presidente tentou impugnar uma urna da Facitol em que o candidato Erneldo SchalleMBERger obteve 282 votos, contra apenas 8 para Marcos Vinícius Pires de Souza e 143 votos para Marli Renate Von Borstel Roesler. A tentativa de impugnação devia-se ao fato de, neste urna, haver uma diferença de dois votos a mais que o número de assinaturas.

A apuração ocorreu de forma lenta, prolongando-se até às duas horas da madrugada do dia seguinte.

No dia 16, no final da apuração, foi lavrada a ata e devidamente assinada pelos membros da comissão eleitoral, restando apenas encaminhá-la ao conselho universitário com a totalização dos votos, para que fossem homologados os nomes dos vencedores e encaminhados ao governador para que escolhesse o novo reitor da Unioeste.

O presidente do Conselho Universitário, marcou uma reunião para o dia 21 de setembro, para que fossem homologados os nomes dos vencedores. No entanto, legislando em causa própria, o Reitor Pró-Tempore e o presidente da comissão eleitoral central, no dia da reunião, retiraram da pauta o item que tratava da homologação do resultado da eleição, sob alegação de que o presidente da comissão eleitoral central não havia tido tempo para concluir o relatório das eleições - isto seis dias depois.

O atraso na entrega do relatório com o resultado da eleição ao COU descumpria a Resolução nº 018/95-COU, que no Art. 23 diz:

encerrada a apuração, a Comissão Eleitoral encaminhará de imediato, o resultado da consulta ao reitor, que convocará reunião do Conselho Universitário para a homologação dos resultados e composição da lista para a nomeação.

De acordo com o resultado oficial, Erneldo Schalleberger novamente foi eleito reitor. Desta vez, obtendo o índice final de 614,65 pontos e Liana Fátima Fuga Vasconcelos eleita vice-reitora, com 528,59 pontos. Assim, confirmou-se a possibilidade aventada inicialmente de que poderia ser eleito o candidato a reitor de um segmento e o vice-reitor de outro. O candidato Marcos Vinícius Pires de Souza obteve 394,54 pontos e Marli Renate Von Borstel Roesler obteve 70,64 pontos. O candidato a vice-reitor José Kuiava obteve 502,71 pontos.

O resultado eleitoral desagradou muitas lideranças cascavelenses. Estas, rapidamente mobilizaram-se em defesa de Cascavel, pois não admitiam o fato de que nenhum candidato vencedor fosse de Cascavel. Políticos ligados principalmente ao PMDB, PSDB e PDT articularam-se e tentaram negociar junto ao Governo do Estado para que nomeasse Reitor o professor Erneldo Schalleberger, lotado na Facitol e vice o professor José Kuiava que era de Cascavel. Ambos os candidatos eram ligados ao PDT, partido do governador Jaime Lerner. O governador, numa atitude oportunista e partrimonialista, chegou a nomear os dois candidatos, mas uma das maiores reivindicações da comunidade universitária durante os últimos quatro anos era que se respeitasse as decisões da comunidade acadêmica, sem intervenção externa. Os dois candidatos, durante a campanha, haviam se comprometido a assumir os cargos somente se fossem eleitos.

O grupo que apoiou o “Compromisso Regional” em Cascavel, imediatamente após a nomeação do professor José Kuiava como vice-reitor, mobilizou-se e começou a pressionar para que fossem respeitados o resultado da eleição e também o compromisso assumido publicamente pelos candidatos durante a campanha, mesmo que fosse nomeado alguém que não havia sido apoiado por eles. Depois outros segmentos reforçaram esta mobilização. Diante da pressão o Governador Jaime Lerner voltou atrás e nomeou os que venceram nas urnas.

### **3.2.10. ELEIÇÃO PARA DIRETORES ADMINISTRATIVOS E DIRETORES DE CENTRO**

Na seqüência da eleição para a reitoria, no dia 28 de setembro de 1995, foi realizada eleição para Diretores Administrativos e Diretores de Centro.

Na comissão eleitoral central permaneceram os mesmos integrantes, inclusive o aluno flagrado fazendo pichações e Walter Parcianello, que continuou na presidência. Ainda que a coordenação de campanha dos candidatos pelo “Compromisso Regional” tenha solicitado ao conselho universitário a substituição destes membros devido às atitudes demonstradas durante a eleição para reitor e vice, nada foi alterado.

Fatos irregulares continuaram sendo praticados pelos defensores da “Universidade Forte e Autônoma”. Aqui mencionaremos apenas os que mais chamaram atenção.

A eleição para diretores tinha algumas diferenças em relação à eleição do reitor e vice. As especificidades dizem respeito ao tipo de cédulas, à forma de apuração, ao peso dos votos e à fórmula utilizada para realizar a finalização. Três dias antes de ocorrer a eleição a comissão eleitoral central ainda não tinha tornado público os detalhes, o que levou à coordenação do “Compromisso Regional” solicitar que o fizesse.

Apesar de alguns probleminhas, a eleição transcorreu bem mais tranqüila que a anterior. Finalizada a votação às 22:00 horas do dia 28, uma hora depois iniciou-se a apuração. O presidente da comissão eleitoral central, negava-se a apurar as urnas que continham votos de alunos do curso de especialização “lato sensu”, apesar de estarem devidamente matriculados na Facitol e na Facimar. Só o fez por ordem judicial.

Às oito e meia da manhã do dia 29, Walter Parcianello, alegando cansaço físico, interrompeu a apuração, sem que o regimento eleitoral permitisse, dizendo que só retornaria ao local às 13:30 horas. No entanto até às dezesseis horas ainda não havia retornado. Somente retornou quando um advogado que acompanhava a campanha do “Compromisso Regional” obteve na justiça um mandado de segurança para prender o presidente da comissão eleitoral central, o Reitor Pró-Tempore ou ainda qualquer outro membro da comissão eleitoral central caso se recusassem a cumprir a ordem judicial. Diz o mandado:

Renove-se as intimações das autoridades impetradas para que cumpra-se incontinentemente a ordem judicial liminarmente deferida nestes autos, sob pena de suas prisões em flagrante delito e desobediência, como incriminado no Artigo 371 do Código Penal<sup>226</sup>.

Para não ser preso, Walter Parcianello recomeçou os trabalhos, porém morosamente como na apuração dos votos da eleição para reitor.

Outro fato de desrespeito às normas regimentais da eleição foi a tentativa de manipulação da fórmula usada para calcular o índice final da candidata a diretora do Centro de Educação, Comunicação e Artes, Tânia Lúcia Lupatini, pelo “Compromisso Regional”.

---

<sup>226</sup> Mandado expedido pelo Dr. Paulo R. Hapner, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel. Auto nº 000996/95.

A Resolução 019/95-COU, que regulamentava a eleição para diretor administrativo e diretores de centros, no Artigo 23, parágrafo 1º, que trata da aplicação da fórmula para se obter o índice final de cada candidato, diz:

Aplicando-se a fórmula divide-se os dois primeiros valores no parêntese obtendo-se e considerando *três* casas após a vírgula com arredondamento (sic) da terceira casa quando for maior ou igual que cinco. O resultado divide-se pelo numeral dois considerando *duas* decimais após a vírgula com arredondamento da segunda caso seja maior ou igual que cinco.

Esta fórmula foi aplicada a todos os candidatos. No entanto no caso da candidata Tânia L. Lupatini, ao invés de seguir-se a regra, ou seja, ao invés de primeiro considerar três casas após a vírgula e depois, no índice final, considerar apenas duas, o presidente da comissão eleitoral central desprezou inicialmente o 3º numeral após a vírgula, considerando apenas dois. Havia um empate técnico entre Tânia L. Lupatini e a candidata apoiada pela “Universidade Forte e Autônoma”. Se fosse seguida corretamente, a fórmula regimental daria resultado favorável a Tânia L. Lupatini, e devido aos quesitos a serem observados para o desempate, ela venceria a eleição. Regimentalmente a candidata pelo “Compromisso Regional” foi vitoriosa. No entanto, nada foi capaz de demover o presidente da comissão eleitoral central de sua atitude errônea. Este remeteu o cálculo de forma errada ao Conselho Universitário, para que lá fosse dado o veredito, sabendo que a “Universidade Forte e Autônoma” tinha a maioria dos votos a seu favor. A candidata do “Compromisso Regional”, prejudicada com a manipulação da fórmula, teve que entrar na justiça para fazer valer o que lhe era garantido por direito. Finalmente em fevereiro de 1996 a justiça pronunciou-se favoravelmente a Tânia L. Lupatini e no dia 13 do mesmo mês tomou posse como diretora.

Apesar de todas as manobras realizadas pela “Universidade Forte e Autônoma”, em torno do processo eleitoral, o movimento do “Compromisso

Regional”, além de ter vencido na escolha do reitor da Unioeste, também conseguiu eleger a maioria dos diretores administrativos e diretores de centro.

### 3.2.11. ELEIÇÃO PARA O DCE NA FECIVEL EM 1995

À eleição para coordenador do Diretório Central dos Estudantes, inicialmente, inscreveram-se três chapas. Porém, duas delas fundiram-se em torno da chapa denominada “Sempre Forte” que era apoiada pela reitoria e pelos candidatos da “Universidade Forte e Autônoma”. A outra chapa, de oposição, “Quem vem com tudo não cansa” era apoiada pelos candidatos que concorreram à eleição para a reitoria pelo “Compromisso Regional”. A disputa travada na eleição para a reitoria prolongou-se na disputa pela coordenação do Diretório Central dos Estudantes.

Numa manobra articulada entre o Diretório Central dos Estudantes e a chapa “Sempre Forte” dividiram esta chapa e inscreveram duas. Estas permaneceram separadas até escolher os membros da comissão eleitoral e depois fundiram-se. Desta forma a comissão eleitoral ficou composta por quatro membros que apoiavam a chapa “Sempre Forte” e apenas um que apoiava a chapa “Quem vem com tudo não cansa”. O sexto nome da comissão eleitoral foi preenchido por um representante dos docentes. Este já havia sido membro da comissão eleitoral setorial, responsável pela eleição para reitor em Cascavel. E além de ter apoiado a “Universidade Forte e Autônoma”, fora um dos que interrompeu o processo de apuração dos votos antes de seu final, sem que a legislação eleitoral permitisse. A presidência da comissão eleitoral ficou a cargo de um aluno que apoiava a Chapa “Sempre Forte”. A comissão eleitoral foi composta através de arranjos e manobras eleitorais.

Durante a campanha para eleição do reitor e vice-reitor da Unioeste, o coordenador do Diretório Central dos Estudantes, Murilo de Andrade,

juntamente com seus colegas, no dia 10 de setembro de 1995, haviam sido flagrados pichando calúnias contra o candidato à vice-reitor José Kuiava, na entrada da Fecivel. Sabe-se que a legislação eleitoral não permitia tal prática em nome da preservação do patrimônio público<sup>227</sup>. Além disso, um deles tinha sido flagrado destruindo material de campanha dos candidatos à reitoria pelo “Compromisso Regional”. Mesmo assim, foi indicado pelo coordenador do Diretório Central dos Estudantes para fazer parte da comissão eleitoral.

Uma outra manobra promovida pelo coordenador do Diretório Central dos Estudantes esteve relacionada à data da eleição. Inicialmente foi publicado edital estabelecendo provisoriamente a eleição para o dia 28 de setembro. No dia 14 de setembro, em novo edital, a data foi confirmada. Depois foi adiada, sem respeitar o prazo de 30 dias para se realizar a eleição, conforme estabelece o Estatuto do Diretório Central dos Estudantes. A nova data foi marcada para o dia 03 de outubro. Por coincidência, nesse dia os alunos de Letras teriam um curso no centro da cidade e possivelmente não iriam votar. O curso de Letras havia apoiado o professor José Kuiava quando este foi acusado de delator, e agora apoiava os candidatos da chapa “Quem vem com tudo não cansa”.

Apesar das manobras a eleição transcorreu dentro da normalidade e, findada a apuração, desta vez, sem interrupção, a chapa de oposição “Quem vem com tudo não cansa”, venceu por uma margem de 62 votos. Os membros da Comissão Eleitoral, que apoiavam a chapa “Sempre Forte”, tentaram pedir recontagem dos votos e arrumar um motivo para impugnar a eleição. Mas finalmente acataram o resultado e reconheceram a derrota.

---

<sup>227</sup> cf. Resolução nº 018/95 -COU, Art. 35.

### 3.2.12. ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA E RELAÇÕES DE FORÇA DURANTE O PROCESSO ELEITORAL

Renato Janine Ribeiro diz que, em *Vigiar e Punir*, Foucault propõe uma nova abordagem do poder.

Sua 'microfísica supõe que o poder ... não seja concebido como uma propriedade, porém como uma estratégia ... que conceba como modelo de batalha perpétua mais do que o contrato que efetua uma cessão, ou do que a conquista que toma um domínio'<sup>228</sup>.

Ao analisar detalhadamente o caso da Unioeste, fica patente que o poder não se reduz à propriedade de alguém -uns possuem poder e outros não. Percebe-se que o poder constitui-se na batalha perpétua; no incessante jogo de táticas, forças, articulações e manobras o poder se produz.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, o poder, para Foucault, não é algo universal, não é algo que existe em si, não é algo abstrato e nem está centralizado num único ponto. O poder está como que descentrado, onipresente,

se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares... o poder... é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada'<sup>229</sup>.

Três planos de trabalho foram discutidos durante o processo eleitoral. O plano de trabalho dos candidatos pela "Universidade Forte e Autônoma", representava a continuidade do projeto anterior. Este, dentre outras, apresentava as seguintes propostas:

<sup>228</sup> RIBEIRO, Renato Janine. "O discurso diferente". In: Recordar Foucault. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.32

<sup>229</sup> FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I - A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 5ª edição, 1984, p.89.

- construção de uma universidade forte e autônoma;
- ações administrativas embuídas de espírito democrático, de justiça, de igualdade e principalmente, de profundo respeito ao ser humano;
- projeto de universidade executado com espírito supra partidário, no qual a liberdade acadêmica deve ser condição indispensável à reflexão e à motivação criadora;
- tomada de decisão com a participação de todos os segmentos universitários<sup>230</sup>.

Pelo que foi exposto anteriormente percebe-se que há um grande desencontro entre o exercício do poder, enquanto Marcos Vinícius Pires de Souza esteve na direção da Unioeste e os princípios escritos, que nortearam sua campanha eleitoral em 1992 e também em 1995.

A “Terceira Via” não apresentou um plano de trabalho definido. Porém, em um manifesto à comunidade acadêmica expressava seu descontentamento, principalmente em relação ao período que Marcos Vinícius Pires de Souza esteve na reitoria. Este manifesto dizia:

A UNIOESTE é nova; cresceu fisicamente. Mas sua orientação já mostra fadigas, falta de criatividade dirigida para eficiência, rotina: conservadorismo! Prova: burocracia exacerbada, centralização defensiva, conquistas tentadas no grito, marginalização das pessoas discordantes, grupos de interesses substituindo grupos de pensamento, irregularidades rotuladas de espertezas.(sic)

Além disso, neste mesmo manifesto, a “Terceira Via”, sem apresentar alternativas para superar o atual estágio em que a universidade encontrava-se, denunciava que a “Universidade Forte e Autônoma” “fazia UNIVERSIDADE com professores escolhidos entre os ‘amigos do Rei’ e fechava os olhos às irregularidades e negociatas”.

O plano de trabalho do “Compromisso Regional” realça que o

“projeto de consolidação da Universidade do Oeste foi temporariamente interrompido pelo arbitrio...

<sup>230</sup> Plano de Trabalho. “Universidade Forte e Autônoma”. Reitoria 1996-2000. Marcos Vinícius e Liana, pp.10-11.

Propõe o resgate do modelo histórico multi-campi; o modelo de administração descentralizada; gestão democrática e participativa; o respeito à pluralidade; a busca de qualidade e da excelência acadêmica; a autonomia universitária<sup>231</sup>.

Além disso o plano de trabalho apresentou um diagnóstico da situação da Unioeste e elencou uma série de ações a serem desenvolvidas visando a melhoria, o crescimento e a consolidação da universidade.

No momento da eleição para a reitoria os candidatos ligados à “Universidade Forte e Autônoma” contavam com maior apoio dos professores, alunos (principalmente dos cursos de Medicina, Odontologia, Informática e Engenharia), servidores ligados à reitoria, políticos do PMDB e PSDB da região.

Muitos professores, servidores e estudantes discordavam destes candidatos, porém não se manifestavam com medo de represálias, caso Marcos Vinícius Pires de Souza vencesse a eleição. Assim, explicitamente, apenas um pequeno número de professores, alunos e funcionários apoiava os candidatos do “Compromisso Regional”.

Sendo em menor número, reduzidos que foram, devido às pressões, não poderiam empreender qualquer tipo de luta, nem de qualquer modo ou partir para o enfrentamento corpo-a-corpo. Não era possível lutar com as mesmas “armas” do adversário. Era preciso atraí-lo, no momento certo, para o lugar certo e surpreendê-lo, pois

a surpresa é a arma da minoria; modo de intervir contra um inimigo superior, num ponto seu que é fraco; modo de intervir, pontualmente, a relação de forças, convertendo a inferioridade global em superioridade local<sup>232</sup>.

A vontade e a determinação do “Compromisso Regional” de vencer a eleição, porém, não foi atropelada pela precipitação, pelo ativismo e pelo

<sup>231</sup> Plano de Trabalho. “Compromisso Regional”. agosto/setembro 1995. Erneldo e Kuiava, p. 05.

<sup>232</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Op. Cit. p.32

desespero -erros, geralmente fatais, nas lutas dos grupos marginalizados e minoritários.

Antes da escolha dos candidatos, algumas pessoas começaram analisando a conjuntura, as relações de forças e a história passada - a luta para fazer valer os interesses da comunidade acadêmica. Para realizar uma boa campanha era necessário, ao invés da força, das manobras mesquinhas, a elaboração de um plano de trabalho<sup>233</sup> para a construção de uma universidade na qual se respeitasse a pluralidade de idéias, prevalecesse a igualdade de direitos e deveres, e fosse respeitada a comunidade acadêmica, sem ingerência e intervenção externa.

A questão não era vencer por vencer ou vencer apenas por uma atitude revanchista, nem era suficiente trocar um reitor por outro. Tratava-se de construir uma nova universidade onde houvesse espaço para a participação, para a diversidade de idéias, para a pesquisa, para o ensino e a extensão sem discriminação, sem favorecer apenas os amigos, em detrimento dos demais, sem ter que hipotecar ideologias para ter os projetos aprovados.

Depois de elaborado o projeto, denominado “Compromisso Regional”, foram escolhidos os nomes para representá-lo e defendê-lo publicamente.

A campanha do “Compromisso Regional” foi bastante serena, porém muito intensa. Exigiu muito trabalho e muita atenção, tanto na elaboração das propostas quanto na divulgação, na propaganda, feita através de panfletos, cartazes, flâmulas, estandarte, músicas, palavras de ordem. Um enorme estandarte tentava expressar o desejo da comunidade universitária. Nele constava a seguinte frase: “*Ernelo e Kuiava, desta vez o seu voto vai valer*”. O cansaço do trabalho era superado pela descontração, apoio, solidariedade: pela vontade de colocar em prática um novo projeto de universidade.

Não faltavam motivos para que muitos professores, funcionários e alunos se revoltassem e “baixassem o nível” da campanha devido às

---

<sup>233</sup> cf. Plano de Trabalho para a reitoria da Unioeste - Compromisso Regional. Agosto / Setembro, 1995.

perseguições injustas, à tendenciosidade dos processos e inquéritos administrativos, às demissões sofridas, devido aos interesses políticos, às provocações e às calúnias levantadas. Mesmo assim, a campanha do “Compromisso Regional” pautou-se pelo “alto nível”, pelo respeito, pela dignidade.

Isto fazia com que o apoio ao “Compromisso Regional”, mesmo velado, crescesse cada vez mais. Por outro lado provocava o desespero dos candidatos e dos apoiadores da “Universidade Forte e Autônoma”. Estes partiram para a agressão, acusando o candidato a Reitor de vender diploma falso, fazendo pichações, destruindo sistematicamente o material de campanha dos candidatos do “Compromisso Regional”.

No dia da eleição uns vinte alunos, especialmente dos cursos de Medicina, Odontologia, Informática e Engenharia, que apoiavam a “Universidade Forte e Autônoma” fizeram uma espécie de “corredor polonês”, por onde as pessoas eram obrigadas a passar e eram submetidas a uma pressão intensa para que votassem em seus candidatos. Estes cabos eleitorais revezavam-se, permanecendo no local durante todo o tempo da votação. Colavam adesivos nos passantes, com ou sem autorização.

Um fato importante que talvez tenha influenciado na eleição foi a denúncia feita pela “Universidade Forte e Autônoma” de que o professor Erneldo Schaleberger teria vendido diplomas falsos na Facitol. Este fato foi muito explorado durante a campanha, porém sem provas.

As calúnias foram desmentidas. No dia 13 de março de 1996, a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, aprovou por unanimidade, o parecer apresentado pelo jurista Francisco Accioly Neto, membro do Conselho Estadual de Educação e relator da Comissão de Sindicância instaurada para apurar irregularidades relativas à convalidação de diplomas na Facitol. Em seu parecer o relator condena Marcos Vinícius Pires de Souza dizendo:

'o ex-reitor ..., respaldado pelo Conselho Universitário, determinou a sindicância com fins meramente eleitoreiros...  
'o episódio retrata o despreparo dos ex-dirigentes (da Unioeste), de um lado, e o uso indevido e abusivo de instrumentos legais com propósitos disfarçados de outro lado' ...assinalando que a Comissão de Sindicância, 'desenvolveu seus trabalhos de forma arbitrária, literalmente inquisitorial, ao abusar dos dogmas constitucionais relativos às garantias individuais'<sup>234</sup>.

Contudo, inverteram-se os fatos. O “Compromisso Regional”, no dia da eleição, publicou uma reportagem no jornal *O Paraná* denunciando a expedição de certificados frios emitidos por Marcos Vinícius Pires de Souza, candidato a Reitor pela “Universidade Forte e Autônoma”, inclusive com fotocopia de um dos certificados (ver anexo I).

O certificado frio foi expedido à Vilma Aparecida Ferreira de Godoi, mulher de Sebastião Gazola, amigo do Diretor Pró-Tempore Marcos Vinícius Pires de Souza. Gazola era diretor administrativo do Campus de Cascavel e também candidato à eleição para este cargo, pela “Universidade Forte e Autônoma”. Alguns dias depois retirou sua candidatura.

O certificado foi expedido como se ela tivesse ministrado um curso de atualização em matemática, sendo que na época ela nem sequer era graduada em tal disciplina<sup>235</sup>. Muitas cópias deste jornal foram distribuídos no dia da eleição. Os candidatos da “Universidade Forte e Autônoma” entraram na justiça para barrar a circulação do jornal no recinto da universidade, com a justificativa de que tratava-se de material apócrifo. A justiça concedeu liminar favorável e os jornais foram recolhidos.

O abuso do poder político e econômico também esteve presente na campanha e na eleição para a reitoria. Os candidatos pela “Universidade Forte e Autônoma”, promoveram muitas churrascadas e lingüiçadas para tentar conquistar votos; até uma casa próxima ao campus de Cascavel foi alugada

<sup>234</sup> Jornal *O Paraná*. Cascavel, 13/03/96, p. 04.

<sup>235</sup> Idem. 14/09/95, p. 03.

especialmente para servir de comitê eleitoral; outdoors foram colocados nas ruas da cidade e centenas de camisetas foram distribuídas a alunos, professores e funcionários.

O PMDB de Cascavel esteve diretamente envolvido nas eleições. Enquanto o próprio presidente do partido era filmado e fotografado dentro do local reservado à votação, pessoas que apoiavam o “Compromisso Regional” eram impedidas de passar da margem de dez metros do local. Além disso, Walter Parcianello, irmão do Deputado Federal Hermes Parcianello, pelo PMDB, e secretário da prefeitura municipal de Cascavel, administrada pelo PMDB, foi o presidente da Comissão Eleitoral.

No dia da eleição para reitor e vice, o Jornal *O Paraná* acusava: “Marcos Vinícius tem a seu favor uma campanha irresponsável que usou como massa de manobra estudantes do curso de Medicina e Odontologia”<sup>236</sup>.

No dia 03 de outubro, o presidente do PMDB foi entrevistado por um repórter da emissora de televisão local, sobre o seu envolvimento nas eleições e sobre a acusação de tentar “melar” o resultado. Ao ser interpelado respondeu: “sou amigo de Marcos Vinícius e não podia negar-me a dar uma ajudinha”.

Estes fatos revelam que o poder se produz e se define através de lutas, manobras e táticas que se constituem. Ele não é propriedade de alguém, como se alguém estivesse “no” poder. Na correlação de forças, no jogo incessante das mesmas o poder vai manifestando-se, exercendo-se e produzindo indivíduos adestrados e docilizados.

### 3.2.13. A DOCILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

Adestramento é um processo de transformação da rebeldia em docilidade, do irregular em regular, do insubmisso em submisso, do ativo em passivo, do inútil em produtivo, do sujeito em objeto.

<sup>236</sup> Jornal O Paraná. Cascavel, 14/09/95. p. 03.

Tal procedimento tem sido utilizado também na Unioeste. O processo de adestramento que tem tornado indivíduos dóceis e “úteis”, quer dizer, submissos e passivos, no que diz respeito às determinações da reitoria, tem seu início mais perceptível quando, em 1992, o “grupo de resistência” se opôs à decisão do governador Roberto Requião de nomear o candidato Marcos Vinicius Pires de Souza como Diretor Presidente desta instituição educacional.

Através do Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade foram realizadas diversas manifestações contra a chamada intervenção, devido ao fato do governador não respeitar o regulamento interno da universidade, o resultado das urnas, nem a justiça.

Dentre os que lutaram e manifestaram-se publicamente na época estava o diretor administrativo da faculdade de Cascavel - Fecivel- Eurides Rosseto, considerado por muitos como um administrador sério, competente, honesto, contra o qual, depois de três inquéritos administrativos realizados, nenhuma irregularidade foi apontada. Tanto é que nem o governador Roberto Requião, nem Mário Pereira e nem Jaime Lerner assinaram sua exoneração. Seu desligamento ocorreu por ter pedido demissão e ter assumido um trabalho no CEFET em Pato Branco, no sudoeste do Paraná.

Os inquéritos que levaram ao afastamento de Eurides Rosseto tiveram origem nas denúncias do Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Fecivel, Walter Parcianello. Este, sob alegação de que estavam ocorrendo irregularidades na administração da Fecivel, solicitou ao Diretor Presidente da Unioeste que instaurasse inquérito administrativo para apurá-las.

Praticamente todas as pessoas que deram depoimentos contra Eurides Rosseto e posicionaram-se a favor da reitoria nesta e em outras sindicâncias, inquéritos e processos foram agraciadas pelo Diretor Presidente com cargos comissionados ou passaram a exercer função gratificada. Enquanto isso os integrantes do grupo de resistência, os que participaram do Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade eram sistematicamente

perseguidos, cassados, afastados, demitidos, tiveram que responder a alguma sindicância, inquérito ou processo; passaram por uma vigilância constante.

Assim, pela repressão de um lado, pela cooptação e favorecimento de outro, foi sendo erigido um corpo de funcionários extremamente dóceis e normalizados, de modo que a administração central conseguiu produzir e exercer um poder quase que homogêneo, contínuo em todos os pontos e sem limites.

A gratificação e a sanção funcionaram na Unioeste como uma forma de normalizar os comportamentos, transformando os indivíduos em efeitos e objetos do poder. Os indivíduos passaram a ser vigiados, examinados e controlados o tempo todo. Os mais diferenciados, os menos normalizados foram objeto de maior atenção e vigilância para tentar normalizá-los e facilitar o exercício do poder.

## CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi documentar e explicitar as relações de poder exercidas na União e estabelecer uma relação entre estas e a concepção de poder de Michel Foucault -ver até que ponto as relações de poder na União correspondem ou não à sua concepção.

O trabalho constituiu-se de três capítulos: o primeiro explicitou as relações, os mecanismos, a concepção de poder em Michel Foucault. O segundo tratou as relações de poder no Brasil e na universidade brasileira e o terceiro analisou as relações de poder, a luta pelo poder e o exercício do arbítrio na União durante a fase de seu reconhecimento pelo MEC.

Foucault promove um deslocamento em relação à forma como era entendido o exercício do poder durante o Antigo Regime. Ele não o situa como centralizado num determinado ponto, no Estado, por exemplo. Ele estudou o poder em seus mecanismos e estratégias, mais do que as pessoas que detiveram o poder.

Segundo sua compreensão o poder não existe em si. Ele se exerce e funciona. De um poder que se exercia na base da repressão, da exclusão e do aniquilamento durante o Antigo Regime, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, burguesa e industrial vão surgindo novas exigências sociais e o poder passa a ser exercido de outra forma. Através de determinados mecanismos como a distribuição espacial dos indivíduos, o controle das atividades, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, o indivíduo é mergulhado num campo político e, desta forma, o poder produz: produz indivíduos e realidades; produz corpos dóceis, disciplinados e úteis.

Da prática do suplício, as práticas punitivas evoluem e encontram na prisão o seu modelo ideal. E o Panóptico, idealizado por Bentham no final do século XVIII, tornou-se o modelo ideal de prisão, pois a um só tempo resolvia

o problema da economia e da eficácia: disciplinava e tornava dóceis e úteis os indivíduos.

Rapidamente o sistema panóptico difundiu-se pelos hospitais, fábricas, conventos, quartéis, escolas, enfim, disseminou-se por todo o corpo social e a sociedade transformou-se numa sociedade disciplinar.

O poder que era exercido de modo “compacto e forte” cede lugar às formas “brandas e difusas”; a “disciplina-bloco” cede lugar à “disciplina-mecanismo”; a disciplina substituiu “o velho princípio ‘retirada-violência’ pelo da ‘suavidade-produção-lucro’”.

No segundo capítulo foi abordado o poder no Brasil e percebeu-se que as relações de poder ainda estão muito ligadas à cultura ibérica, que foi transplantada para cá. O mandonismo, o personalismo e o homem aventureiro, traços da cultura ibérica, continuam muito presentes nas relações de poder no Brasil, na União, nas relações que ligam o público ao privado. O estamento burocrático patrimonial aqui instalado centraliza e gestiona o poder como se fosse uma propriedade privada em seu benefício.

As relações de poder na universidade brasileira refletem esta realidade. Devido ao centralismo o poder tem se manifestado ora mais explícito através da repressão e do autoritarismo, ora dissimulado e camuflado pela modernização burocrática. Porém, como diz Antonio Muniz de Rezende, “na história da universidade brasileira houve sempre uma tendência nítida ao autoritarismo centralizador”<sup>237</sup>.

No terceiro capítulo buscou-se a contextualização sócio-econômica da União e percorreu-se o itinerário do Oeste do Paraná em sua luta pela elevação do nível de escolaridade, construção e reconhecimento da universidade.

---

<sup>237</sup> REZENDE, Antonio Muniz de. O Saber e o Poder na Universidade: dominação ou serviço. São Paulo, Ed. Cortez, 5ª edição, 1987, p.10.

Percebe-se que na universidade as relações de poder refletem as lutas e os conflitos que se travam na região Oeste do Paraná, especialmente em Cascavel; que as relações vividas na atualidade são, em grande parte, reflexo do modelo de ocupação, colonização e desenvolvimento ali implantados; que o espaço público é apropriado indevidamente e é administrado de forma patrimonialista, como se fosse uma propriedade particular ou a extensão da própria casa; que, como diz Sérgio Buarque de Holanda, a

...gestão política apresenta-se como assunto... particular; as funções, os empregos, os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado Burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurar garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado Burocrático<sup>238</sup>.

Percebe-se que a Unioeste foi manietada pelo Estado em colaboração com os representantes máximos da universidade; que a luta pela elevação do nível de escolaridade e a ampliação dos seus cursos reflete a divisão social do trabalho e a tentativa de afirmação de um determinado segmento social que tem suas preocupações voltadas mais para a formação de profissionais liberais do que pesquisadores, cientistas e educadores. Enfim, está claro que a implantação dos chamados “cursos nobres” está ligada à preocupação com os ganhos políticos que poderiam advir daí.

A universidade não é uma réplica da sociedade. Mas “suas estruturas organizacionais ... e as relações de poder interno tendem a reproduzir as estruturas e relações da sociedade global” (grifo nosso)<sup>239</sup>. Ela é uma instituição diferenciada, mas ao mesmo tempo que se diferencia reflete o meio

<sup>238</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. Cit., p. 13.

<sup>239</sup> WANDERLEY, Luiz Eduardo W. O que é Universidade. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p.60.

que a envolve, pois não é possível existir neutralidade numa sociedade segmentada e permeada por antagonismos de classes.

No Paraná, na região do Oeste, na Uniãoeste, quanto na universidade brasileira, no Brasil em geral, o poder tem se revelado fortemente centralizado. O estamento burocrático patrimonial tem mantido o exercício do poder da forma tradicional; tem organizado e distribuído o poder do centro para a periferia.

Estruturado de forma piramidal, o poder não se distribui igualmente por todos os pontos; ele é hierarquicamente distribuído de forma desproporcional. Em determinados pontos, como no governo, nas pessoas que ocupam cargos de direção ele é mais visível e seu exercício é mais intenso.

Estudando minuciosamente a instituição carcerária e o dispositivo da sexualidade, Foucault percebe que Estado e poder não são sinônimos e, não situa o Estado como instância central do poder. Porém, no caso da Uniãoeste, na universidade brasileira, as intervenções realizadas pelo Estado revelam que este continua sendo o centro do poder. Entre Estado e poder a afinidade é muito grande.

Por isso é necessário defender a autonomia universitária para que a comunidade acadêmica tenha o mínimo de condição de trabalho e as pessoas não se sintam ameaçadas o tempo todo por pensar diferente; para garantir a liberdade de crítica e a livre manifestação do pensamento, protegendo a universidade de interferências espúrias do poder político e econômico que transformam a liberdade acadêmica e a autonomia numa farsa, como tem acontecido na Uniãoeste. “A universidade deve estar aberta ao povo, expressar os interesses da comunidade e não as vontades particulares”<sup>240</sup>. Não se deve confundir autonomia com soberania, nem administração com patrimonialismo.

---

<sup>240</sup> PIMENTA, Aluisio. *Universidade: a destruição de uma experiência democrática*. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1985, p. 45.

Os principais fatos que ocorreram na Unioeste a partir de 1991 até o final de 1995, analisados neste trabalho, evidenciam que, apesar de, cronologicamente estarmos longe da era dos suplícios e também, relativamente longe da ditadura, ainda predomina o personalismo, o exercício do poder de forma negativa, na base da perseguição, repressão e exclusão em detrimento da disciplina e até mesmo da burocracia. Por isso, por mais que desejassemos analisar as relações de poder na Unioeste, a partir dos mecanismos disciplinares apontados por Foucault, a ênfase recaiu sobre as pessoas que detiveram o poder e a forma como o exerceram. Contudo, podemos dizer que há uma coexistência entre o poder tradicional (negativo) e o poder disciplinar (positivo). Um dá sustentação ao outro.

Em determinados momentos da história da Unioeste, tem-se a impressão de estar em pleno Antigo Regime, na época dos suplícios, em que o soberano se constituía na expressão máxima do poder. A lei era sinônimo de sua vontade e a discordância era tida como um ataque ao soberano, que uma vez obscurecidas sua luz e magnificência, era necessário restabelecer novamente. Aliás, em no mínimo dois momentos, um vereador e um jurista fazem menção às formas inquisitoriais, típicas da Idade Média, adotadas nesta instituição.

Na Unioeste predominaram o abuso do poder e o mandonismo baseados na arbitrariedade e na constante violação das regras; o arbítrio tem sido contestado, mas a força do poder soberano tem prevalecido; muitas vezes, a continuidade nos cargos tem sido garantida através de artifícios e manobras eleitorais, fazendo da eleição uma grande farsa, como afirmou Darcy Ribeiro.

Para Foucault há uma estreita relação entre poder e saber. Através da vigilância constante, dos mecanismos disciplinares tornou-se possível a instituição do poder disciplinar. Porém, na Unioeste, ainda que o saber seja a principal ocupação, parece que não tem sido objeto de preocupação no sentido de erigir um saber para tornar as pessoas mais dóceis e úteis. O poder continua

sendo baseado principalmente na repressão e não voltado para a produção de indivíduos produtivos.

Com a finalidade de produzir indivíduos mais dóceis do que propriamente úteis, estabeleceu-se um quadriculamento do espaço (identificação dos indivíduos) e, através da cooptação, foi promovendo-se adestramento e docilização, foi se criando um corpo de vigilantes. Desta forma compôs-se um tipo de arranjo no corpo da universidade, possibilitando a intervenção constante para garantir o controle.

A produção de indivíduos úteis têm ocorrido mais através do cerceamento e da repressão mantendo-os inertes e não através da fabricação de indivíduos mediante mecanismos disciplinares, técnicas e treinamentos. Quer dizer: concebe-se o indivíduo como útil quando não oferece resistência, não contesta e permanece passivo.

Promoveu-se a organização do espaço e dos indivíduos, não para torná-los mais produtivos, mas para garantir o controle, não ameaçar e desestabilizar o poder. As técnicas e mecanismos disciplinares, aos quais Foucault atribui um sentido positivo (produção de indivíduos úteis), na Unioeste verifica-se que quando são aplicados, conservam um sentido negativo -controle, cerceamento, repressão. Por isso, o controle das atividades, dos horários, a elaboração dos atos - mecanismos que possibilitam a utilização e a extração exaustiva do corpo, a eliminação das inconveniências para tirar o máximo de vantagens - não têm merecido muita atenção e consideração.

Pode se dizer que, durante a gestão de Roberto Requião (“Reiquião”) no Governo do Estado e de Marcos Vinícius Pires de Souza na direção da Unioeste, não se chegou efetivamente à “sociedade disciplinar”. Predominaram os mecanismos “históricos-rituais” ao invés dos “científicos-disciplinares”. Veja-se os métodos inquisitoriais adotados nas sindicâncias, os julgamentos pré-fabricados, o tratamento dispensado às pessoas que discordaram da nomeação de Marcos Vinícius Pires de Souza em 1992, a

forma como tentaram implantar os cursos de Medicina e Odontologia, os métodos agressivos e repressivos utilizados durante as campanhas eleitorais em 1995, enfim, não faltam exemplos onde os métodos empregados na relação com os adversários são mais característicos das sociedades do Antigo Regime do que de uma sociedade disciplinar.

A Unioeste constitui-se numa universidade multi-campi, com campi localizados em municípios diferentes - Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Cascavel. Neste a resistência às arbitrariedades tem sido mais intensa, assim como também tem sido mais intensa a repressão. O fato da Reitoria localizar-se próximo da Fecivel, provavelmente, fez com que se sentisse mais ameaçada. A proximidade tem facilitado a vigilância e o controle. A repressão mais intensa em Cascavel deve-se também ao fato de que as lideranças do PMDB local e estadual não cogitavam a possibilidade de perder o controle sobre a reitoria e a universidade. Isto explica as manobras e as tentativas de manipular todas as eleições ocorridas no Campus de Cascavel.

Tudo isto contribui para que a Unioeste não seja um modelo de universidade moderna. O seu processo de desenvolvimento revela os caminhos e descaminhos, o difícil processo de construção desta universidade.

As relações de poder na Unioeste são apenas um caso particular. Ainda que tendam a refletir, ao menos parcialmente, as relações de poder existentes nas demais universidades, de modo algum pretende-se estender, genericamente, estas conclusões as demais universidades brasileiras.

Foucault analisa as relações de poder, geopoliticamente, nas condições do capitalismo europeu, portanto do capitalismo central. A Unioeste localiza-se num país capitalista periférico. Dadas as diferentes condições, as diferentes formas de exercício de poder no Brasil, na universidade brasileira e na Unioeste, pode-se concluir que não dá para transplantar-se pura e simplesmente a concepção de poder de Foucault de uma realidade a outra sem

que se faça as devidas ressalvas. O próprio Foucault não transformou sua concepção de poder numa teoria geral do poder, válida universalmente.

Mas sem dúvida, Foucault fornece uma significativa contribuição para entender o indivíduo e o poder na sociedade atual. Neste sentido, é possível utilizar a sua concepção de poder como um referencial de análise, porém com o cuidado de não violar os fatos para justificá-la.

Os fatos e as relações de poder vividos na União revelam que eles não podem ser compreendidos se forem analisados apenas no âmbito da instituição. Eles estão relacionados ao contexto mais amplo, à realidade brasileira, ao atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista num país periférico, à forma de organização e produção da sociedade e da própria vida. Eles manifestam um forte apelo à transformação social, uma vez que refletem o estágio em que se encontra a sociedade na qual a União está inserida.

Foucault diz que o poder não é propriedade de ninguém - "o poder circula". Porém, no Oeste do Paraná, devido ao arranjo e à combinação de forças que se formou, parece que um pequeno estamento burocrático patrimonial se apropriou do poder e quando sente-se ameaçado não vê escrúpulo algum em utilizar os meios possíveis para garantir o domínio e impedir que o poder circule.

Apesar de tudo o poder circula. Porém, como a sociedade é heterogênea e os objetivos não são os mesmos para todos, cada grupo que assume o controle das regras impõe-lhe a sua direção. E, desta forma, como diz Foucault, realça sem cessar o jogo da dominação. Neste sentido, resta observar como serão as práticas de exercício do poder durante a gestão do "Compromisso Regional"... uma vez que a existência de regras possibilita a inversão de uma relação de forças, viabiliza que sejam dominados os que dominam.

## BIBLIOGRAFIA

- ADUNICAMP. Em defesa da unicersidade. Campinas, Ed. Unicamp, 1991.
- ADUSP. O Livro negro da USP: O controle ideológico na universidade. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- ARANHA, Maria L. de A. & MARTINS, Maria H. P. Filosofando, São Paulo, Ed. Moderna, 1990.
- ARISTÓTELES. A Política. São Paulo. Ed. Martins Fontes.
- BEZERRA, Aida. "As atividades em Educação Popular". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). A Questão Política da Educação Popular. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letra 2ª edição, 1994.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Francisco Alves S.A., 2ª edição, 1986.
- DUBY, Georges. Poder Privado, poder público. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. História da Vida Privada: da Europa feudal à Renascença. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1994, Vol. II, 19-44.
- EMER, Ivo Oss. Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola. Dissertação de Mestrado, FGV, 1991.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. Porto Alegre, Ed. Globo, 3ª edição, 1976.
- FÁVERO, Maria de Lurdes de A. A Universidade em busca de sua identidade. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

- \_\_\_\_\_. Universidade & Poder: análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. A Universidade Brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975.
- FILHO, José Matins. Universidade Pública x Universidade Privada. A quem interessa esta discussão? Texto apresentado na reunião do CRUB.
- FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I - A vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 5ª edição, 1984.
- \_\_\_\_\_. A verdade e as Formas Jurídicas. Cadernos da PUC/RJ, Série Letras e Artes, 6/74, nº 16, 1984.
- \_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Tradução e introdução por Roberto Machado. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 9ª edição, 1989.
- \_\_\_\_\_. Razão e Desrazão. Cadernos da PUC/MG, V.2, nº 1, 1992.
- \_\_\_\_\_. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Ed. Vozes, 10ª edição, 1993.
- FONSCECA, Márcio Alves da. O problema da Construção do Sujeito em Michel Foucault. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1994.
- GIANNOTTI, José Arthur. Universidade em Ritmo de Barbárie. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- GOERGEN, Pedro L. A Universidade, sua estrutura e função. In: Educação & Sociedade. São Paulo, Ed. Cortez, Nº 2, janeiro, 1979.
- GOMES, Delarmim Martins. Homem: Objetivação de uma Sujeição. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido. "Trabalhadores rurais e Educação". In: Mão-de-Obra Volante na Agricultura. S. Paulo, CNPq/UNESP/POLIS, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José

- Olympio Editora S.A., 16ª edição, 1983.
- JAGUARIBE, Hélio. Raízes do Brasil e a transição para a sociedade de massas. In: MASCARENHAS, Sérgio (Org.). Raízes e Perspectivas do Brasil. Campinas, Papirus: editora da Unicamp, 1985.
- JUNIOR, João Ribeiro. O que é positivismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 5ª edição, 1986.
- LUCKESI, Cipriano. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. São Paulo, Ed. Cortez, 6ª edição, 1991.
- MACHADO, Roberto. Ciência e Saber: A trajetória da Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2ª edição, 1988.
- MORAES, Maria Célia M. de. Estratégia de intervenção política e ideológica. In: Plural - revista da Associação de Professores da UFSC - SSIND. Ano2, Nº2.
- MORAIS, João Francisco Régis de. Universidade: seus desafios neste final de século. In: Pro-Posições, Ed. Cortez: Unicamp. Vol. 3, nº 2[8], Junho, 1992, pp. 51-65.
- PALUDO, Giovani B. & BARROS, Darci A. Síntese da História do Paraná. Cascavel, Assoeste, S/D.
- PIMENTA, Aluísio. Universidade: a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis, Ed. Vozes, 2ª edição, 1985.
- REZENDE, Antonio Muniz de. O Saber e o Poder na Universidade: dominação ou serviço. São Paulo, Ed. Cortez, 5ª edição, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2ª edição, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Universidade Necessária. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 5ª edição, 1991.
- RIBEIRO, Renato Janine. Recordar Foucault: Os textos do Colóquio Foucault. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, João Ubaldo. Política: Quem manda, Por que manda, Como manda.

- Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 4ª ed., 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- TAVARES, José Nildo. Patrimonialismo. In: SILVA, Benedito (Coord.). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, FGV, 1986.
- TRAGTEMBERG, Maurício. O Saber e o Poder. In: MORAIS, J.F. Régis de. Construção Social da Enfermidade. São Paulo, Cortez & Moraes Ltda, 1978, pp. 181-1994.
- TOBINO, Manoel J. G. (Org.). A Universidade Ontem e Hoje. São Paulo, Ed. Ibrasa, 1984.
- WACHOVICZ, Ruy C. Obragens, mensus e colonos. Curitiba, Ed. Vicentina, 1982.

#### Artigos de Jornal

- DUHRAM, Eunice R.. "A autonomia em Questão". In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10/03/96, p. 03.
- EMER, Ivo Oss. "Desdobramentos do Assédio Sexual na Fecivel". In: *Jornal do Sinteoeste*. Cascavel, nº 08, Ano II, nov.1994, p. 03.
- JOST, Hélio Q. "Farsa Grotasca". In: *jornal A Cidade*. Cascavel, 26/06/94, p.03.
- LOHMANN, Elói. "Universidade do Oeste do Paraná ou Universidade de Cascavel". In: *Jornal Gazeta do Paraná*. Cascavel, 15/06/95, p. 04.
- TOLENTINO, Fidelcino. "Em defesa da Unioeste". In: *Jornal Folha de Londrina*. Londrina, 16/03/95, p. 03.

#### Outros Documentos:

Constituição do Estado do Paraná.

Diário Oficial. Curitiba, 23/03/93.

Livro Ata das reuniões do Conselho Deliberativo do Diretório Central dos

- Estudantes de 05/02/1991 a 24/09/1993.
- Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná.
- Mandado de Segurança contra o Diretor Presidente da Unioeste.
- Mapa de resultado Individual - Eleição 1995.
- Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade. MEMÓRIA  
Nº 1. UNIOESTE: a verdade dos fatos. Nov. 1992.
- Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade. MEMÓRIA  
Nº 2. UNIOESTE: os caminhos da intervenção. Maio 1993.
- Movimento pela Ética, Autonomia e Democracia na Universidade. MEMÓRIA  
Nº 3. UNIOESTE: intervenção - ano 1. Nov. 1993.
- Plano de Governo - Consolidação da Universidade - Marcos e Carlos- 1992.
- Plano de Trabalho para a Reitoria da Unioeste - Compromisso Regional -  
Agosto / Setembro - 1995.
- Plano de Governo - Universidade Forte e Autônoma - Reitoria 1996 - 2000.  
Setembro -1995.
- Plano de Trabalho para Diretoria do Centro de Educação Comunicação e  
Artes.
- Proposta de Trabalho - Construção Coletiva - Setembro -1995.
- Processo de Criação e Reconhecimento da Universidade do Oeste do Paraná.  
Maio, 1990.
- Processo Judicial nº 95.601.0571-0 - Sobre as aulas extracurriculares nos  
cursos de Medicina e Odontologia na Unioeste.
- Processo Administrativo nº 1.243.421-9 - Sobre o afastamento do Professor  
José Kuiava para conclusão do Mestrado.
- Regimento da Comissão Eleitoral para escolha do Reitor e Vice-Reitor.  
Resolução Nº 019/95 - COU.
- Regimento da Comissão Eleitoral para escolha dos Diretores Administrativos e  
Diretores de Centros -Resolução Nº 018/95 - COU.
- Resolução Nº 028/95 - COU - Regimento da Comissão Eleitoral Central.

Relatório do Ciclo de Seminários da Universidade do Oeste do Paraná - 1985.  
Relatório do Seminário: "Encontro Institucional". Unioeste/Fecivel 18, 19 e 20  
dezembro de 1992.

Relatório Final da Sindicância sobre o Assédio Sexual na Unioeste/Fecivel.

Pessoas Entrevistadas:

Brandina Aparecida de Moura - servidora da Unioeste.

Eurides Rosseto - ex-diretor administrativo da Fecivel.

Francis Mary Guimarães Nogueira - professora do Departamento de Educação.

Gilmar Henrique da Conceição - ex-presidente do Sinteoeste.

Ivo Oss Emer - professor do Departamento de Filosofia.

José Kuiava - ex-diretor presidente da Unioeste.

José Peixoto da Silva Neto - aluno e servidor da Unioeste.

Luiz Fernando Reis - Membro do Movimento pela Ética, Democracia e  
Autonomia na Universidade.

Maria Lucia Frizon Rizzotto - professora do Departamento de Enfermagem.

Neide Tiemi Murofuse - professora do Departamento de Enfermagem

Roberto Antonio Deitos - ex-diretor sindical do Sinteoeste.

ANEXO I

# Marcos Vinícius expediu certificado 'frio' para esposa de diretor da Fecivel

O reitor "pro tempore" Marcos Vinícius Pires de Souza, que está licenciado desde o último dia 30 para concorrer à reeleição, expediu um certificado frio em nome da esposa do diretor da Fecivel e seu amigo pessoal, Sebastião Aparecida Ferreira de Godoi. Gazola recebeu o documento como se tivesse ministrado um curso de atualização em matemática no final de 1992, o que não aconteceu.

Na época, Vilma sequer lecionava na Fecivel, além do que não estava habilitada para ministrar cursos na instituição. Nem que quisesse, a esposa do diretor Gazola poderia ter ministrado o curso pelo qual foi diplomada, pois não possui formação em matemática - ela é bióloga. O comprovante da emissão do documento está registrado nos livros oficiais da Unioeste e, segundo denúncias, outros teriam sido beneficiados com mais este tipo de fraude que

veio à tona menos de 24 horas antes da eleição para reitor da Unioeste, marcada para hoje. Esse tipo de fraude - emissão de certificados frios - tem sido usado pela reitoria para burlar a prestação de contas dos cursos repassados pelo Ministério da Educação à universidade. Outro fato curioso é que a emissão de certificados frios foi usada com o argumento para afastar o professor Eurides Rossetto da direção da Fecivel, só que todos os documentos contam com a

assinatura do reitor Marcos Vinícius. O nome de Rossetto sequer aparece nos certificados.

## FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO

Ontem era visível a preocupação dos defensores da candidatura de Marcos Vinícius, pois a descoberta de mais esta grave irregularidade pode ter impacto decisivo na eleição de hoje. É que o fato lança a candidatura do reitor licenciado para uma contendação fática: durante toda a campanha ele acusou seu principal oponente, o professor Ernildo do Schalleberger, de ter convalidado diplomas falsos na Facitol.

Enquanto as acusações contra Ernildo se mostraram pífiás e infundadas, de última hora surge o certificado frio emitido para a esposa do também interventor Sebastião Gazola, braço direito de Marcos Vinícius e um dos coordenadores de sua campanha, fato que pode desacreditar de vez a candidatura do reitor interventor.



**unioeste**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

**CERTIFICADO**

Programa: Integração de Universidade com a Educação Básica  
Projeto: Integração da UNIOESTE com a Educação Básica no Oeste do Paraná

Certificamos que VILMA APARECIDA FERREIRA DE GODOI GAZOLA

participou do Curso de Atualização em Astenmática (ministrante)  
no período de 20 de novembro a 12 de dezembro de 1992 com 70 horas de atividades

Cascavel, 13 de maio de 1993

*[Signature]*  
Cassio Henrique Godoi  
Coordenador de Projeto

*[Signature]*  
Marcos Vinícius Pires de Souza  
Reitor

O certificado concedido à esposa de Gazola contém duas assinaturas: uma delas é de Marcos Vinícius Pires de Souza